

JOSÉ DE SOUZA MARTINS

A COMUNIDADE NA SOCIEDADE DE CLASSES

**Estudo sociológico sôbre o imigrante italiano e seus descendentes
no subúrbio de São Paulo (Núcleo Colonial de São Caetano)**

Tese de doutoramento apresentada ao Departamento de Ciências Sociais (Sociologia) da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

**SÃO PAULO
1970**

Í N D I C E

INTRODUÇÃO	5
Cap. I - AMBIVALENCIAS E CONCILIAÇÕES NA IMIGRAÇÃO:	
1. <u>Condições do trabalho livre</u>	16
2. <u>As funções ambivalentes dos núcleos</u> <u>coloniais</u>	24
3. <u>Elaboração da ideologia do trabalho</u> ..	33
4. <u>O dilema do emigrante</u>	43
Cap. II - AS LIMITAÇÕES HISTÓRICAS DO NÚCLEO COLONIAL:	
1. <u>Posse da terra</u>	50
2. <u>Ocupação na economia marginal</u>	66
3. <u>A pequena lavoura na economia colonial</u>	74
4. <u>Limites da prosperidade</u>	90
Cap. III - CRISE E TRANSFORMAÇÃO DO NÚCLEO COLONIAL:	
1. <u>Pauperização</u>	105
2. <u>Concentração da propriedade da terra</u> .	120
3. <u>Industrialização e urbanização</u>	128
4. <u>Mobilidade e conformismo</u>	142
Cap. IV - TRABALHO E COMUNIDADE:	
1. <u>Categorização racial do imigrante</u>	150
2. <u>Transformação do colono em italiano</u> ..	156
3. <u>A consciência ambígua</u>	168
CONCLUSÃO	178
APÊNDICE	182
BIBLIOGRAFIA	184

Í N D I C E D E Q U A D R O S

I - <u>Terras devolutas no município de São Paulo, em 1886</u>	62
II - <u>Sacas de café entradas no porto de Santos</u> .	81
III - <u>Preços dos gêneros, em São Paulo, por alqueire</u>	86
IV - <u>Rebanhos do núcleo colonial</u>	92
V - <u>Produtividade agrícola no núcleo colonial</u> .	99
VI - <u>Fábricas de cerveja na cidade de São Paulo</u> .	102
VII - <u>Valor da produção agrícola</u>	107
VIII - <u>Diferenciação ocupacional da população ativa</u>	108
IX - <u>Crescimento da população por nacionalidade</u> .	109
X - <u>Participação da população escolar na população total</u>	113
XI - <u>Composição etária da população (1878-1888)</u> .	114
XII - <u>Matrícula e frequência à escola, por sexo, em 1888</u>	115
XIII - <u>Rendimento bruto, por hectare, no setor agrícola</u>	123
XIV - <u>Distribuição da propriedade das olarias em vários períodos</u>	131
XV - <u>Movimento da população (1877-1879)</u>	146

XVI - <u>Entradas de imigrantes italianos (1887 a 1889)</u>	147
XVII - <u>Composição das diretorias das Sociedades "Principe di Napoli" e União Operária</u> .	164
XVIII - <u>Composição da diretoria da Sociedade "Principe di Napoli" conforme o período e a origem dos diretores</u>	165
XIX - <u>Composição das diretorias das Sociedades "Principe di Napoli" e União Operária, em 1910, conforme a situação ocupacional dos diretores</u>	166
XX - <u>Não-identificação das ocupações de sócios da União Operária - 1910</u>	167
XXI - <u>Distribuição dos sócios da União Operária, em 1910, conforme o ramo de ocupação e a situação ocupacional</u>	175

I N T R O D U Ç Ã O

Este estudo toma como suporte empírico principal o núcleo colonial de São Caetano, que abrangia grande parte da área do atual município industrial de São Caetano do Sul, no subúrbio de São Paulo. Cobre o período que vai da sua instalação em 1877, pelo governo imperial, mediante povoamento com imigrantes da Itália setentrional, até aproximadamente 1910, a partir de quando a localização ali de um número crescente de indústrias alterou substancialmente a sua fisionomia e a situação dos seus habitantes.

Como se vê, a pesquisa é de reconstrução histórica e por isso, devido a características da "unidade" estudada e do material utilizado, impõe algumas considerações indispensáveis à avaliação da monografia.

Durante o período aqui considerado, o núcleo colonial não constituiu uma unidade político-administrativa (distrito, município), o que dificulta a investigação sistemática. Em geral, os documentos disponíveis, além da classificação cronológica, tem classificação por unidade administrativa ou assunto abrangendo a totalidade da antiga capitania e depois província de São Paulo. A seleção de um tema e a de uma localidade apenas multiplicaram as dificuldades de pesquisa. Não raro o pesquisador ficou à mercê do acaso, consultando coleções inteiras de papéis para exumar umas poucas informações ou até mesmo nenhuma. A única sistematização possível, e posta em prática, foi a de confrontar continuamente entre si os documentos já disponíveis, presumir a partir deles a existência de outros e procurá-los nos locais e nas cole

ções mais prováveis. Esse critério mostrou-se no geral eficaz, diminuindo os riscos do levantamento sucumbir à casualidade. A partir de certo momento, as já escassas informações que podiam ser recolhidas mostraram-se reiterativas em relação às anteriores, dando ao pesquisador a convicção de que o que podia ser coletado o fôra e, principalmente, de que os dados relevantes para o estudo eram os de que já dispunha.

Todavia, a quantidade do material mostrou-se excessivamente pobre, sobretudo em virtude da curteza do período considerado. Criou-se, assim, o problema dos dados únicos, resolvido pelo confronto no interior da coleção e pela constatação de uma "direção geral" nas evidências que ofereciam, pesadas as tendências alternativas possíveis. A tônica da reconstituição, como se verá, recaiu nessa "direção geral".

Convém, contudo, assinalar que as conexões entre os dados recolhidos não são "naturais" ou "expontâneas". Na medida em que o pesquisador não observa diretamente as fases pretéritas da sociedade, vê-se circunscrito à observação que pode ser feita através dos registros do passado. Daí decorrem duas questões: de um lado, o seu trabalho é empobrecido pela impossibilidade de utilização de modernas técnicas de investigação, ficando a reconstrução da realidade cingida ao apoio que pode ter nas informações que restaram do período que estuda. De outro lado, a observação é feita através daqueles que registraram as informações utilizadas (1), ou seja, é uma observação, via de regra, originalmente não científica.

Os registros dos observadores originais destinavam-se à compreensão de alguns entre os seus contemporâneos. Inseriam-se, por isso, em universo de comunicação que lhes dava sentido. O nexo entre informações assim registradas exprimia-se na probabilidade de que os seus significados pudessem ser compreendidos pelos sujeitos envolvidos. Dêsse modo, o registro do observador coevo constituiu-se numa ação social (2).

(1) Marc Bloch, Apologie pour l'Histoire ou Métier d'Historien, 6e. édition, Librairie Armand Colin, Paris, 1967, p. 17-18.

(2) Max Weber, Economía y Sociedad, tomo I, trad. de José Meeina Echavarría et al., Fondo de Cultura Económica, México-Buenos Aires, 1964, p. 5-6 e 18-20.

O estabelecimento de conexões naturais ou espontâneas entre os dados seria o mesmo que uma restauração daqueles significados e levaria a uma reconstrução da realidade ideológica, mas não cientificamente fundamentada. Além do mais, no que respeita ao caso aqui tratado, o imigrante raras vezes teve de ocupar a "tribuna da história" (uma vez que, viciosamente, a "memória nacional" caracteriza-se pela preponderância de informações contidas em papéis burocráticos recolhidos aos arquivos públicos), e de depor sobre si mesmo ou sobre as situações que viveu, para permitir aos pósteros uma reconstituição mais rica do passado. O que, aliás, na história brasileira parece ter sido uma regra em relação às populações destituídas de posição nas camadas dominantes da sociedade (3). Sobre o colono e, até mesmo, pelo colono falou o burocrata dos organismos administrativos ligados à colonização oficial e falaram os governantes.

A linguagem burocrática, porém, subverte a linguagem quotidiana, entrelaçando-a no esquematismo racional imposto pela forma, que não é inerente à sociedade local, mas sim à sociedade inclusiva. Por isso, não são os dados mais frequentes nem as informações mais detalhadas os mais importantes na reconstrução da realidade, pois nesta não se reproduz nem se incorpora, senão como outro dado, a maneira de ver própria do burocrata ou do governante.

À questão da quantidade acresceu-se, portanto, a do conteúdo da documentação, impondo que se ponderasse a viabilidade de levar a efeito a elaboração da monografia, apesar dos dados suportarem, em princípio, uma análise descritiva. Dois fatores contribuíram para uma decisão favorável. Em primeiro lugar, o de que a reconstrução histórica de sociedades locais das do tipo de bairro rural no Brasil tropeça sempre nessas mesmas dificuldades e ignorá-las constitui perniciosa lacuna no conhecimento da sociedade brasileira. Em segundo lugar, o de que a ênfase nos estudos sobre a imigração para São Paulo tem sido posta na que foi constituir a força-de-trabalho assalariada ou semissalariada nas fazendas de café

(3) Antonio Candido, Os Parceiros do Rio Bonito, Livraria José Olympio Editora, Rio de Janeiro, 1964, p. 4.

Geralmente, apenas lacônicas referências são feitas aos núcleos coloniais oficiais para assinalar o seu fracasso, cedendo-se, nesse plano, às avaliações e tendências contidas na própria documentação pública.

A importância desses núcleos como objeto de estudo aparece na sua plenitude quando se tem em conta que frutificaram do intuito de instaurar um campesinato no Brasil. Ora, o campesinato pressupõe duas categorias fundamentais da sociedade capitalista: a propriedade privada da terra e a divisão do trabalho na agricultura.

Esse intuito (como se detalha no corpo da monografia) brota das mudanças de condições que até então haviam caracterizado o trabalho escravo como necessário à sustentação do capitalismo periférico (4). Por isso inscreve-se no quadro das transformações cruciais na estrutura da sociedade brasileira dessa fase, que têm como centro a implantação do trabalho livre.

Tais transformações ocorrem, todavia, em função das necessidades impostas para preservar a economia exportadora de produtos tropicais, principalmente o café, e consequentemente como técnica de continuidade no relacionamento metrópole-satélite, a partir do qual o capitalismo se particulariza na sociedade brasileira como capitalismo periférico. Constituindo a satelitização um mecanismo de dominação política e econômica e de transferência de renda que só adquire sentido a partir da ótica de "mercado" e não da ótica "nacional" (5), a economia colonial (satelitizada) resulta de

-
- (4) Octavio Ianni, As Metamorfoses do Escravo, Difusão Européia do Livro, São Paulo, 1962, p. 36; Fernando Henrique Cardoso, Capitalismo e Escravieço no Brasil Meridional, Difusão Européia do Livro, São Paulo, 1962, p. 53, nota 30; Luiz Pereira, Trabalho e Desenvolvimento no Brasil, Difusão Européia do Livro, São Paulo, 1965, p. 80.
- (5) Luiz Pereira, Ensaio de Sociologia do Desenvolvimento, Livraria Pioneira Editora, São Paulo, 1970, p. 57 e 65; Andrew Gunder Frank, "Desenvolvimento do Subdesenvolvimento Latino-Americano", trad. Duarte Lago Pacheco, in Luiz Pereira (ed.), Urbanização e Subdesenvolvimento, Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1969, p. 28-29.

uma divisão do trabalho em que a natureza da reciprocidade metrópole-satélite gera maior retenção de valor naquela, mantendo-se o segundo na condição de expropriado. Os mecanismos de satelitização transformam-se em mecanismos de expropriação sucessiva não só entre setores econômicos, mas diferencialmente entre as camadas sociais em cada um deles (6). Nesse tipo de relacionamento, o centro dinâmico da economia está na metrópole e na satelitização encontra-se uma das fontes da acumulação de capital no centro metropolitano (7). Por seu lado, o polo dominante da economia periférica alimenta-se também da satelitização que executa enquanto submetrópole.

A relação metrópole-satélite faz com que a mercadoria justificadora da satelitização realize o seu valor na metrópole e ao mesmo tempo, no limite, pela expropriação sucessiva bloqueie a possibilidade da divisão do trabalho, no interior do satélite, enquanto sustentada pelo cálculo racional.

Contudo, a implantação da propriedade privada da terra introduz um novo sentido na relação homem-natureza. A terra deixa de ser natureza e passa a ser renda capitalizada, uma vez que é apropriada privatamente por meio de dinheiro e propõe-se, portanto, como materialização de valor acumulado, o que supõe a mediação do mercado (8). As condições objetivas do trabalho impõem, então, ao camponês (proprietário-trabalhador) uma concepção da terra que só adquire sentido pelo cálculo racional, isto é, pela mediação do capital e das suas objetivações. Dêsse modo, o campesinato define-se contraditoriamente no capitalismo periférico: este o suscita e nega ao mesmo tempo. A expropriação sucessiva retira do campesinato as condições para efetivação do raciocínio capitalista que ele supõe.

(6) André Gunder Frank, Capitalisme et Sous-développement en Amérique Latine, trad. Guillaume Carle e Christos Passadeos, François Maspero, Paris, 1968, p. 22-23.

(7) Florestan Fernandes, Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento, Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1968, p. 37.

(8) Carlos Marx, Formaciones Económicas Precapitalistas, Introd. de E.J. Hobsbawn, trad. Gregorio Ortiz, Editorial Ciencia Nueva, Madrid, s/d, p. 132.

A idéia constitutiva e dominante do sistema que é a de sociedade, enquanto contrato, vínculo racional, fruto da razão abstrata, traduz-se num querer objetivamente dado. Esse querer é histórico na medida em que se propõe como necessário à efetivação do sistema, pois "os comerciantes ou capitalistas (...) são os donos e senhores naturais da sociedade. A sociedade existe para eles. É seu instrumento" (9). É no nível desse querer que a sociedade se apresenta com a sua feição integrada, quando é de fato essencial - mente separação (10). A sociedade, assim conceituada, é "artefato mecânico" que se agrega à sociabilidade humana "natural" e por isso tem caráter passageiro, isto é, histórico (11).

O querer societário só se impõe típica e plenamente nos setores constituídos, ou redefinidos, pela expansão do capitalismo, em que pode efetivar-se. Contudo, a satelitização enquanto mecanismo de expropriação sucessiva subtrai, em graus crescentes, aos setores satelitizados, as condições para que se descortine e se imponha esse querer (12) (a ponto de que a uma metropolização absoluta corresponde no outro extremo uma satelitização absoluta, o que permite no primeiro extremo a realização máxima possível desse querer e no outro a realização mínima), apesar de objetivamente in - rente a categorias como a de campesinato. Daí a importância da tipologia comunidade e sociedade enquanto definida por Tönnies como dois aspectos coexistentes de uma mesma realidade - a formação societária. As objetivações do capitalismo, que aparecem sob o conceito de sociedade, não impregnam a totalidade das pessoas nem definem todos os setores do sistema.

(9) Ferdinand Tönnies, Comunidad y Sociedad, trad. José Róvira Ar - nengol, Editorial Losada, S.A., Buenos Aires, 1947, p. 89 e 72.

(10) Ebiden, p. 65.

(11) Ebiden, p. 21.

(12) Florestan Fernandes, ob. cit., p. 41.

A "descoberta" da comunidade consiste, portanto, na detecção de componentes da formação societária que subsistem com as suas características tradicionais, pré-societárias, como se fôssem evidências de um outro tipo social, "natural", dada a sua sobrevivência (a sua aparente eternidade) "sob" os caracteres societários propriamente ditos. Essa descoberta não pode ocorrer senão na sociedade de classes, por meio das tensões que a constituem e que sublinham o caráter parcial, de classe, definidor dos segmentos que se descobrem como comunidade (13), pois esta não pode mais existir como formação histórica. A propriedade privada da terra introduz a mediação das objetivações capitalistas na relação homem-natureza, transformando o camponês em objeto, individualizando-o implicitamente, deixando-lhe apenas como comunidade a comunidade por agregação, por vizinhança. Isto é, na sociedade de classes a comunidade surge no nível da consciência como utopia de cunho conservador.

O nascer dessa utopia enraiza-se na contradição contida na situação do camponês: ao mesmo tempo trabalhador independente e instrumento de autoexpropriação, cujos resultados, pela satelitização, vão se acumular, em diferentes graus, nas camadas e nos setores metropolitanos a que se subordina (14). A sua independência responde pela forma peculiar como resiste a esse dilema. A sua consciência começa e acaba na vizinhança (15). É essa a alternativa que tem para o drama da subversão do seu mundo, pois não mais se encontra naquilo que produz. Esse desencontro redefine o sentido do trabalho: o que era fonte de fartura transforma-se em fonte de miséria. O trabalho independente não é mais do que proletarização virtual.

(13) Karl Mannheim, "O pensamento conservador", Ensayos Sobre Sociología y Psicología Social, trad. Florentino M. Torner, Fondo de Cultura Económica, Mexico-Buenos Aires, 1963, p.100-101 e 114.

(14) André Gunder Frank, ob. cit., p. 22-23.

(15) K. Marx, "O 18 Brumário de Luís Bonaparte", in K. Marx e F. Engels, Obras Escolhidas, volume I, Editorial Vitória Limitada, Rio de Janeiro, 1961, p. 277.

Emerge, então, a comunidade como utopia negadora da sociedade, ainda que apenas por implicação, e como fundamento de movimento social expressivo, num primeiro momento. No entanto, sendo o passado o tempo que dá conteúdo à utopia, o movimento que pode engendrar é de cunho pré-político, uma vez que não se propõe como "mundo" alternativo futuro à formação societária (16). Esta não é negada "por dentro", pois nega-se apenas o que é societário. Daí movimentos desse tipo caracterizarem-se como movimentos de resistência, frequentemente passiva, quando não dão à utopia um cunho transcendental (17).

Entende-se, desse modo, porque versando este estudo sobre uma sociedade local de imigrantes italianos não contenha em nenhum momento uma discussão, como traço principal ou secundário, do problema da assimilação. O que se explica, inicialmente, porque o conceito de assimilação tal como é correntemente utilizado não supõe o fenômeno da satelitização e da diferenciação dela resultante. Tendo nascido para diagnosticar o etnocentrismo como problema social, este por sua vez definido a partir da projeção da ideologia comunitária, que acentua integração e funcionalidade como critérios de normalidade, fica subordinada a valorações que lhe retiram a eficácia no estudo de situações concretas (18).

(16) Eric J. Hobsbawn, Rebeldes Primitivos, trad. Joaquim Romero Maurá, Ediciones Ariel, Barcelona, 1968, p. 17-18.

(17) Herbert Blumer, "Comportamento Coletivo", in Alfred McClung Lee (ed.), Princípios de Sociologia, Editora Herder, São Paulo, 1962, p. 262. Em relação ao Brasil, no mesmo período compreendido por este estudo, em parte o sentido do movimento sindical é marcado "pelo esforço de resistir ao capitalismo emergente", cf. José Albertino Rodrigues, Sindicato e Desenvolvimento no Brasil, Difusão Européia do Livro, São Paulo, 1968, p. 8 e 30-31. Sobre a passividade como característica do mutuo socorro, também praticado pela população aqui estudada, cf. Azis Simão, Sindicato e Estado - Suas relações na formação do proletariado de São Paulo, Dominus Editora, São Paulo, 1966, p. 160-162.

(18) August B. Hollingshead, "Community Research: Development and Present Condition", American Sociological Review, vol. 13, No. 2, April 1948, American Sociological Society, p. 136-146; Melford E. Spiro, "The Acculturation of American Ethnic Groups", American Anthropologist, vol. 57, No. 6, Part 1, December...

Entretanto, há um aspecto da teoria da assimilação que precisa ser retido. A migração - que não é somente passagem de uma localidade geográfica a outra, mas sim transição do sujeito, sozinho ou em grupo, de uma sociedade a outra - compreende três fases: "Primeira, a motivação para migrar - as necessidades e disposições que levam as pessoas a saírem de um lugar para outro; segunda, a estrutura do processo migratório real, da transição física da sociedade original para a nova; terceira, a assimilação dos imigrantes pelo esquema social e cultural da nova sociedade" (19). Durante essas três fases o sujeito se dessocializa, isto é, despoja-se de um certo número de relações sociais, reduz as suas relações ao grupo primário e provisório da fase de migração propriamente dita, e se ressocializa, ou seja, estabelece relações sociais no interior da sociedade de adoção, em virtude dos papéis que nela passa a desempenhar. Esta última fase culmina com a sua assimilação, quando, então, o imigrante reelabora a sua autoimagem (20).

É preciso, no entanto, assinalar que o ingresso do imigrante na sociedade de adoção se faz por um papel histórico, entre outros papéis sociais que compõem a configuração estrutural dessa sociedade. E representa a culminância da migração no seu duplo aspecto: enquanto mobilidade e remanejamento de força-de-trabalho no mercado internacional, nível da questão em que o imigrante cede à condição de objeto, uma vez que a origem e a direção do movimento não caem sob o seu domínio; e enquanto a migração também é um movimento social, dado que subjetivamente tem sentido como preservação ou rejeição de um tipo de vida, como conservação ou inovação (21).

... 1955, p. 1, 240-1, 241; Francis A. J. Ianni, "Time and Place as Variables in Acculturation Research", American Anthropologist, vol. 60, No. 1, Part 1, February 1958, p. 39-46; Maurice R. Stein, The Eclipse of Community - An Interpretation of American Studies, Harper & Row, Publishers, New York, 1964, cap. 1.

(19) S. N. Eisenstadt, The Absorption of Immigrants. (A Comparative Study Based Mainly on the Jewish Community in Palestine and The State of Israel), Routledge & Kegan Paul Ltd., London, 1954, p. 1.

(20) Ibidem, p. 2-7.

(21) William Petersen, "A General Typology of Migration", American Sociological Review, vol. 23, No. 3, June 1958, p. 256-266.

É justamente o conteúdo da migração que permite destacá-la, mais do que como transição de uma sociedade a outra, como transição entre uma etapa e outra da história ou no âmbito de uma mesma etapa.

Ora, o papel histórico de camponês no capitalismo periférico, como papel satelitizado, como ponto na escala da expropriação sucessiva, contraditório na relação entre o que é enquanto aspecto da configuração objetiva e o seu desempenho enquanto autoexpropriação, não pode ser pensado como papel assimilador, pois é condição de utopia negadora da assimilação.

Finalmente, o estudo sociológico do núcleo colonial como sociedade local suscita a questão da sua validade como procedimento científico, embora não seja a rigor, como se verá, um estudo de comunidade. A grande dificuldade desse método repousa em que, definindo como objeto-unidade de investigação a sociedade local, supõe, de um lado, a coincidência entre o geográfico e o social, o que implicaria, na formação societária, atribuir àquela a condição de formação histórica; de outro lado, supõe que nesse nível da sociabilidade existam singularidades relevantes (22). A falta de unanimidade a respeito de quais devam ser essas singularidades e a origem do método como projeção da visão comunitária do mundo subsistente na formação societária são algumas das dificuldades (23).

(22) August B. Hollingshead, loc. cit.; Conrad M. Arensberg, "The Community-Study Method", The American Journal of Sociology, volume LX, No. 2, September 1954, p. 109-124; Conrad M. Arensberg, "The Community as Object and as Sample", American Anthropologist, volume 63, No. 2, Part 1, April 1961, p. 241-264; Conrad M. Arensberg and Solon T. Kimball, "Community Study: Retrospect and Prospect", The American Journal of Sociology, The University of Chicago Press, volume 73, No. 6, May 1968, p. 691-705.

(23) Robert A. Nisbet, "Community", The Sociological Tradition, Basic Books, Inc., Publishers, New York, 1966, 3rd. printing, p. 56.

Neste trabalho, a questão da singularidade relevante foi resolvida pela seleção de uma categoria histórica, que é o campesinato, a qual permite superar a um só tempo o determinismo geográfico (levando a entendê-lo como historicamente produzido) e entender a sociedade local pela mediação da sociedade inclusiva (24). A comunidade surge assim como utopia na sociedade de classes e não como formação.

(24) Neste trabalho procurei incorporar as recomendações a respeito contidas em dois estudos: Octavio Ianni, "Estudo de Comunidade e Conhecimento Científico", Revista de Antropologia, vol. 9, nos. 1 e 2, junho e dezembro de 1961, p. 109-119; Maria Sylvia Franco Moreira, "O Estudo Sociológico de Comunidades", Revista de Antropologia, vol. XI, nos. 1 e 2, São Paulo, 1963, esp. p. 33.

Capítulo I

AMBIVALÊNCIAS E CONCILIAÇÕES NA IMIGRAÇÃO

1. Condições do trabalho livre

Apoiando-se inteiramente no trabalho escravo, a agricultura brasileira de exportação, através dos seus representantes no cenário político, viu-se compelida a uma reorganização institucional do país em face da efetiva supressão do tráfico de mão-de-obra escrava. Durante vinte anos protelara a efetivação dessa medida, descumprindo acôrdo estabelecido com a Inglaterra. Pois, na verdade, a última instância do seu funcionamento e da sua existência deslocara-se para os interesses do capitalismo inglês. O trabalho escravo nas colônias britânicas das Índias Ocidentais e o comércio escravista foram o fator da acumulação de capital que financiara a Revolução Industrial na Inglaterra (1). Em consequência reorientaram-se os interesses ingleses que passaram a opor-se ao monopólio das suas colônias no fornecimento de gêneros tropicais à metrópole. O monopólio representava preços altos aos consumidores ingleses (e consequentemente pressão sobre os salários industriais) (2) e, principalmente, bloqueio do acesso a um mercado de manufaturados mais extenso, dado que êsse só podia pagar as suas compras com gêneros tro -

(1) Eric Williams, Capitalism & Slavery, Capricorn Books, New York, 1966 (1ª edição: 1944), p. 1.

(2) Eric Williams, ob. cit., p. 136.

picais (3). A luta contra o monopólio traduziu-se, no plano imediato, numa luta contra o escravismo, pois nêle repousava o poder dos senhores absenteístas, cuja riqueza fluia da produção escrava (4). A acumulação do capital permitida pelo comércio escravista gerara, pois, interesses que passaram a se opor a êsse comércio. Obtida a abolição da escravatura em 1833, os mesmos interesses antiescravistas vieram a identificar-se com o escravismo nas economias coloniais não-inglesas, como a do Brasil, fundamentadas no trabalho escravo. E os antigos senhores de escravos, por seu lado, passaram a defender a cessação integral do tráfico, a fim de reconquistar condições econômicas favoráveis à sua produção, sobretudo o açúcar (5). É significativo que à supressão das tarifas protecionistas, na Inglaterra, para o açúcar de suas colônias, em 1846 (6), se tenha seguido, em 1850, a cessação efetiva do tráfico escravo para o Brasil.

Ao mesmo tempo, internamente, enquanto a extinção do tráfico não se compôs num quadro em que assumisse significados econômicos favoráveis aos senhores de escravos, os tratados ficaram à mercê da burla. No momento, porém, em que a expansão da demanda de mão-de-obra fêz-se sentir pela dilatação do número de empreendimentos agrários voltados para a exportação de produtos tropicais, sobretudo café, os plantadores das áreas mais antigas do país, alcançados pela crise da economia açucareira, compreenderam que a extinção implicaria na valorização dos seus escravos, ante a procura das áreas mais novas (7). De fato, cessada a importação de escravos, em 1850, renunciou-se a escassez de trabalhadores servis, por falta de renovação permanente do "estoque" de mão-de-obra (8), ao lado do crescimen

(3) Ibidem, p. 154.

(4) Ibidem, p. 136.

(5) Ibidem, p. 172-175.

(6) Ibidem, p. 136.

(7) Paula Beiguelman, A Formação do Povo no Complexo Cafeeiro; Aspectos Políticos, Livraria Pioneira Editôra, São Paulo, 1968, p.10.

(8) Stanley J. Stein, Grandeza e Decadência do Café no Vale do Paraíba, Editôra Brasiliense, São Paulo, 1961, p. 269-284.

to da procura, o que se refletiu "no custo do escravo, cujo valor subiu rapidamente" (9). Tornou-se "negócio altamente lucrativo vender escravos em São Paulo ou Rio" (10).

Embora, desde a cessação "oficial" do tráfico em 1831, o caráter ilícito da importação de escravos africanos já tivesse sido um fator de elevação dos preços do trabalhador, pelo aumento dos riscos corridos pelos traficantes (11), a sua abolição efetiva abriria a perspectiva do colapso do sistema escravocrata. Agora, além da elevação dos preços de escravos obtidos no tráfico interprovincial, tornava-se praticamente impossível "a renovação ilimitada do 'braço negro'" (12). A longo prazo a inelasticidade de oferta da mão-de-obra, relativamente ao crescimento da agricultura de exportação, pela elevação ainda maior dos preços da força de trabalho, tornaria o escravo antieconômico. Impunha-se, portanto, integrar a abolição legal do comércio de escravos num conjunto de medidas que harmonizassem a transição do trabalho escravo para o trabalho livre (que se esboçava) com a sobrevivência da economia colonial. Nesse processo, a "grande lavoura", como era chamada a agricultura de exportação, revelava-se necessitada não necessariamente de escravos, mas de mão-de-obra suficientemente barata, para que as fazendas produzissem em regime de custos mínimos (13), respondendo as-

(9) Roger Bastide e Florestan Fernandes, Branços e Negros em São Paulo, Companhia Editôra Nacional, São Paulo, 1959, p. 35-36.

(10) Fernando Henrique Cardoso e Octavio Ianni, Côr e Mobilidade Social em Florianópolis, Companhia Editôra Nacional, São Paulo, 1960, p. 82-83; Florestan Fernandes, A Integração do Negro à Sociedade de Classes, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1964, p. 5-9.

(11) Emília Viotti da Costa, Da Senzala à Colônia, Difusão Européia do Livro, São Paulo, 1966, p. 36.

(12) Roger Bastide e Florestan Fernandes, Branços e Negros em São Paulo, cit., p. 38.

(13) Rodolfo Stavenhagen, "Sete Teses Equivocadas sôbre a América Latina" in José Carlos Garcia Durand, Sociologia do Desenvolvimento, Zahar Editôres, Rio de Janeiro, 1967, p. 124.

sim aos limites de preços que poderiam ser pagos pelos mercados consumidores europeus, computados os lucros mínimos desejados pelos intermediários. "O que se gastava com o escravo (...) podia-se comprimir até o mínimo vital às suas necessidades. Seu nível de vida era ditado pelo interesse do senhor" (14). O padrão de vida do trabalhador escravo era compulsoriamente determinado pela rentabilidade esperada no estabelecimento agrário e, especialmente, nos setores da economia organizados de forma tipicamente capitalista.

O tráfico interprovincial assumiu, então, um caráter provisório. O mesmo ocorreu com as providências visando ao trancamento dos noviciados nas ordens monásticas, cujos bens, por sua extinção natural, deveriam reverter ao patrimônio nacional, das quais a "nação era legítima sucessora" (15). Providências, aliás, que embora evidenciadas já no período pombalino, atualizavam o seu significado com as primeiras medidas efetivas contra o tráfico.

O resultado de uma medida assim seria a apropriação, pelo Estado, de milhares de escravos das ordens regulares, que apesar de todas as leis em contrário, como a experiência demonstraria em alguns casos, ficariam sob a tutela de protegidos do governo. Ao que se nota, a intenção era a de que a grande lavoura acabasse se beneficiando com essa expropriação. Basta dizer que só a Ordem de São Bento libertaria, em 1871, "nada menos de quatro mil escravos de suas fazendas em todo o Brasil", antecipando-se à execução das medidas que visavam transformar os seus bens em apólices da dívida pública (16). O futuro inevitável da escravidão e as condições peculiares de participação da força de trabalho na agricultura de expor

(14) Emília Viotti da Costa, Da Senzala à Colônia, cit., p. 28.

(15) Benjamin Franklin Ramiz Galvão, "Apontamentos Historicos sobre a Ordem Benedictina em Geral e em Particular sobre o Mosteiro de N.S. de Monserrate da Ordem do Patriarcha S. Bento, d'esta cidade do Rio de Janeiro" (1869), Revista Trimensal do Instituto Historico. Geographico e Ethnographico do Brasil, Tomo XXXV, Parte Segunda, B.L. Garnier - Livreiro-editor, Rio de Janeiro, 1872, p. 376.

(16) Ibidem, p. 412-414; Dom Joaquim G. de Luna, O.S.B., Os Monges Beneditinos no Brasil, Edições "Lumen Christi", Rio de Janeiro, 1947, p. 8.

tação, implicavam de imediato, na verdade, na formulação de uma política imigrantista. "Emancipação e imigração ficavam, dessa forma, intimamente relacionados" (17).

É certo que uma política de imigração e colonização vinha sendo posta em prática no país desde o período colonial, com a finalidade de povoar o extremo sul e garantir a posse do território brasileiro, nessa área, para a coroa portuguesa. A experiência imigrantista brasileira, aliás, limitava-se aos chamados núcleos de povoamento e era essencialmente uma política de colonização. Com a abolição do tráfico, porém, o que se necessitava era basicamente uma política de imigração, para constituição de um mercado de mão-de-obra que fizesse do trabalho livre um fator de produção economicamente aceitável pela grande lavoura. Era necessária a introdução de imigrantes em número tal e com tais características que se produzisse uma superoferta de força de trabalho. Em face destas novas condições, a imigração teria que perder, a partir de então, o seu vínculo exclusivo com os núcleos de povoamento; ou seja, teria que deixar de produzir pequenos proprietários e de alimentar a agricultura de subsistência.

Suspender a política de colonização e manter apenas a de imigração não transformaria o imigrante, necessariamente, em força de trabalho disponível para a grande lavoura. O regime de ocupação das terras, então vigente, faria dele, potencialmente, um proprietário e não um assalariado. Foi essa uma fase de alastramento da fronteira econômica, na qual proliferaram os posseiros(18). A associação deliberada entre extinção do tráfico e imigração evidenciou-se, assim, na Lei de Terras promulgada no mesmo ano de 1850 (Lei nº 601), "a qual (...) regulava o modo de ocupação das terras devolutas, promovia a legitimação das que tinham sido havidas por

(17) Emília Viotti da Costa, Da Senzala à Colônia, cit., p. 65.

(18) Maurício Vinhas de Queiroz, "Notas sobre o Processo de Modernização no Brasil", Revista do Instituto de Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, vol. 3, nº 1, jan-dez. 1966, p. 139.

simples ocupação, proibia as aquisições por outro título que não fôsse o de compra e autorizava o governo a fazer vir anualmente, à custa do Tesouro, certo número de colonos livres e bem assim fundar colônias nos lugares que mais conviesse" (19). Essa lei alterava fundamentalmente as funções da imigração. Além de transformar a terra em equivalente de mercadoria, condicionava o surgimento de novos proprietários à posse prévia de capital. Os trabalhadores livres nas fazendas tinham a possibilidade do acesso às zonas pioneiras modificada: dependendo de recursos financeiros para tornarem-se proprietários, deveriam ser antes disso assalariados, seja nas próprias zonas pioneiras, seja nas zonas velhas (20). Do mesmo modo, o imigrante deveria ser previamente trabalhador da grande fazenda e a possibilidade de transformar-se em proprietário dependeria dos ganhos que assim obtivesse (21), ganhos êsses condicionados pelos interesses do fazendeiro. O imigrante pobre teria que entrar no país com um destino predeterminado: força de trabalho para a grande lavoura.

Contudo, a concretização dos princípios e interesses envolvidos na política de extinção do tráfico, de imigração e de terras não contou com o delineamento dos meios que lhe seriam mais adequados. Foram necessários vários anos de tentativas e desacertos até que os fins e os meios se ajustaram de modo racional na mente dos fazendeiros e dos políticos. A experiência prévia com os núcleos de povoamento foi adaptada às necessidades da grande lavoura e à menta-

-
- (19) "Relatorio Apresentado ao Exmo. Snr. Dr. Jorge Tibiriçá Digno Secretario de Estado dos "negocios d'Agricultura, Commercio e Obras Publicas pelo Inspetor Engenheiro Leandro Dupré em 1º de Março de 1893", anexo nº 2 do Relatorio Apresentado ao Dr. Presidente do Estado de São Paulo Pelo Dr. Jorge Tibiriçá Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas Em 4 de Abril de 1893, Typ. G. Leuzinger & Filhos, Rio de Janeiro, 1893, p. 10-11.
- (20) Maurício Vinhas de Queiroz, "Notas sobre o Processo de Modernização no Brasil", cit., p. 141-143.
- (21) Italo Dal'Mas, São Caetano do Sul e seus Fundadores, Gráfica-Editora Michalany Ltda., São Paulo, 1957, p. 78.

lidade escravocrata do fazendeiro (22). Aliás, mais do que à mentalidade escravocrata do fazendeiro, às condições escravocratas da economia colonial da qual aquela era um produto, dado que, em face da escassez da força de trabalho, esta precisava ser compulsoriamente submetida ao seu comprador. O fazendeiro entendia que organizando núcleos coloniais particulares, como fez Vergueiro, e utilizando a força de trabalho sob o regime de parceria, teria na sua propriedade e à sua disposição a mão-de-obra de que necessitasse (23). Não se constituía, assim, um mercado de trabalho livre, em que a mão-de-obra estivesse à disposição de todos os que dela necessitassem e pudessem adquiri-la. Embora a localização do trabalhador fôsse autofinanciada, os fazendeiros tenderam a encará-lo segundo os mesmos princípios que regiam o seu relacionamento com os escravos: através da manipulação das dívidas e dos ganhos dos colonos, procuravam apropriar-se deles, como coisa sua. Nesse contexto, foram organizados 108 colônias em São Paulo, entre 1829 e 1890, das quais 62 (57,5%) eram colônias de parceria e 92 (85,2%) eram particulares. Das 108, 67 foram organizadas entre 1851 e 1860 e 18 entre 1861 e 1870. Portanto, 78,6% das colônias fundadas nesses 63 anos, foram-no nos vinte anos que se seguiram à extinção efetiva do tráfico e à Lei de Terras. De outro lado, das 92 colônias particulares, apenas 30 organizaram-se sob regimes diferentes do de parceria (pequena propriedade, locação de serviços, salário, havendo 11 sem indicação) (24).

(22) Sergio Buarque de Holanda, "Prefácio do Tradutor", in Thomas Davatz, Memórias de um Colono no Brasil (1850), tradução, prefácio e notas de Sergio Buarque de Holanda, Livraria Martins, São Paulo, 1941, p. 17.

(23) Thomaz Davatz, Memórias de um Colono no Brasil (1850), cit., p. 72-74, 91 e 116.

(24) "Relatório Apresentado ao Exmo. Snr. Dr. Jorge Tibiriçá Digno Secretário de Estado dos Negócios d'Agricultura, Commercio e Obras Publicas pelo Inspetor Engenheiro Leandro Dupré em 1º de Março de 1893", cit., p. 14, anexo.

Na medida em que a conciliação entre a participação compulsoriamente restrita da força de trabalho no custo das mercadorias de exportação e o trabalho livre mostrava-se insatisfatória, podia-se notar a existência de uma capacidade ociosa da força de trabalho livre, que não era absorvida permanentemente pela fazenda. A economia de exportação tinha que remunerar também os períodos de vacância ditados pelo ciclo das plantações, para "segurar" o trabalhador. Ou seja, o trabalhador submetia-se integralmente à economia da fazenda, destituindo-a das condições para utilizar e computar a mão-de-obraes- tritamente necessário à produção dos artigos de exportação. Nesse sentido, também, o colono não se diferenciava do escravo. Tornava-se difícil a separação entre a força de trabalho (mercadoria requerida pela agricultura exportadora) e o seu proprietário (não mais mercado- ria). O regime da parceria e das colônias particulares, no seu sentido típico inicial, mostrou-se incongruente com os requisitos de multiplicação do capital sob o regime do trabalho livre, não só porque o fazendeiro orientava as suas ações a partir de representações típicas da sociedade escravocrata, mas também porque a associação entre imigração e colonização particular não dissociava a força de trabalho e o trabalhador, alimentando desse modo, na mente do fazendeiro, as concepções próprias do regime escravista.

Transformações históricas "exteriores" à sociedade brasileira impossibilitaram nesta a continuidade da fase escravista da economia colonial. O impedimento à utilização do trabalhador cativo deu-se com a persistência das condições da escravatura. O trabalho livre se impôs condicionado pela preservação da economia colonial, o que levou um autor a concluir que "seguramente não é a menor das ironias da história brasileira que, quando finalmente se instalou a imigração em massa, ela não criou um novo Brasil, como se esperava, mas serviu, ao contrário, para amparar a combalida estrutura do velho"(25).

(25) Michael M. Hall, The Origins of Mass Immigration in Brazil, 1871-1914, Ph. D. Thesis, Faculty of Political Science, Columbia University, s/l, 1969, manuscrito, p. 181.

2. As funções ambivalentes dos núcleos coloniais

Coube ao Estado superar as limitações das colônias particulares, frequentemente tidas como causadoras de tensões e conflitos que repercutiam negativamente nas áreas de emigração, organizando os núcleos coloniais oficiais. Por aí, os dispêndios com a importação de trabalhadores passaram a ser socializados, dando-se, por esse meio, condições ao imigrante para permanecer alheio à tutela do fazendeiro e para oferecer-se livremente no mercado de trabalho, se assim lhe conviesse. Em decorrência, foram fundados, entre 1876 e 1890, 15 núcleos coloniais em São Paulo, dos quais 14 eram oficiais (26). Veio o Estado, como se vê, a ocupar o lugar até então predominantemente ocupado pelo particular.

A fundação dessas colônias oficiais anteciparam-se medidas legais e administrativas para centralização das funções da imigração dentro do espírito da Lei de Terras. "Por Decreto nº 6 123 de 23 de fevereiro de 1876, a comissão de registro geral de terras públicas e possuídas e a Agência Oficial de Colonização, ficaram constituindo a Inspeção de Terras e Colonização, sendo declaradas extintas as repartições de terras públicas nas províncias" (27). O fornecimento de mão-de-obra livre à grande lavoura vinculou-se a uma política de colonização. Dêsse modo, o governo padronizou as soluções para o problema da substituição do escravo em termos da sua experiência prévia com os núcleos de povoamento. O sentido pleno dessas medidas aparece quando se tem em conta que a política de fundação de núcleos oficiais pretendia ser uma resposta ao problema de abastecimento da gran

(26) Henrique Doria de Vasconcelos, "Alguns Aspectos da Imigração no Brasil", Boletim do Serviço de Imigração e Colonização, São Paulo, março de 1941, nº 3, p. 13; "Relatório Apresentado (...) pelo Inspetor Engenheiro Leandro Dupré em 1º de Março de 1893", cit., p. 14.

(27) Ibidem, p. 11.

de lavoura com a mão-de-obra livre. O Estado, ao financiar a imigração e a localização de trabalhadores, não só "socializava" a força de trabalho, para constituir um mercado de oferta que dela separasse a pessoa do trabalhador (28), como entendia que a elevação da densidade demográfica, por esse meio, produziria um trabalhador que se oferecesse à grande lavoura nas fases de demanda sazonal e que se automantivesse nas fases de vacância. O caráter de resposta aos problemas da grande lavoura transparece nitidamente na nomeação de Antônio da Silva Prado, um seu representante, para Inspetor Especial de Terras e Colonização em São Paulo, cargo para cujo exercício ofereceu-se gratuitamente (29).

É preciso ter em conta, no entanto, que o problema da substituição do trabalhador escravo pelo trabalhador livre exprimia-se inversamente na política governamental e na inteligência dos fazendeiros. Naquela sedimentavam-se os resultados de múltiplos processos e intenções. Nesta, o problema tendia a ser avaliado em termos dos resultados econômicos oferecidos pelo imigrante em confronto com o escravo (30). Por isso mesmo, as modificações institucionais de 1850 antecipam uma compreensão do processo que só paulatinamente surgiria para os fazendeiros, com a Lei do Ventre Livre, de 1871 e com a libertação dos sexagenários. Como decorrência dessa diversidade de entendimento da questão, a própria política imigrantista do governo teve que se expressar através de significados e problemas afastados dos da grande lavoura. Embora a função latente dos núcleos oficiais fôsse a de permitir a segmentação entre o trabalhador

(28) Octavio Ianni, Racas e Classes Sociais no Brasil, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1966, p. 103.

(29) Departamento do Arquivo do Estado, "Colônias", Caixa 3, of. nº 56, Rio de Janeiro, 27 de setembro de 1877; "Relatório Apresentado (...) pelo Inspetor Engenheiro Leandro Dupré em 1º de Março de 1893", cit., p. 11.

(30) Florestan Fernandes, A Integração do Negro à Sociedade de Classes, cit., p. 18-20.

e o seu trabalho, a função manifesta exprimiu-se ao nível de questões que envolviam uma população maior do que aquela diretamente interessada nos resultados econômicos da agricultura de exportação.

Com efeito, o deslocamento da preeminência do café da zona Norte para a zona Central da Província, entre 1854 e 1886 (31), significou o declínio da cultura de alimentos, especialmente na área de Atibaia e Bragança. Era daí que tradicionalmente provinha o abastecimento alimentar da cidade de São Paulo: "As Povoações ao Norte, Bragança, Atibaia e Nazaré são, por assim dizer, os celeiros da Capital, cultivam o feijão, milho e arroz, e criam Porcos" (32). Com a cessação do tráfico e a expansão da cafeicultura, ocorreu nessa área uma intensificação no uso do braço escravo exclusivamente no café, dada a sua revalorização no tráfico interprovincial. A conjugação dos ciclos das lavouras de subsistência com o da lavoura de café tornou-se impraticável. Nas áreas de penetração recente da cafeicultura já não se podia dispor de força-de-trabalho suficiente para preservar essa conjugação, dado que a limpa dos cafezais passou a exigir mais tempo, em função de disponibilidades insuficientes de mão-de-obra. Houve mesmo casos de cafezais, nas áreas novas que, devido à sua fertilidade maior, necessitavam até cinco carpas anuais e terem-nas reduzidas a três e até duas quando se dispunha apenas de trabalho escravo (33). É bem verdade, havia

(31) Sérgio Milliet, Roteiro do Café e Outros Ensaios, 3ª edição, Coleção Departamento de Cultura, São Paulo, 1941, p. 19-20, 44 e 49.

(32) Daniel Pedro Müller, Ensaio d'um Quadro Estatístico da Província de S. Paulo (1ª edição: 1838), reedição literal, Secção de Obras d'"O Estado de S. Paulo", S. Paulo, 1923, p. 25. Cincoenta anos-antes, os mantimentos consumidos na cidade vinham da mesma área. Cf. José Arouche de Toledo Rendon, "Reflexões sobre o estado em que se acha a agricultura na capitania de S. Paulo", (1788), in Archivo do Estado de S. Paulo, Publicação Official de Documentos Interessantes para a Historia e Costumes de S. Paulo, vol. 44, Typ. Cardozo Filho & Comp., São Paulo, 1915, p. 205.

(33) C. F. Van Delden Laërme, Le Brésil et Java. Rapport Sur la Culture du Café en Amérique, Asie et Afrique, La Haye-Paris, 1885, p. 256.

a prática da cultura consorciada durante os primeiros anos de vida do cafezal (34), na qual a limpa do café servia ao mesmo tempo à limpa das outras plantas. Ainda assim, o prolongamento dos períodos de carpa, se não afetavam necessariamente a limpeza das culturas consorciadas, tinham um limite para não afetar significativamente a produção de alimentos: a estreiteza das épocas apropriadas para plantio e colheita de gêneros. Se, por um lado, uma das consequências dessa situação teria sido a liquidação da autosuficiência que marcou a vida nas fazendas da primeira fase da cafeicultura - herança das antigas lavouras de cana-de-açúcar - e do estilo de vida e de mentalidade que ela produziu (35), por outro lado concorreu significativamente para a redução do plantio e da oferta de gêneros de primeira necessidade (36) e para o seu encarecimento.

O deslocamento do café para a zona Central, deslocou igualmente o seu comércio para o pôrto de Santos. "A capital transformou-se, pois, em eixo comercial da economia paulista" (37). Por outro lado, entre 1854 e 1872, a população da capital praticamente mnteve-se estável (38). Porém, entre 1872 e 1886, o crescimento foi de cerca de 50%, a uma taxa aritmética média de 3,9% ao ano (39). Ao lado, pois, do desenvolvimento comercial da cidade e do crescimento da sua população, deu-se uma redução na oferta dos gêneros de primeira necessidade e surgiu, em consequência, a carestia.

Com base numa pesquisa de preços feita através de jornais da época, uma historiadora observou que "O preço dos gêneros aumentou progressivamen -

(34) Sérgio Buarque de Holanda, Raízes do Brasil, Livraria José Olympio Editora, 3ª edição, Rio de Janeiro, 1956, p. 255-256.

(35) Ibidem, p. 254.

(36) Emília Viotti da Costa, Da Senzala à Colônia, cit., p. 131 ; Sérgio Buarque de Holanda, Raízes do Brasil, cit., p. 255.

(37) Roger Bastide e Florestan Fernandes, Branços e Negros em São Paulo, cit., p. 39, 27-28.

(38) Ibidem, p. 41.

(39) Ibidem, p. 41.

te entre 1855 e 1875. Um alqueire de arroz passou de 5\$100 em 1855 para 11\$000 em 1875 (aumento de 137%); o feijão passou de 4\$200 para 9\$000, tendo aumentado de 123% o alqueire. O açúcar e a farinha de mandioca foram os menos atingidos pela alta. O açúcar, provavelmente, por ser cultivado em muitas fazendas da zona cafeeira, e a farinha de mandioca pelo caráter amplo da sua produção, à qual podia se dedicar qualquer pequeno lavrador. A arrôba de açúcar, entre 1855 e 1875, passou de 3\$300 para 5\$200 (cêrca de 57%), enquanto a farinha de mandioca, no mesmo período, aumentou de 64%, passando de 2\$500 para 4\$000 o alqueire. Também o toucinho foi atingido pela alta de preços, passando no curso de vinte anos de 7\$500 para 11\$000 (aumento de 46%) (40).

Essa foi, convém esclarecer, uma fase de elevação geral dos preços, inclusive em outros países (41), ao que parece, motivada pela descoberta do ouro na Austrália, na Sibéria e, principalmente, na Califórnia (42). Contudo, houve ao mesmo tempo uma melhora nos preços do café e uma grande alta nos preços do algodão, devido à Guerra de Secessão (43). O café, entre 1855 e 1875, subiu de 4\$200 para 10\$200, ou seja, teve seu preço aumentado em 142% (44). Paralelamente, diante dos preços favoráveis, a própria província de São Paulo experimentou um surto algodoeiro, sobretudo em regiões que não tinham despertado o interêsse dos cafeicultores. Como resultado, o café passou a sofrer a concorrência do algodão na demanda de mão-de-obra. Como os preços do café eram favoráveis, deu-se, ao mesmo

(40) Emília Viotti da Costa, Da Senzala à Colônia, cit., p.133-134.

(41) Ibidem, p. 135.

(42) Nícia Vilela Luz, A Luta pela Industrialização no Brasil, Difusão Européia do Livro, São Paulo, 1961, p. 19.

(43) Celso Furtado, Formação Econômica do Brasil, Editora Fundo de Cultura, 2ª edição, Rio de Janeiro, 1959, p. 152.

(44) Emília Viotti da Costa, Da Senzala à Colônia, cit., p. 134.

tempo, um aumento da área cultivada e um acréscimo na procura de braços (45).

Conjugaram-se, dêsse modo, vários fatores para fazer declinar ou suprimir a produção de alimentos nas fazendas dedicadas à agricultura de exportação. Como a elevação de preços do café fôra superior à dos alimentos, não deixava de ser economicamente viável o suprimento das fazendas com gêneros importados de outras áreas ou, até mesmo, do exterior. Milho, arroz e feijão foram importados da Europa e dos Estados Unidos (46).

A questão, ainda assim, era grave. Como decorrência da expansão da cafeicultura, como se viu, a população da cidade de São Paulo cresceu. O mesmo ocorrendo com a de Santos e Campinas. Esta e São Paulo transformaram-se em entroncamentos ferroviários, nos quais se acumularam as funções de redistribuição de suprimentos para as zonas produtoras, e Santos em pôrto de distribuição. Em consequência, o custo de vida dessas populações repercutia obrigatoriamente nos preços internos dos produtos importados, ainda que estes viessem sendo beneficiados com tarifas protecionistas para atender às reclamações da lavoura (47). A própria produção interna, quando destinada à capital, era frequentemente atravessada por negociantes interessados em revendê-la na mesma capital ou em Santos (48). Várias tentativas foram feitas pela Câmara para beneficiar o comércio direto dos produtores de alimentos, mas tôdas elas tropeçaram na ação dos atravessadores, que pela especulação conseguiam elevar ainda mais os preços dos gêneros (49).

A solução do problema da mão-de-obra através dos núcleos coloniais oficiais encontrou, assim, um ponto de apoio na carestia

(45) Celso Furtado, Formação Econômica do Brasil, cit., p. 152.

(46) Emília Viotti da Costa, Da Senzala à Colônia, cit., p. 135.

(47) Nícia Vilela Luz, A Luta pela Industrialização no Brasil, cit., p. 24-25.

(48) Atas da Câmara da Cidade de S. Paulo - 1869, vol. IV, Departamento de Cultura, 1946, p. 200.

(49) Atas da Câmara da Cidade de S. Paulo - 1877, vol. LXIII, Departamento de Cultura, 1949, p. 46; Atas da Câmara da Cidade de S. Paulo - 1878, vol. LXIV, Departamento de Cultura, 1949, p. 28-29, 42, 69 e 130.

dos gêneros de primeira necessidade. Tanto a população urbana quanto os fazendeiros produtores de artigos de exportação tornaram-se interessados no barateamento da alimentação. "Os projetos apresentados à Assembléia Legislativa Provincial, a partir de 1858, até a década dos setenta, visavam sobretudo, a estimular a formação de núcleos coloniais. (...) ... a colonização apareceu como a solução para o problema dos gêneros de primeira necessidade..." (50). "Um outro elemento de prosperidade, de interesse patente e imprescindível, consiste na fundação de colônias nas imediações desta Capital para aperfeiçoamento da pequena indústria agrícola. (...) Uma colônia em tais condições disporá de meios para abastecimento desta e de outras cidades em próxima e rápida comunicação pelas linhas férreas, e que não gozam, com abundância, dos gêneros alimentícios e de consumo diário" (51). E num outro relatório dizia-se: "é esse o meio de desenvolver a imigração" (52). Dois problemas eram assim associados em função dos interesses da cafeicultura: o da mão-de-obra e o do abastecimento.

Até então, a política de colonização através de núcleos oficiais, sobre ser onerosa, resultava não raro em agrupamentos que, cessada a assistência governamental, definhavam na economia de subsistência (53), tal como ocorrera com a colônia alemã de Sto. Amaro, nas proximidades da capital (54). É nessa fase e nessas condições que os núcleos coloniais oficiais adquirem seu pleno sentido, pois a agricultura de alimentos contava com um mercado que pagava preços altos.

(50) Emília Viotti da Costa, Da Senzala à Colônia, cit., p.136 a 138.

(51) Relatorio Apresentado À Assembléa Legislativa Provincial pelo Exm. Sr. Dr. Joao Theodoro Xavier Presidente da Provincia No Dia 5 de Fevereiro de 1873, Typographia Americana, S.Paulo, 1873, p. 10.

(52) Relatorio Apresentado Á Assembléa Legislativa Provincial de S. Paulo Pelo Presidente da Provincia Exm. Sr. Dr. Sebastiao Jose Pereira Em 2 de Fevereiro de 1876, Typ. do "Diario", S.Paulo, 1876, p.64; Eugenio Egas, Galeria dos Presidentes de São Paulo, Publicação Official do Estado de São Paulo comemorativa do 1º Centenario da Independencia do Brazil, 1º volume, Secção de Obras d'"O Estado de São Paulo", São Paulo, 1926, p. 521.

(53) Celso Furtado, Formação Econômica do Brasil, cit., p. 150.

(54) Edmundo Zenha, A Colônia Alemã de Santo Amaro, Separata da "Revista do Arquivo", vol. CXXXI, Departamento de Cultura, São Paulo, 1950, p. 58.

O êxito da política de núcleos coloniais oficiais não dependia exclusivamente da existência de mercado para a sua produção. Apoiando-se no princípio de que nada devia ser dado, mas sim vendido ao imigrante, ela implicava na observância de algumas outras condições que a êste permitissem uma rápida integração na economia de mercado. Desprovido de capital e com os seus ganhos empenhados durante alguns anos para amortização das dívidas contraídas na aquisição do lote e no recebimento de subsídios até se tornar autônomo, o imigrante não tinha condições de integrar-se na agricultura de exportação (55). Dependia, portanto, da produção de gêneros de ciclo curto e de remuneração certa. Ou seja, dependia de condições e culturas que lhe permitissem beneficiar-se do mercado existente. Nos procedimentos adotados em relação aos quatro núcleos coloniais instalados nos arredores da capital, em 1877, particularmente em relação ao de São Caetano, pode-se apreender as precauções que nesse sentido foram ditadas pela experiência anterior em matéria de núcleos oficiais.

Quando, em 1873, o Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas iniciou as providências para criar núcleos coloniais nos arredores da Cidade de São Paulo, estabeleceu duas condições preliminares para aquisição dos terrenos: que fôsses próximos de estrada de ferro e que fôsses férteis (56). Na ocasião, a Câmara recomendou a Fazenda Caaguaçu, dos Carmelitas, e um sítio no bairro da Penha, que já estivera nas cogitações de um senador para instalação de colônia particular (57). Mais tarde, efetuou-se um levantamento das grandes propriedades localizadas na margem esquerda do rio Tietê. O relatório respectivo e outros relatórios que se seguiram mostram que os funcionários preocuparam-se não só com a fertilidade do solo, mas também com a comunicação com os mercados e a comunicação interna nas propriedades, pondo ênfase no cálculo das distâncias e na extensão das terras. No confronto das propriedades (p. ex.: a Fazenda Caaguaçu e a Fazenda de São Caetano), o en-

(55) Celso Furtado, Formação Econômica do Brasil, cit., p. 150.

(56) Atas da Câmara da Cidade de São Paulo - 1873, vol. LX, Departamento de Cultura, 1948, p. 71 e 102.

(57) Ibidem, p. 102.

genheiro encarregado da medição concluiu pela superioridade da Fazenda de São Caetano, "já pela sua posição, já pela qualidade de suas terras e dimensões, já pela facilidade de poder-se empregar em uma grande parte dela os instrumentos aratórios" (58). Embora, dois anos depois, outro relatório referisse que as suas terras eram fracas (59), ela acabou sendo preferida em relação a Caaguaçu, que não dispunha das mesmas facilidades de comunicação. Sobre as condições de produção prevaleceram, pois, as de comercialização. Esperava-se, com isso, que o imigrante saldasse depressa as duas dívidas para com o Estado e, ao mesmo tempo, ficasse suficientemente motivado para permanecer na província. Comentando, aliás, a instalação próxima dos núcleos coloniais, publicava um jornal: "A questão é os homens acomodarem-se entre nós, porque pelo contrato de engajamento têm eles a faculdade de viajar por todo o Brasil, à custa dos cofres públicos, enquanto não se determinarem a fixar residência em um núcleo certo. Convém, portanto, que se dêem providências no sentido de captar-lhes as boas graças, fixando-os aqui. É disso que havemos mister" (60).

A vinculação entre o problema da mão-de-obra e o problema da carestia dos gêneros, de modo que os núcleos coloniais constituíssem para ambos uma única solução, deu a estes um cunho ambíguo, ambiguidade tanto mais acentuada no caso dos núcleos da periferia da capital. Essa ambiguidade radicava simplesmente no fato de supor uma divisão do trabalho entre agricultura de alimentos e agricultura de exportação que podia ser inferida da carestia de gêneros, e de não levar-se em conta que o cerne do sistema econômico

(58) Nicolau d'Athogino, Relatório do exame feito em varias fazendas e localidades, na margem esquerda do Rio Tiete por ordem do Ilmo. e Exmo. Snr. Doutor Joao Theodoro Xavier muito Digno Presidente da Provincia de São Paulo, manuscrito, 24 de Setembro de 1874, Departamento do Arquivo do Estado, "Colônias", Anos 1870-1877, Caixa 3.

(59) José Cupertino Coelho Cintra, Relatório, Inspeção Geral de Terras e Colonização, Gabinete do Ajudante, São Paulo, 2 de setembro de 1876, manuscrito, Departamento do Arquivo do Estado, "Colônias", Anos 1870-1877, Caixa 3.

(60) Diário de São Paulo, 6 de julho de 1877, p. 2.

continuava sendo a agricultura de exportação e que essa estava em crise de demanda de força-de-trabalho. Por isso, os núcleos coloniais sempre foram apresentados de modo a que a sua existência de alguma forma se ligasse aos interesses da cafeicultura: como abastecedores das regiões carentes de gêneros, como focos de atração de imigrantes ou como meio de criação de um semi-proletariado para a grande lavoura. Em outras palavras, a existência dos núcleos coloniais foi assentada em função da economia de exportação, embora aparentemente constituídos como se tivessem surgido as condições para uma economia de subsistência de base mercantil. Nessa dupla face estava a sua ambivalência.

3. Elaboração da ideologia do trabalho

A definição ambígua das funções dos núcleos coloniais oficiais exprimia, na verdade, as concepções contraditórias que marcavam o debate sobre o problema da imigração. Os interesses da grande lavoura (leia-se: da cafeicultura) eram circunscritos regionalmente e para que o Estado interferisse na questão a fim de propiciar a segmentação entre o trabalho e o trabalhador precisava antes conciliar essa diversidade de concepções e interesses. Em outras palavras, a política imigratória e colonizadora do Estado não refletia linearmente os interesses específicos da cafeicultura.

Entre a proposição do problema da imigração e o encontro da ideologia que poderia compô-la com os requisitos de sobrevivência da economia colonial existiram vários "momentos" que precisam ser retidos para compreender-se a situação final dos núcleos oficiais. Esses "momentos" podem ser retidos através de pronunciamentos, sobretudo de autoridades provinciais, que fixaram as várias concepções envolvidas, e de suas implicações práticas na transição de um "momento" a outro.

Como já foi dito, a interferência do Estado na organização de núcleos coloniais oficiais na província de São Paulo situava-se entre o declínio da prática de instalação de colônias particulares e a chamada grande imigração. Na verdade, os núcleos oficiais nunca tiveram uma importância numérica expressiva e quase que se

poderia dizer que a sua existência foi mais de natureza experimental nessa província. Esse fato concorreu para acentuar a ambiguidade das suas funções e a indeterminação em que foram gerados e mantidos. Contudo eles exprimiram um dos momentos de constituição da ideologia trabalhista da grande lavoura, dado que, assim como o correria com as colônias particulares, representavam mais uma tentativa na transição para os termos definitivos da imigração e da implantação do trabalho livre.

O primeiro "momento" foi bastante marcado pela carestia de gêneros, que veio para o plano principal na justificativa para instalação das colônias oficiais e colocou num plano bastante obscuro o fato de que o problema da imigração radicava essencialmente na cessação do tráfico de escravos e na crise com que potencialmente se defrontava a grande lavoura. Dêsse nodo, um presidente da província entendeu, já em 1873, que o objetivo das colônias estava "no aperfeiçoamento da pequena indústria agrícola", "para abastecimento desta e de outras cidades (...) que não gozam, com abundância, dos gêneros alimentícios e de consumo diário" (61). Esse ponto de vista cristalizou-se numa medida irremediável: a localização de terras na área da capital - longe, portanto, das zonas cafeeiras - para instalação de colônias oficiais. Esse fato exprime uma das poderosas consequências da diversidade de concepções e interesses que se apresentou no debate do problema migratório. Este fôra suscitado, na sua feição então atual, pela perspectiva de que mais cedo ou mais tarde a cafeicultura não disporia de mão-de-obra suficiente para sobreviver. É bem verdade que nesse momento a grande expansão do café para o oeste estava no comêço e que essa expansão seria a responsável pela preeminência que a imigração assumiria no debate político. A questão da mão-de-obra ainda não era, para os cafeicultores paulistas, uma questão propriamente dramática. Mas mesmo assim a sua origem não pode ser encontrada naquilo que suscitou (os núcleos oficiais), a não ser de modo latente, no fato de que o núcleo era justificado pela carestia, por sua vez decorrente da intensificação no uso do trabalho escravo nas fazendas de café e da redução ou eliminação das culturas de alimentos.

(61) Relatório (...) pelo (...) Dr. João Theodoro Xavier..., cit., p. 10.

Nun segundo "momento", a inigração veio para o primeiro plano, isto é, o objetivo primordial passou a ser a inigração (e não mais o abastecimento): "Para termos inigração como precisamos não deve o inigrante, ao chegar, sentir privações que abatem-lhe o ânimo; sua ambição é ser proprietário; convém satisfazê-la, facilitando-lhe os meios de adquirir a propriedade territorial, em lugares onde possa achar fácil consumo aos frutos de seu trabalho" (62). Nesse caso se atribuía ao inigrante uma aspiração, a de ser proprietário, vinculada de modo muito claro à existência de um mercado interno de consumo de gêneros. Todavia, ainda aqui a relação entre a inigração e a grande lavoura era indeterminada: de-sejava-se atrair o inigrante para a província (objetivo principal) e para isso sugeria-se um meio (pequena propriedade). Mas a finalidade da inigração não era aí declarada. O abastecimento dos "lugares onde possa achar fácil consumo aos frutos de seu trabalho" não era a finalidade da inigração, mas apenas a condição que permitiria manipular a pequena propriedade como meio para realizá-la. É preciso notar porém um detalhe significativo nessa concepção: sendo a pequena propriedade o meio de promover a inigração e o mercado interno de gêneros a condição para esse meio, observa-se que a localização daquela deveria ser feita em função d'êste. Portanto, o raciocínio se apoiava na viabilidade da divisão do trabalho entre a grande lavoura e a agricultura de subsistência. Um ano depois, o autor do mesmo documento dizia de modo esclarecedor que "os nucleos coloniais hão de mais tarde oferecer braços para a grande lavoura e para as indústrias" (63). Fica claro, então, que a política de núcleos oficiais assentava sobre o pressuposto de que ao Estado competia desenvolver uma política inigratória para constituir um mercado geral de força de trabalho (64). Sem dúvida é também obscuro êsse "hão de mais tarde", mas nesse quadro

(62) Relatorio Apresentado Á Assenbléa Legislativa Provincial de Sao Paulo Pelo Presidente da Provincia o Exn. Sr. Dr. Sebastião José Pereira Em Fevereiro de 1877, Typ. do "Diario", Sao Paulo, 1877, p. 88.

(63) Relatorio Com Que o Exn. Sr. Dr. Sebastião José Pereira Passou a Administração da Provincia Ao 5º Vice Presidente Monseñhor Joaquim Manoel Gonçalves de Andrade, Typ. do "Diario", S. Paulo, 1878, p. 52.

(64) Michael M. Hall, ob. cit., p. 1-8.

só pode ser interpretado, no que respeita à grande lavoura, como significando que o colono não seria ao mesmo tempo o trabalhador assalariado da fazenda de café (quando mais não seja, o fator de determinação da localização dos núcleos constituía um empecilho a isso).

É preciso sublinhar dois aspectos dêsse "momento". De um lado, o objetivo mais geral da imigração que seria a constituição de um mercado de força-de-trabalho como consequência de uma política demográfica, possível com a atração do imigrante para a condição de pequeno proprietário. De outro, o modo para alcançar êsse intento, que seria pela intervenção do Estado mediante a instalação de núcleos coloniais oficiais. Em ambos, a grande lavoura não tinha preeminência, mas era apenas um setor do mercado de trabalho que podia ser atendido pela política oficial de imigração e colonização.

O terceiro "momento" foi de oposição aos dois primeiros e aquêles em que o problema da imigração sofreu uma reavaliação com base nos interesses específicos da grande lavoura. Surgiu como crítica aos resultados da experiência ainda precoce com os núcleos oficiais: "Até hoje nao se tem tirado dos núcleos coloniais as esperadas vantagens; nem têm podido abastecer com os produtos da pequena lavoura os mercados de consumo, nem têm fornecido à grande lavoura braços para o amanho e limpa de terras e colheitas de frutos. Na opinião dos entendidos a natureza do solo não se adapta à cultura de cereais, e a distância a que se acham os núcleos dos centros de lavoura torna difícil a oferta de trabalho por módico salário" (65). Dessa crítica nasceu a orientação alternativa: (ao ministro da agricultura) "expus com franqueza o meu modo de pensar, insistindo na conveniência de transferir os núcleos para outros lugares mais apropriados (...). Dignando-se concordar com as obserbações que então expendi, S. Ex. autorizou-me a ouvir as pessoas competentes a respeito dos lugares mais apropriados para fundação de colônias, tendo em vista as seguintes condições: - uberda

(65) Relatorio Com Que o Exm. Sr. Dr. João Baptista Pereira Presidente da Provincia de Sao Paulo Passou a Administracao ao 2º Vice Presidente Ex. Sr. Barão de Tres Rios, Typ. A Vapor do "Diario de Santos", s/l, 1878, p. 58, grifo neu.

de das terras, mercado certo e transporte fácil. Neste sentido dirigi-me aos mais importantes lavradores da Província, e da parte deles encontrei a melhor vontade em auxiliarem o Governo Imperial na realização desta idéia. As informações colhidas tornam difícil a preferência, pois são muitos os pontos que se acham nas condições de se prestarem ao estabelecimento de colônias" (66).

Nesse terceiro "momento" o núcleo colonial continuou sendo a fórmula para solução dos problemas de mão-de-obra da grande lavoura. Isto é, o meio era adequado, mas o modo de utilizá-lo não. Fica bem claro, então, que a função da pequena lavoura seria a de permitir à grande lavoura obter "trabalho por módico salário". Para isso, os núcleos oficiais não podiam ser localizados apenas com vista ao atendimento do mercado consumidor de gêneros, mas também com vista ao atendimento da demanda de força-de-trabalho pela grande lavoura. Os núcleos deveriam ser estabelecidos de modo a que o colono não pudesse depender exclusivamente da pequena lavoura. Era preciso encontrar um meio que permitisse extrair do colono dos núcleos oficiais aquilo que verdadeiramente interessava, que era a sua força-de-trabalho, e canalizá-la para a agricultura de exportação. O modo de alcançar êsse objetivo era discutível, a começar pelas dificuldades que "os mais importantes lavradores da Província" ofereciam à localização dos núcleos. E mesmo que a localização não oferecesse dificuldades, seria necessário chegar ao principal: permitir que a grande lavoura se beneficiasse com a mão-de-obra imigrante. Por isso, os núcleos oficiais eram vistos como fórmula insatisfatória: "O colono sem ambição e sem incentivos, e cuja preocupação única é viver, não procura o trabalho quando tem segura a subsistência" (67). Indispensável se fazia que o funcionamento dos núcleos oficiais não cobrissem tôdas as necessidades de sobrevivência do colono, o que o levaria compulsoriamente a trabalhar nas fazendas quando elas necessitassem.

(66) Relatorio Con Que o Exm. Sr. Dr. João Baptista Pereira..., cit., p. 58-59, grifos meus.

(67) Ibidem, p. 58.

A criação das condições compulsórias à canalização da força-de-trabalho do imigrante para a grande lavoura dependia, pois, do descortínio de princípios que superassem as limitações representadas pelos núcleos coloniais oficiais. Êsses princípios foram finalmente expressos num discurso de Antônio Prado ao Senado, em 1888, e constituem o quarto e último "momento" na transição para a ideologia do trabalho da agricultura de exportação: "No entanto, a experiência tem demonstrado, pelo menos na província de São Paulo, que a colocação dos imigrantes nas fazendas é o melhor sistema porque, ao cabo de três ou quatro anos, a família por aquêlo modo colocada, se fôr morigerada, sóbria e laboriosa, poderá ter acumulado pecúlio suficiente à aquisição de terras, onde o seu trabalho será tanto mais frutuoso quanto se achará aclimada, conhecerá a língua nacional e terá adquirido as especiais noções da cultura, que só a prática pode dar, e que tanto variam da Europa para o Brasil. Em terra tão fértil quanto a nossa e em clima tão propício a várias culturas, o imigrante assim preparado chegará sem dúvida muito depressa a cercar-se de condições de bem estar sen a prova sempre difícil, e às vezes dolorosa, de tentativas dirigidas pela inexperiência. Ainda quando, pois, tratássemos tão somente de introdução de imigrantes para os estabelecimentos particulares, chegaríamos indietamente ao resultado que almeja o nobre senador e todos nós almejamos, isto é: fazer proprietário o imigrante. Assim chegaríamos também à divisão natural da grande propriedade, porque os fatos demonstram que se a grande propriedade não se divide, é por lhe faltarem compradores para as facções em que houvesse de repartir-se. Desde que os imigrantes hajam adquirido em grande número capitais suficientes à aquisição de terras, os possuidores de grandes extensões territoriais serão bastante vigilantes dos seus mesmos interesses para que tratem de retalhá-las, quando não puderem auferir delas lucros correspondentes ao valor empregado, ou quando por aquêlo modo puderem tirar maior proveito" (68).

(68) Nazareth Prado, Antonio Prado no Imperio e na República, F. Briguet & Cia. - Editores, Rio de Janeiro, 1929, p. 287-288, grifos meus.

Nesse discurso, o elemento integrador residiu na visão capitalista do problema do trabalho, retomando os pressupostos da Lei de Terras e dando-lhes um sentido congruente com os requisitos de multiplicação do capital. A terra assume o caráter de renda capitalizada, cujo comércio fica subordinado à sua rentabilidade. Caso em que o surgimento da pequena propriedade é colocado sob dependência do funcionamento dos princípios capitalistas do sistema. Nesse caso, por implicação define-se também a ética do trabalhador: moderado, sóbrio e laborioso. Estamos, na verdade, perante a disseminação da ética capitalista, norteando e integrando todos os personagens do sistema. Ela garantiria a conciliação dos antagonismos e das incongruências que operavam em detrimento dos interesses da grande lavoura. Graças a essa postura ideológica, a pequena propriedade passou de princípio a fim, de condição a aspiração. A aspiração que o capitalismo periférico podia considerar como legítima no imigrante era a de tornar-se proprietário de terras para as quais o capital nelas empregado tivesse rentabilidade alternativa. Para alcançá-la a grande lavoura se propunha como meio. A transformação do imigrante em proprietário ficaria assim na dependência de que oferecesse à grande lavoura a sua força de trabalho. Aquela não dependeria mais de fatores aleatórios operando num mundo em que ela era apenas um segmento. Ela viria para o centro, definindo e integrando o sistema, transformando-se em consumidora necessária do trabalho do imigrante.

Os quatro "momentos" que assinalamos foram vistos através de pronunciamentos de autoridades públicas dotadas de poder de decisão - presidentes da província nos três primeiros e ministro da Agricultura no último. A transição ideológica observada não corresponde necessariamente à ordem e direção da sua ocorrência como expressão de interesses de determinados grupos. Ela corresponde, isto sim, à transição no âmbito do poder no que se refere às decisões sobre a política de imigração e colonização na província de São Paulo. Cabendo ao Estado o desempenho dessa política, a sua orientação por um desses "momentos" se expressa como probabilidade de cristalização em medidas oficiais, como a de criação dos núcleos coloniais nos arredores da Capital em 1877. Com isso, os núcleos na sua forma original representaram a concretização de determinada

concepção, esta própria sujeita a redefinição por condições históricas concretas, dado que, por sua natureza, podia consistir em representação parcial ou falsa dessas condições. Por outro lado, a transição dos "momentos" consistiu em objetivação de concepções historicamente produzidas pelo sistema, mas não reguladas, imediatamente ao menos, pelas medidas que gerou. No caso dos núcleos coloniais, para esclarecer, não se situou no seu funcionamento e nas suas implicações a controvérsia em torno das suas funções. Ela lhes era "externa", não obstante nêles se projetasse, mantendo-os em estado de indefinição ou de redefinições controvertidas.

Duas consequências dessa situação podem ser apontadas para os núcleos coloniais da região da Capital. Na medida em que os núcleos foram submetidos aos interesses da grande lavoura e em que se fêz a crítica da sua localização a partir daí, cogitando-se mesmo de transferi-los para regiões em que pudessem atender à demanda de mão-de-obra pela cafeicultura, o Estado decidiu eliminar os seus compromissos com aquêles da localização inicial. Já em 1879 o governo imperial empenhou-se para que "cessassem as despesas do Estado, libertando os colonos tão cedo como possível da tutela oficial" (69). A emancipação dos núcleos não representava somente a supressão do financiamento ao custeio da atividade agrícola (inclusive a alimentação do colono e sua família), mas também a cobrança das dívidas por êste contraídas com o Estado. Em outras palavras, o estabelecimento rural deveria estar produzindo recursos para a manutenção do colono e família e mais um excedente para amortização paulatina das dívidas contraídas com a compra do lote colonial e a sua subsistência enquanto a terra não tivesse produzido resultados econômicos.

Uma segunda consequência foi a retonada do interesse oficial pelos núcleos coloniais. Todavia, quando em 1886, o ministro da Agricultura - o mesmo Antônio Prado - determinou providências especiais para reorganizar os núcleos em São Paulo, prática-

(69) Relatório Apresentado À Assembleia Geral Na Segunda Sessão da Decima Setima Legislatura Pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas Joao Lins Vieira Cansação de Sinibu, Imprensa Industrial, Rio de Janeiro, 1879, p. 53.

mente abandonados pelo governo desde 1879, êle não estava exprimindo uma contradição do seu pensamento, e o dizia no mesmo discurso de 1888: "o governo não tem a intenção de restaurar o antigo regimen colonial" (70). O que de fato ocorria com o renascimento do interêsse pelos núcleos oficiais era uma redefinição das suas funções no quadro geral de abastecimento de mão-de-obra para a grande lavoura. Com efeito, em 1887-1888 ocorreu a grande imigração para o Brasil (71), alimentada por grandes verbas conjuntamente empenhadas pelo governo central e pelo governo provincial (72), encaminhada para as fazendas dentro do novo regima de empreitada pôsto em prática na década de oitenta em substituição à parceria (73). Nessas novas condições o ganho do imigrante não ficava dependendo das oscilações comerciais e das arbitrariedades do fazendeiro. A formação e o trato do cafezal, bem como a colheita do café, tinham o seu preço acertado previamente, acrescentando-se a permissão ao colono para o cultivo das terras intercalares ou de terrenos fora do cafezal previamente determinados.

Antônio Prado, num dos seus discursos, indicou a origem do renascimento do interêsse nos núcleos coloniais: "Até hoje os 60 ou 70 000 imigrantes entrados na província têm sido colocados nos estabelecimentos agrícolas; mas as necessidades da grande lavoura têm um limite; não é possível que, continuando a imigração no mesmo desenvolvimento, sua colocação se faça do mesmo modo. Daqui, a necessidade que tem a administração de preocupar-se seriamente com a pronta colocação dos imigrantes. Para isto, só se me afigurava prático um meio, era o da criação de núcleos coloniais... (...). Com tais providências, Sr. presidente, procurei sair da dificuldade de um provável aumento de imigração, que precisasse pronta colocação" (74). Entretanto, uma outra função se atribuía aos núcleos o-

(70) Nazareth Prado, ob. cit., p. 291.

(71) Eduardo Prado, "Imigração", Boletim do Serviço de Imigração e Colonização, São Paulo, março de 1941, n. 3, p. 39.

(72) Henrique Doria de Vasconcelos, "Alguns Aspectos da Imigração no Brasil", cit., p. 11.

(73) Emília Viotti da Costa, ob. cit., p. 145.

(74) Nazareth Prado, ob. cit., p. 164-165.

ficiais nessa nova fase: "Com o intuito de atrair a imigração eu ropéia para a Província, foi nomeada em 9 de janeiro dêsse ano (1886), uma Comissão Especial de Colonização, a qual recebeu instruções para reorganizar os Núcleos existentes e promover a criação de novos" (75). Os núcleos oficiais deveriam, pois, servir também como garantia de que pelo trabalho o imigrante se tornaria proprietário e teria nesse sentido alcançado eficácia pelo que se constatou depois (76). Essa intenção foi aliás claramente exposta pelo ministro Antônio Prado em discurso no Senado em que procurou justificar as suas idéias sobre imigração, sobretudo argumentando com o senador baiano Manuel Pinto de Sousa Dantas, interpretando de modo discutível a origem e a situação dos núcleos nos arredores da capital: "Muitas propriedades que jaziam incultas à roda das cidades principais, e sobretudo nas cercanias da capital, têm sido divididas, e acham-se estabelecidos ali antigos colonos que, tendo formado pecúlio nas fazendas, adquiriram lotes onde se dão à pequena lavoura, principalmente à cultura da vinha" (77).

Em conclusão, é necessário reter que os núcleos coloniais instalados no subúrbio de São Paulo, em 1877 - entre eles o de São Caetano, que nos interessa - tiveram duas funções em tempos diferentes e como resultado das ambivalências governamentais em torno do problema da imigração. A primeira, apoiada no abastecimento do mercado de gêneros, de atrair imigrantes para a província no quadro de uma política demográfica de aumento da oferta de mão-de-obra para a economia em geral. A segunda de expressar o coroa-mento da ideologia trabalhista da grande lavoura, como foi finalmente elaborada, na condição de marca da sua validade. Não tendo de fato constituído o resultado da transformação de antigos colonos de fazendas de café em pequenos proprietários, mas sendo antes produto da política da fase de criação de núcleos coloniais pa

(75) "Relatório Apresentado (...) pelo Inspector Engenheiro Leandro Dupré em 1º de Março de 1893", cit., p. 12.

(76) Henrique Doria de Vasconcelos, loc. cit., p. 12.

(77) Nazareth Prado, ob. cit., p. 288.

ra recepção a imigrantes recém-chegados da Itália, na condição direta de pequenos proprietários, o núcleo de São Caetano foi apresentado como se tivesse funções que na verdade não teve. Não obstante, a questão que propõe, a partir daí, é a de saber-se em que medida a grande lavoura apoiada no trabalho livre constituindo apenas uma redefinição da economia colonial de base escravocrata por força de um fator de origem externa, como fôra a cessação do tráfico de escravos, e não por força de um rompimento gerado pelas suas próprias contradições, podia se apoiar numa ideologia trabalhista que tinha por pressuposto a divisão do trabalho na agricultura e conseqüentemente a superação da oposição entre os seus dois princípios reguladores - "produção direta de meios de vida e produção de mercadorias" (78). Redefinidos nas suas funções e portanto avaliados a partir da perspectiva da ideologia do trabalho, os núcleos coloniais constituíram a expressão dos limites e possibilidades dessa ideologia e em consequência expressão também dos fundamentos concretos do capitalismo periférico.

4. O Dilema do emigrante

O entendimento do imigrante italiano enquanto tipo humano que pressupunha um modo peculiar de aceitar e viver as representações integradoras na sociedade de adoção, depende do descortínio dos fundamentos históricos da emigração.

As estatísticas sobre a distribuição regional do fenômeno emigratório indicam, de maneira expressiva, a participação maciça da Itália setentrional. A porcentagem média anual de emigração dessa área correspondeu a 56,3% no período entre 1870-1900 e 35,3% no período 1901-1909 sobre o total de imigrantes italianos.

(78) Maria Sylvania de Carvalho Franco, Homens Livres na Ordem Escravocrata, Instituto de Estudos Brasileiros, São Paulo, 1969, p. 8.

No primeiro período saíram em média, por ano, 151 539 pessoas daquela região, contra 86 528 da Itália meridional e insular (79). Mais de um terço, no primeiro período, saiu do Vêneto e quase metade da Lombardia e do Vêneto conjuntamente. A corrente emigratória principal para o Brasil provinha do Vêneto, mesmo a que se orientou para as fazendas de café (80). No caso do Núcleo Colonial de São Caetano, os dois grupos principais de colonos eram originários da província de Treviso, também no Vêneto, e da província de Mântua, na Lombardia, por isso que o enfoque será mais acentuado nessas regiões, sempre que possível. "A grande massa dos emigrados provém não tanto da agricultura, mas das regiões agrícolas mais atrasadas, mais agravadas pelos resíduos feudais. Na Itália setentrional, a região que oferece o grosso da emigração (...) é o Vêneto (110 emigrantes sobre 10 000 habitantes na média anual do período 1887-1900): e o Vêneto mostra-se, entre as regiões da Itália setentrional, a que permanece mais atrasada no desenvolvimento industrial, aquela onde mais graves permanecem os resíduos feudais, assemelhando-se em grande parte a situações análogas às que são encontradas na Itália meridional" (81).

Diversas são as causas geralmente apontadas pelos autores para explicar o fenômeno da emigração maciça da Itália: alterações nas condições naturais devido à devastação de florestas de uso comum que caíram no domínio privado e conseqüente redução da produtividade agrícola; divisão do trabalho na agricultura, instaurada com a unificação dos mercados decorrente da Unificação política, e declínio de preços; melhoria das condições sanitárias sobretudo no sul devido à destruição dos focos de mosquitos com o

(79) Emilio Sereni, Il Capitalismo. Nelle Campagne, Piccola Biblioteca Einaudi, 2ª ed., Torino, 1968, p. 354.

(80) Robert F. Foerster, The Italian Emigration of Our Times (1ª edição: 1919), Russell & Russell, New York, 1968, p. 291.

(81) Emilio Sereni, ob. cit., p. 355.

desaparecimento das florestas e aumento da esperança de vida(82). Mas, essas causas não operariam ou nem sequer teriam aparecido se a estrutura social fôsse outra. É sintomático que tenham surgido simultâneamente com a expansão do capitalismo na Itália.

No Vêneto a pequena propriedade transformou-se em sinônimo de pobreza (83), chegando a ponto de que a produção cobria o sustento da família durante apenas metade do ano (84). Além da pequena propriedade predominava nessa área a meação que, em virtude do declínio da produtividade, tornou-se cada vez mais opressiva (85). No conjunto do país, o número de proprietários agrícolas reduziu-se, apesar do crescimento populacional, de 4 153 645 em 1861, para 3 286 691 em 1901, exclusiva Vêneto e Roma (86).

O resultado imediato dessas alterações foi o fenômeno da proletarização, isto é, de transformação do camponês em trabalhador livre. No entanto, a nova economia italiana não tinha condições para absorver integralmente essa população proletarizada. A primeira forma de acomodação que daí surgiu foi a da migração sazonal, para regiões da própria Itália, como a Emília (87), ou pa-

(82) Robert F. Foerster, ob. cit., passim; Emilio Sereni, ob. cit., passim; Carlo Castaldi, "O ajustamento do imigrante a comunidade paulistana: estudo de um grupo de imigrantes italianos e de seus descendentes", in Bertram Hutchinson, Mobilidade e Trabalho - Um Estudo na Cidade de São Paulo, Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, Ministério da Educação e Cultura, Rio de Janeiro, 1960, p. 282; Constantino Ianni, Homens Sem Paz - Os Conflitos e os Bastidores da Emigração Italiana, Difusão Europeia do Livro, São Paulo, 1963, passim; Serafina Cernuschi, "Structure et Mouvement Social dans la Vallée du Po", Cahiers Internationaux de Sociologie, volume XLIV, Nouvelle Serie, janvier-juin 1968, Presses Universitaires de France, Paris, 1968, passim; Eduardo Prado, "Imigração", in Boletim do Serviço de Imigração e Colonização, março de 1941, nº 3, p. 37-44; Maurice Baumont, L'Essor Industriel et L'Imperialisme Colonial, Presses Universitaires de France, 1965, p. 108.

(83) Robert F. Foerster, ob. cit., p. 106.

(84) Ibidem, p. 117-118.

(85) Ibidem, p. 112.

(86) Emilio Sereni, ob. cit..

(87) Serafina Cernuschi, loc. cit., p. 120.

na os países vizinhos, como a Áustria, Suíça, Alemanha e França, sobretudo por parte dos habitantes do norte (88). Até para a Argentina se estabeleceu uma forte corrente migratória sazonal(89). Antes de aderir à emigração definitiva para o além-mar, largas parcelas da população italiana adestraram-se nessa maneira conciliadora de suportar a agonia das velhas formas econômicas. A decisão de emigrar de vez foi, no geral, antecedida por uma reiterada experiência migratória (90).

Através da migração temporária, o trabalhador absorvia diretamente as condições econômicas adversas. No Vêneto, enquanto o chefe da família emigrava em busca de trabalho, geralmente apenas para subsistir, a mulher permanecia na aldeia cuidando da atividade agrícola (91). Por meio desse expediente os proprietários de terras eram preservados contra os efeitos das mudanças nas condições da agricultura. Significativamente, quando começou a esboçar-se o movimento de emigração definitiva, proprietários em Treviso, uma das áreas características da mezzadria (92), haviam solicitado a um deputado liberal da província que transmitisse a De Pretis "uma petição pela qual se pretendia que fosse negado o passaporte ao meeiro em débito para com o patrão, mas De Pretis, fixando-o bem no rosto e alisando a longa barba, depois de haver-lhe feito um apêlo para que induzisse os proprietários a tratarem melhor os colonos, disse que a corda muito esticada se rompe..."(93).

Em grande parte aquela acomodação era possível devido ao fenômeno do campanilismo, isto é, de "lealdade ao que cai no horizonte da torre do sino da aldeia" (94). No norte, a penetração

(88) Robert F. Foerster, ob. cit., p. 9.

(89) Ibidem, p. 37.

(90) Ibidem, passim.

(91) Ibidem, p. 124-125.

(92) Ibidem, p. 112.

(93) Grazia Dore, La Democrazia Italiana e L'Emigrazione in America, Morcelliana, Brescia, 1964, p. 37.

(94) Robert F. Foerster, ob. cit., p. 432.

do feudalismo não foi tão pronunciada quanto no sul devido justamente à "sólida oposição de uma tradição comunal poderosa" (95). É notável que mesmo quando se tratava de emigração definitiva o emigrante relutasse em aceitá-la como tal, preferindo declarar à autoridade expedidora do passaporte que a emigração seria temporária (96). Essa parece ter sido uma característica geral entre os aldeões europeus, dado que a aldeia guardava traços muito singulares, inclusive o linguajar, que chegava a diferenciar-se no interior de um mesmo dialeto (97). O apego à localidade de origem constituiu-se, sobretudo no emigrante italiano, numa das causas do débil ou nenhuma identificação nacional entre eles durante largo período, estimulando inclusive relações tensas e conflituosas entre grupos originários de aldeias ou de regiões diferentes (98).

O espírito da aldeia parece ter sido responsável pela forma singular de emigrar que às vezes se manifestou. O primeiro grupo de colonos instalados no Núcleo de São Caetano veio todo e simultaneamente de uma mesma localidade da província de Treviso: o distrito de Vitória Vêneto. A ausência de individualização contida nesse espírito não explica apenas a emigração de famílias ou grupos de famílias, mas também o conformismo que o italiano praticava nas sociedades de adoção, vivendo às vezes na miséria, sem aspiração maior do que o pagamento do trabalho. Um pesquisador concluiu mesmo que a paixão não era a de ganhar, mas a de economizar (99). A rigor, o aldeão italiano era um asceta.

Essas características impediam o emigrante de compreender adequadamente os processos sociais que o envolviam. O elo entre o seu mundo e a sociedade inclusiva não podia ser apreendido

(95) Ibidem, p. 106.

(96) Ibidem, p. 24.

(97) Emilio Willems, Assimilação e Populações Marginais no Brasil - Estudo Sociológico dos Imigrantes Germanicos e Seus Descendentes, Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1940, p. 30-31; Bruno Roselli, "The Italians", in Henry Pratt Fairchild (ed.), Immigrant Backgrounds, John Wiley & Sons, Inc., New York, 1927, p. 96-122.

(98) Robert F. Foerster, ob. cit., p. 431.

(99) Ibidem, p. 422.

a partir de uma visão campanilista. Sendo levado à emigração pela decomposição das condições que garantiam a existência da aldeia, via de regra o emigrante se submeteu a um processo que não ficava sob seu domínio. Raramente o emigrante tinha uma idéia adequada sobre o país a que se dirigia. Quem se encaminhava para Gênova já tinha o destino traçado previamente: dali se embarcava, como emigrante, apenas para o Brasil, Uruguais ou Argentina. Em Nápoles, embarcava-se para os Estados Unidos da América (100). A partir do momento em que se punha nas mãos do agenciador, fôsse ele representante de governo estrangeiro ou intermediário local, o emigrante cedia inteiramente a uma ordem de decisões cujas matrizes lhe eram estranhas e estavam no mercado internacional de força de trabalho.

Até mesmo na concessão de supostos direitos ao emigrante havia uma sutil espoliação que acentuava ainda mais a sua condição de objeto de uma grande transação. Entre os papéis de colônias instalados em São Caetano, encontrou-se um documento desse teor (101). Trata-se de um texto impresso descrevendo vantagens oferecidas aos emigrantes pelo sr. I. Caetano Pinto Júnior, concessionário do governo no agenciamento que, conforme a praxe, receberia uma importância por cabeça. O emigrante assinou o papel dando-se por ciente das vantagens e o reteve como prova: prova assinada por ele mesmo! No documento, intitulado "prospecto", ressaltou-se que os emigrantes partiam livremente, sem compromisso ou contrato, donos de si mesmos. Por isso, "não poderiam fazer reclamações ao Governo". Entretanto, apesar de partirem livremente, deveriam fazê-lo "com a firme resolução de estabelecerem-se nas Colônias do Estado na Província de São Paulo". No Brasil poderiam escolher o lugar de residência nas colônias do Estado, como agricultores, grifando-se à mão o esclarecimento de que isso seria possível "naquelas que tiverem terrenos disponíveis", ou então em co

(100) Grazia Dore, ob. cit., p. 80-81.

(101) "Emigrazione al Brasile - Vantaggi Offeriti Agli Emigranti", documento assinado em Gênova, a 30 de junho de 1877, por Peruchà Giovanni. Coleção do Museu Municipal de São Caetano do Sul.

lônias provinciais ou particulares, em cidades, aldeias ou povoados. No entanto, apesar dessas ressalvas, as vantagens oferecidas consistiam em venda, à vista ou a prazo, de lotes nos núcleos coloniais, doação de sementes, alojamento e alimentação por oito dias após a chegada, escola para rapazes e meninas e assistência religiosa conforme a crença do interessado. No conjunto, essas promessas não eram firmadas em contrato, senão de um modo unilateral: o emigrante não recebia documento assinado, era livre, não tinha direitos a reclamar; seus supostos direitos, de outro lado, ficavam na dependência das possibilidades de atendimento, o que significava que deveria conformar-se com as condições que lhe fôsem oferecidas.

Num ponto, portanto, cessavam as ambivalências: na convergência entre as condições de emigração e as de imigração. Nelas, o aldeão, num caso, e o imigrante, no outro, emergiam como trabalhador livre (potencial ou realmente). A sociedade de origem e a sociedade de adoção se tocavam nesse ponto, pois em ambas ser trabalhador livre significava a subjugação pelas objetivações da sociedade de classes. O verdadeiro sentido da migração não transparecia na passagem de uma sociedade nacional a outra, mas sim na coisificação da pessoa, como resultado do seu envolvimento e redefinição pelas transformações históricas que deslocavam a matriz da existência da comunidade para a classe.

Capítulo II

AS LIMITAÇÕES HISTÓRICAS DO NÚCLEO COLONIAL

1. Posse da terra

Tanto os princípios que regeram a organização dos núcleos coloniais após a Lei de Terras de 1850, quanto os que nortearam a sua reorganização em 1886-1887, tinham por fundamento a "mercantilização" da terra. De início, o objetivo era impedir que o imigrante se transformasse em proprietário pela simples posse de terrenos devolutos, o que, se ocorresse, o transformaria num concorrente do grande proprietário e, sobretudo, a êste privaria do braço trabalhador. Na reformulação dos núcleos, as implicações desses princípios foram ampliadas ao se estabelecer, implicitamente, que a transformação do imigrante em proprietário só seria possível pela poupança de ganhos mediante a venda da força de trabalho (assalariada ou por empreitada) na grande lavoura.

A efetivação desses princípios reclamava a discriminação das terras privadas e o reconhecimento das áreas devolutas, a possadas ou não por particulares. A discriminação da posse da terra, por outro lado, era indispensável para que os imigrantes que viessem a transformar-se em proprietários adquirissem direitos indiscutíveis com as suas aquisições, universalizando-se a propriedade privada do solo e o comércio da renda capitalizada daí decorrente. A lei produziria, por êsse meio, para a grande lavoura, a segurança de que o imigrante não concorreria com o fazendeiro e de que o acesso à terra far-se-ia em termos estritamente

mercantis. Em suma, a aquisição de terras pelo imigrante só se-
ria possível por compra a particulares ou ao Estado. Mas, es-
sas medidas não vieram a produzir efeitos apenas para os imi-
grantes. Uma vez que a Lei de Terras ressalvava o reconhecimen-
to da posse, desde que constatada a cultura efetiva e a morada
habitual, mediante pagamento do valor do terreno ao Estado, os
posseiros também foram enquadrados nos mesmos princípios.

Antecedendo a aquisição das fazendas de São Caetano e
de São Bernardo, o funcionário encarregado da visita preliminar,
em 1874, constatara que parte das terras estava em mãos de fo-
reiros. A primeira tinha seis foreiros, quatro dos quais com
benfeitorias. Três eram também ocupantes de terras na perife-
ria da fazenda (1), havendo mais oito ocupantes. A organização
do núcleo colonial e a fixação da área disponível para coloca-
ção de imigrantes ficava, pois, pendente da regularização da
posse da terra pelos ocupantes anteriores. Determinou-se, por
isso, ainda que somente em fins de 1878, que o engenheiro-chefe
"verificará a superfície dos terrenos possuídos ou ocupados por
indivíduos que não são colonos e o título de posse ou ocupação,
calculando o preço de 4,84m² conforme a situação e qualidade de-
les" (2). Por falta dessa providência, não se conhecia ainda a
área adquirida, que se presumia não ser inferior a 1.089 ha. ,
sendo necessário concluir a medição do perímetro (3).

-
- (1) Nicolau D'Athogino, Relatorio do exame feito em varias fa-
zendas e localidades, na margem esquerda do Rio Tiete por
ordem do Ilmo. e Exmo. Snr. Doutor Joao Theodoro Xaviermui-
to Digno Presidente da Provincia de Sao Paulo, cit.
 - (2) Augusto José de Castro Silva, Instruções expedidas ao Enge-
nheiro Leopoldo José da Silva para a consolidação dos nu-
cleos coloniais, situados na Capital de S. Paulo, manuscri-
to, 29 de dezembro de 1878, item 3º, Departamento do Arqui-
vo do Estado, "Colônias", 1878, Caixa 4.
 - (3) João Lins Vieira Cansação de Sinimbu, Relatorio Apresenta-
do Á Assembleia Geral Na Segunda Sessão da Decima Setima Le-
gislatura Pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negocis
da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, Imprensa Indus-
trial, Rio de Janeiro, 1879, pp. 58-59.

Na época em que a fazenda foi medida pela primeira vez, em 1874, o funcionário encarregado indicou que ela compreendia 2 240 ha., incluídas as terras dos foreiros (4). Na época da aquisição da fazenda, em 5 de julho de 1877, as divisas e confrontações indicadas na escritura eram mais ou menos as mesmas do relatório de 1874 (5). No entanto, torna-se difícil a comparação com a descrição de limites constante do Registro Paroquial da Sé, de 1856 (6). Em São Bernardo, existiam os mesmos problemas, dificultando a demarcação de lotes e a previsão do número de colonos que poderia ser estabelecido nessas terras. Impunha-se um amplo levantamento que dirimisse tôdas as questões, o que foi determinado a 15 de setembro de 1879, quando a presidência da Província mandou proceder à medição dos terrenos e legitimação de papéis e revalidação das sesmarias da Capital (7).

A origem das dúvidas residia na posse secular das terras de São Caetano e de São Bernardo pelos monges beneditinos e nas divisas obscuras ou referências de vida efêmera como cercas, valos, caminhos, árvores e vizinhos. A forma mais ou menos definitiva da Fazenda de São Caetano fôra alcançada em 1671. Nesse ano, Fernão Dias Paes adquiriu em leilão, da viúva de Manuel Temudo, o sítio do Tijucuçu (denominação do lugar até o comêço do século XVIII), obtido por êste em sesmaria no ano de 1668 (8), com

-
- (4) Nicolau d'Athogino, Relatorio, cit.
 - (5) "Escritura de compra", Cartorio do 1º Ofício, Livro de Notas 86, fl. 172, 5 de julho de 1877, arquivo do sr. João Baptista de Campos Aguirra. Cf., também, José Homem de Bitten-court, "Síntese histórica de São Caetano do Sul - Origem, fundação, colonização e delimitação territorial", Separata da Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santos, volume I, Santos, Dezembro de 1959, p. 11.
 - (6) Registro Paroquial da Sé, "Fazenda São Caetano", arquivo do sr. João Baptista de Campos Aguirra.
 - (7) Correspondência do Eng. Leopoldo José da Silva ao presidente da Província, Dr. Laurindo Abelardo de Brito, 1 de junho de 1880, ms., Departamento do Arquivo do Estado, "Colonias", 1879-1890, Caixa 5.
 - (8) Livro do Tombo do Mosteiro de São Bento, fls. 28 e 29v.

o qual pagou ao Mosteiro de São Bento uma promessa de esmola anual de Rs. 8\$000 (9). Essas terras vieram juntar-se a uma outra doação, feita em 1631 por Duarte Machado, de dois sítios e terras de sesmaria (10). Esse outro doador obtivera a sesmaria, em 1618 (11), para aumentar os terrenos que herdara do sogro, Paulo Rodrigues Sobrinho, que por sua vez os adquirira, em 1598, por doação e compra de seus irmãos, herdeiros de Garcia Rodrigues, antigo vereador na extinta vila de Santo André da Borda do Campo (12).

Por seu turno, a Fazenda de São Bernardo fôra constituída por uma doação de Miguel Aires Maldonado, em 1637, de uma sesmaria herdada de seu sogro Amador de Medeiros (13), em 1571, e confirmada em 1597 (14).

Embora viessem fazendo uso regular das terras, como se depreende das despesas com os escravos do Tijucuçu, em 1687 (15), da construção da capela de São Caetano e da de São Bernardo, entre 1717 e 1720, e dos itens da receita do Mosteiro relativos à olaria de São Caetano e à produção agrícola de São Bernardo, em 1760 (16), os beneditinos solicitaram, em 1769, a posse judicial da Fazenda de São Caetano (17), para regularizar, ao que parece, uma das doações, a de Fernão Dias, pois a de Duarte Machado já o

-
- (9) Affonso de E. Taunay, Historia Antiga da Abbadia de São Paulo, Typographia Ideal, São Paulo, 1927, p. 80.
- (10) Livro do Tombo do Mosteiro de São Bento, fls. 34 e 34v.
- (11) Publicação oficial do Arquivo do Estado de São Paulo, Sesmarias, vol. II bis, Typographia do Globo, São Paulo, 1939, p. II.
- (12) Livro do Tombo do Mosteiro de São Bento, fls. 30 e 31.
- (13) Affonso de E. Taunay, Historia Antiga da Abbadia de S. Paulo, cit., p. 28-29.
- (14) Ibidem, p. 26-28.
- (15) Affonso de E. Taunay, Historia da Cidade de São Paulo no Século XVIII, volume II, 2ª Parte, Divisão do Arquivo Histórico, São Paulo, 1951, p. 175.
- (16) Affonso de E. Taunay, Historia Antiga da Abbadia de S. Paulo, cit., p. 162.
- (17) Livro do Tombo do Mosteiro de São Bento, fls. 31 a 33.

fôra (18). Essa providência ocorreu aproximadamente na mesma época em que o Mosteiro intensificou a produção de telhas e tijolos - a economia principal da Fazenda e, ao lado de juros de capitais emprestados a terceiros, a mais importante das suas fontes de ganhos - pela construção de mais uma olaria (19). Essa medida judicial, retardada em quase um século, correlacionava-se com transformações demográficas importantes que vinham se processando na região.

Desde os começos do século XVIII, em torno da Borda do Campo (nome primitivo de São Bernardo) deu-se um crescimento populacional determinado especialmente pelo afluxo de mestiços livres. Um rol da população indicava, em 1729, que havia "119 bastardos na Borda do Campo" (20), a maior aglomeração de mestiços fôrros então observada na cidade e seu térmo. E nas listas de bastardos e pardos, de 1766, esclarecia-se que "todos êstes são dos Bairros da Penha, São Miguel, Caaguaçu e São Bernardo" (21). Ainda em 1836, assinalava-se 1 347 habitantes nessa localidade, dos quais apenas 346 (25,7% eram cativos, apesar do

(18) Ibidem, fls. 34v.

(19) Affonso de E. Taunay, Historia Antiga da Abbadia de S. Paulo, cit., p. 162 e 170.

(20) Nuto Sant'Anna, Metrópole, volume III, Coleção Departamento de Cultura, São Paulo, 1953, p. 141. Sobre a definição de bastardo: "assim intitulam aos filhos de Branco, e Índia", cf. Manoel da Fonseca, Vida do Veneravel Padre Belchior de Pontes, da Companhia de Jesus Da Provincia do Brasil, Lisboa, na officina de Francisco da Silva, Anno MDCCLII, Reeditada pela Companhia Melhoramentos do São Paulo, São Paulo-Cayeiras-Rio, s/d., p. 233; "... teve quatorze filhos bastardos havidos em diversas mulheres oriundas do gentio da terra ...", cf. Pedro Taques de Almeida Paes Le me, "Nobiliarchia Paulistana", Revista Trimensal do Instituto Historico, Geographico e Ethnographico do Brasil, Tomo XXXV, Parte Primeira, B.L. Garnier-Livreiro-editor, Rio de Janeiro, 1872, p. 84 (a redação é de 1766-1767, cf. p. 93 e 29).

(21) "Lista dos Bastardos dos Bairros de N. S^a da Penha, São Miguel, Cahaguassú e São Bernardo", Boletim do Departamento do Arquivo do Estado de São Paulo, vol. VIII, Tip. do Globo, São Paulo, 1948, p. 41.

que 41,1% das pessoas livres não eram brancas (22). Além disso, à semelhança do que ocorria com alguns outros bairros, era aquêles um dos locais preferidos para esconderijo de escravos fugidos de seus senhores (23), o que parece ter sido o motivo para a nomeação de um capitão-do-mato de São Caetano, em 1777 (24). Entre os libertos e livres também se contava a característica da rebeldia, a ponto do capitão-general da capitania ter determinado, de uma feita, a prisão de todos os tropeiros de São Bernardo e Santo Amaro por se recusarem a transportar farinha do Cubatão para municiamento das tropas aquarteladas em São Paulo (25).

Essa população característica e crescente ou vividas ocupações propiciadas pelo trânsito do Caminho do Mar, sobretudo após o florescimento, ao redor de 1780, do comércio do açúcar produzido na região de Itu e Pôrto Feliz (26), como era o caso dos tropeiros, ou então ficava "vadia", sem ter em que se ocupar, quando não era recrutada para o serviço militar (27). Esse estado de pobreza pode ser igualmente notado no lançamento do Donativo Real, em 1731 e 1732, quando a Borda do Campo, "conforme suas fazendas e manejos", revelou-se um dos dois bairros mais pobres de São Paulo (28). Os que não conseguiam ou não podiam

-
- (22) Daniel Pedro Müller, Ensaio d'um Quadro Estatístico da Província de São Paulo, cit., p. 151, 171-172.
- (23) Departamento do Arquivo do Estado de São Paulo, Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo, vol. LXXI, Tip. do Globo, São Paulo, 1947, p. 463; Ibidem, vol. LXXIV, Grafica Bentivegna, São Paulo, 1954, p. 282 e 309.
- (24) João Baptista de Campos Aguirra, "Patentes, Provisões e Semárias concedidas nos anos de 1721 a 1820", Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, vol. XXVIII, São Paulo, 1931, p. 740.
- (25) Departamento do Arquivo do Estado de São Paulo, Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo, vol. 81, São Paulo, 1956, p. 185.
- (26) Maria Thereza Schorer Petrone, A Lavoura Canavieira em São Paulo, Difusão Européia do Livro, São Paulo, 1968.
- (27) Boletim do Departamento do Arquivo do Estado de São Paulo, vol. VIII, cit., p. 41.
- (28) Nuto Sant'Anna, Metrópole, cit., p. 147 e 151.

engajar-se no transporte de mercadorias não tinham sequer a possibilidade de acomodarem-se na economia natural, a não ser sob a dependência dos que tinham condições de obter títulos de propriedade das terras graças ao nepotismo dos governantes.

Concomitantemente ao incremento do tráfego no caminho entre São Paulo e Santos e à concentração da população mestiça, concessões e/ou solicitações de sesmarias foram feitas na região (29). O próprio secretário do Governo, em 1732, pediu terras que não excedessem a extensão de três léguas (19,8 km), de frente da Fazenda de São Caetano, tendo dêste lado por divisa "onde legitimamente confinaram as terras dos religiosos de São Bento" (30). E nada menos do que o desembargador da Casa de Suplicação da Côrte do Rio de Janeiro, e outros, aparentado do capitão-general, segundo se depreende do nome, solicitou "uma sesmaria de oito léguas (52,8 km) além do Rio Grande" à Câmara Municipal, "a qual foi dada depois de fixado um edital 30 dias na capela de São Bernardo". Em consequência do edital, "compareceram com seu requerimento, e documentos juntos Antônio Xavier de Lima - Bento Francisco de Oliveira - Salvador Pires - Manuel da Costa e Dona Maria Antônia opondo-se à concessão requerida na parte de terras que êles ocupam e de que estão de posse por título de compra e arrematação que declararam de viva voz provir a translação do domínio que têm a saber, Antônio Xavier por ser arrematante figurado por Ângelo Soares que não lhe passou o pertence, Bento Francisco e Manuel da Costa por serem seus agregados, e Salvador Pires por compra que fêz a João Domingues arrematante das mesmas terras, em execução que a Manuel Bernardes fêz a Real Junta da Fazenda desta Capitania de cuja compra o mesmo Salvador Pires protesta perante esta Câmara apresentar dentro de um mês o respectivo título na Secretaria do Governo de

(29) João Baptista de Campos Aguirra, "Relação das Sesmarias Concedidas na Comarca da Capital entre os Annos de 1559 e 1820", Revista do Instituto Historico e Geographico de São Paulo, volume XXV, São Paulo, 1928, p. 491-567.

(30) Departamento do Arquivo do Estado, Sesmarias, vol. 4, p.303.

V. Ex^a. e Dona Maria Antônia por título de herança possuir porção de terreno que defende" (31).

A população local ficava, dêsse modo, sujeita à dominação de sesmeiros absenteístas e ligada à terra de uma forma ambígua. Os dois casos assinalados não constituem, nesse plano, exceção. Pelo Tombamento de 1817, observa-se que, excluída a Ordem de São Bento, São Bernardo contava com apenas 10 proprietários de escravos (32), o que representa um reduzido número de fazendeiros em condições de utilizar o solo com a força de trabalho típica de então, que era a do trabalhador cativo.

Operou-se, portanto, de um lado a concentração de uma população destituída da propriedade da terra e de outro a concentração da terra nas mãos de alguns grandes proprietários, que não tinham condições de explorá-la diretamente ou interesse em fazê-lo, ao menos de imediato, pois foram quase inexistentes na região os estabelecimentos destinados à agricultura de exportação.

O primeiro resultado dessa situação foi que a população mestiça e pobre viu-se levada ao arrendamento das terras do seu uso. Os dados a respeito não são sistematizados nem frequentes, mas bastante claros. No ano de 1797, a Fazenda de São Caetano tinha um foreiro, pagando 800 réis anuais de renda, e a de São Bernardo, que contava com 31 escravos de tôdas as idades, tinha áreas arrendadas a 26 foreiros, que pagavam uma média de 1\$332 por ano cada um (33). No ano seguinte, o Mosteiro arrega

(31) Publicação Oficial do Archivo Municipal de S. Paulo, Registro Geral da Camara Municipal de S. Paulo (1808-1813), vol. XIV, Typographia Piratininga, Sao Paulo, 1922, p. 351-353.

(32) João B. C. Aguirra, "Tombamento de 1817 - Propriedades Rurais na Capitania de São Paulo", Revista do Archivo Municipal de São Paulo, Ano I, vol. X, Sao Paulo, Março de 1935, p. 62-63.

(33) Fr. Fernando da Madre de Deus, "Relação do Estado actual deste Mosteiro de S. Bento da Cidade de S. Paulo", Departamento do Archivo do Estado de São Paulo, Documentos Avulsos de Interesse para a Historia e Costumes de São Paulo, vol. II, Gráfica João Bentivegna, Sao Paulo, 1953, p. 88-92.

do de fôros, em São Caetano, 35.520, o que devia corresponder a umas 27 pessoas, quando os escravos eram em número de 45, dos quais apenas 11 homens maiores de 6 anos (34). Dizia o abade, ainda em 1826, que em São Bernardo, de uns "pequenos arrendamentos", recebia 15 ou 16 mil réis por ano (35).

A pressão sobre a posse da terra não se resumiu nos arrendamentos. Nem todos podiam pagar fôros. Na Fazenda de São Bernardo, em 1797, além dos 26 forzeiros pagantes, havia dois que ali estavam "por amor de Deus" (36). Existiam, ainda, "intrusos alguns moradores, com que se pretende litigar" (37). Ainda em 1831, o abade procurava conter a invasão das terras pedindo à Câmara "que se mande fazer os fechos dos lados da Fazenda de São Caetano com valos de lei a fim de acautelar os prejuizos com a abertura que se mandou fazer de um antigo caminho no lugar chamado Barreiro" (38). A Comissão Permanente da Câmara, porém, opinou "que se deve indeferir o requerimento do suplicante por ser aquêlê terreno de servidão pública, e que quanto antes mande fazer a ponte que o ex-abade frei Manuel deitou abaixo, e a que o Mosteiro está obrigado" (39).

(34) Mapa geral dos habitantes que existem no distrito da 1ª Companhia de Ordenanças desta Cidade de São Paulo - 1798, manuscrito, "População da Capital: 1795-1798", Estante A, Prateleira 2, Caixa 32, Departamento do Arquivo do Estado.

(35) Departamento do Arquivo do Estado de S. Paulo, Documentos Avulsos de Interesse para a História e Costumes de São Paulo, vol. III, Grafica João Bentivegna, São Paulo, 1955, p. 130.

(36) Fr. Fernando da Madre de Deus, "Relação do Estado actual...", cit., p. 88.

(37) Ibidem.

(38) Actas da Camara Municipal de São Paulo (1831-1832), Publicação Official do Archivo Municipal de São Paulo, vol. XXVI, Typographia Piratininga, São Paulo, 1923, p. 115-116.

(39) Ibidem, p. 138.

A partir de 1850, solicitações de terras nessa área passaram a ser feitas à Câmara, para que as concedesse como datas. Ora era um ex-soldado que pedia "algumas braças de terreno, em que possa edificar uma casinha com seu quintal para ter ao menos um lugar em que descanse o resto de seus dias" (40), ora uma parda liberta pedindo terreno para "edificar a sua casinha" e "poder plantar alguma hortaliça" (41). Desde o primeiro pedido, informara o fiscal que os terrenos pertenciam ao Mosteiro (42), e o abade escrevia à Câmara dizendo que "não podendo formar-se rocio de povoação com terras sujeitas a domínio particular, e não havendo por outra parte a Câmara Municipal dado já mais o funesto exemplo de conceder cartas de datas de terrenos alheios, por tudo isso espero que seja indeferida a pretensão injusta..." (43). Por seu lado, o juiz de paz era de parecer que "ao Mosteiro pertencem as matas e capões, e não os campos, que sempre foram do domínio público" (44). Dizia-se, em 1852, que os terrenos "desde tempo imemorial se acham no comum uso público tanto dos tropeiros que ali pernoitam e encostam suas tropas, como dos criadores" (45). O Mosteiro, porém, havia cobrado fôros sobre eles (46). Embora a Câmara suspendesse a concessão de datas, até "que se examine quais os terrenos verdadeiramente devolutos" (47), atendeu, em 1854, o pedido de uma morado

(40) Cartas de Datas de Terra (1847 a 1850), volume XV, Departamento de Cultura, Prefeitura do Município de São Paulo, 1938, p. 134.

(41) Cartas de Datas de Terra (1854 a 1858), volume XVII, Departamento de Cultura, Prefeitura do Município de São Paulo, 1939, p. 17-18.

(42) Cartas de Datas de Terra (1847 a 1850), volume XV, cit., p. 132.

(43) Ibidem, p. 132.

(44) Ibidem, p. 134.

(45) Cartas de Datas de Terra (1851 a 1853), volume XVI, Departamento de Cultura, Prefeitura do Município de São Paulo, 1939, p. 157.

(46) Ibidem, p. 158.

(47) Cartas de Datas de Terra (1854 a 1858), volume XVII, cit., p. 17-18.

ra de São Bernardo com base em que "por sentença passada em julgado, obtida dos moradores desta Freguesia de São Bernardo contra os frades Bentos, que somente ficaram possuindo matas e capões, nada de campos, que por essa mesma sentença ficaram pertencendo em comum no uso e gozo dos moradores e tropeiros"(48). Interpretava-se, dessa forma, ao pé da letra, a carta de sesmaria de Amador de Medeiros, passada em 1571, pelo Capitão de São Vicente, que lhe deu "as terras conteúdas em sua petição pelas demarcações em elas alegadas e declaradas (...) não entrando os campos, que ficam para os gados do comum" (49). Pouco depois, em 1857, "à beira da Estrada Geral (...) já existem, salvo o êrro - 30 casas, poucas edificadas em terras de arrendamento pertencentes ao Mosteiro de São Bento, e a maior parte delas em campo de servidão pública e por concessão da Câmara Municipal" (50).

Iniciada a estrada de ferro em 1860 e inaugurada em 1866, também ela contribuiu para alterar o problema da posse da terra. A vida econômica da população local estava muito ligada ao movimento da estrada para Santos e dos ramais que a ligavam a vários pontos da capital e da província. Pela sede da Fazenda de São Caetano passavam as tropas vindas de Moji das Cruzes através da Penha e do Brás (51) e pela sua parte sul as tropas que ainda preferiam a estrada velha que passava pelo Cambuci e Lavapés (52). Essas duas estradas reuniam-se dentro da Fazenda de São Caetano e entroncavam-se na Estrada Vergueiro, próximo ao

(48) Ibidem, p. 17-18.

(49) Affonso de E. Táunay, Historia Antiga da Abbadia de São Paulo, cit., p. 25-26.

(50) Cartas de Datas de Terra (1854 a 1858), volume XVII, cit., p. 106.

(51) Registro Geral da Camara da Cidade de São Paulo - 1835, vol. XXV, Departamento de Cultura, 1938, p. 234.

(52) Atas da Câmara da Cidade de S. Paulo - 1871, vol. LVII, Departamento de Cultura, 1947, p. 12-13.

rio dos Meninos. A ferrovia destruiu aos poucos as possibilidades de vida dessa população. Previa-se em 1861 que "se em todo tempo estes terrenos tiveram pouco valor, hoje pouco ou nada valem por causa da futura estrada de ferro que necessariamente há de desalojar a maior parte dos habitantes à beira da estrada" (53). Até mesmo a povoação de São Bernardo decaiu com o estabelecimento da estrada de ferro (54), pois a sua função havia sido a de pouso intermediário para os viajantes e tropas entre São Paulo e Santos e vice-versa (55).

A questão principal com que se defrontavam os funcionários da colonização não era, pois, apenas a de determinar com clareza as terras adquiridas pelo governo e conhecer as que sempre foram devolutas, mas também, a de localizar as abandonadas em decorrência da perda da função econômica das propriedades ao longo do Caminho do Mar e de regularizar a situação dos antigos ocupantes e foreiros que não abandonaram a região.

Em virtude, porém, do declínio da política de núcleos coloniais a partir de 1879, somente sete anos mais tarde, em 1886, com a redefinição das funções daqueles, renasceu a necessidade de regularizar a posse da terra na região e, especialmente, de identificar os terrenos devolutos que permitissem a ampliação das colônias oficiais existentes ou a fundação de novas, a fim de absorver a imigração que ultrapassasse a demanda regu-

(53) Cartas de Datas de Terra (1861 a 1863), volume XX, Departamento de Cultura, Prefeitura do Município de São Paulo, 1940, p. 20.

(54) Manuel Eufrásio de Azevedo Marques, Apontamentos Históricos, Geográficos, Biográficos, Estatísticos e Noticiosos da Província de São Paulo seguidos da Cronologia dos acontecimentos mais notáveis desde a fundação da Capitania de São Vicente até o ano de 1876, (1ª edição: 1879), tomo II, Livraria Martins Editora S.A., São Paulo, 1952, p. 233.

(55) John Mawe, Viagens ao Interior do Brasil, principalmente aos distritos do ouro e dos diamantes, (1ª edição: 1812), tradução de Solena Benevides Vianna, Ed. Zélio Valverde, Rio, 1944, p. 74; Auguste de Saint-Hilaire, Viagem à Província de São Paulo, 2ª edição, tradução e prefácio de Rubens Borba de Moraes, Livraria Martins Editora, São Paulo, 1945, p. 210-212.

lar de mão-de-obra pela grande lavoura (56). Organizaram-se, em consequência, duas comissões: uma para localizar áreas devolutas e outra para regularizar a posse dos terrenos já distribuídos a colonos. A primeira chegou ao seguinte resultado:

I - Terras devolutas no município de São Paulo, em 1886

<u>Nome da localidade</u>	<u>Área (ha)</u>
Campos das Perdizes	56
Moóca	638
Tijuco Preto	615
Ribeirão Pires	604
Rio Grande	1 087
<u>Total</u>	3 000

FONTE: "Relatório Apresentado (...) Pelo Inspector Engenheiro Leandro Dupré em 1º de Março de 1893", cit., p. 29.

As terras da Moóca foram divididas em lotes de 2 a 3 ha e concedidas a diversas pessoas da Capital (57). As do Rio Grande foram distribuídas a colonos. Mas, os proprietários apareceram seguida e contestaram a posse do Estado, obtendo ganho de causa na Justiça. Prontificaram-se, no entanto, a desfazer-se delas mediante indenização de 40 contos de réis. Também os campos das Perdizes não eram devolutos (58).

A segunda das comissões, como resultado da discriminação dos terrenos devolutos, dividiu noventa e um lotes nos limites dos núcleos (59). "Além dêsse resultado ficaram reconheci-

(56) Nazareth Prado, Antonio Prado no Império e na República, cit., p. 164-165.

(57) "Relatório Apresentado (...) Pelo Inspector Engenheiro Leandro Dupré Em 1º de Março de 1893", cit., p. 12.

(58) Ibidem, p. 29.

(59) Exposição com que o Exm. Snr. Visconde de Parnahyba Passou a Administração da Província de São Paulo Ao Exm. Snr. Dr. Francisco de Paula Rodrigues Alves Presidente desta Província No Dia 19 de Novembro de 1887, Typographia a Vapor de Jorge Seckler & Comp., São Paulo, 1888, p. 118-119.

das e demarcadas as áreas devolutas invadidas e as ocupadas por antigos rendeiros das terras vendidas ao Estado pela Ordem de São Bento, sendo a uns e outros facilitada a aquisição dos títulos de propriedade, na forma da Lei de 18 de setembro de 1850" (60). Na capital e em Santo Amaro era de 82 o número de posses sujeitas à legitimação naquele ano. No ano seguinte, afora as terras ocupadas por antigos foreiros dos beneditinos, a comissão demarcou 105 posses, compreendendo a área total de 10 572,4 ha (61). Além disso, na mesma época, procedeu-se a um recenseamento nos núcleos coloniais da Capital, constatando-se que havia 207 lotes desocupados, sendo 47 em São Bernardo, 28 em São Caetano e 132 em Santana (62). Dos lotes antigos desocupados, em São Caetano, 14 foram distribuídos imediatamente (63).

Nesse núcleo colonial as possibilidades de expansão eram restritas, tanto que com a distribuição final dos lotes não ocupados ou abandonados, o que se concluiu em fins de 1887, suspendeu-se a sua concessão por não haver mais terras disponíveis (64). Num último esforço, o que bem exprime as pressões para colocação de imigrantes, 10 lotes lhe foram acrescentados no ano seguinte em consequência do aproveitamento e medição de terrenos devolutos situados na periferia da antiga fazenda (65).

(60) Ibidem, p. 119.

(61) "Relatório Apresentado A S. Ex., o Sr. Conselheiro Rodrigo Augusto da Silva Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas por Francisco de Barros e Accioli de Vasconcellos Inspector Geral", anexo E de Rodrigo Augusto da Silva, Relatório Apresentado a Assembleia Geral, cit., p. 47.

(62) Relatório Apresentado A Assembleia Legislativa Provincial de São Paulo Pelo Presidente da Provincia, Exm. Snr. Dr. Francisco de Paula Rodrigues Alves No Dia 10 de Janeiro de 1888, Typographia A Vapor de Jorge Seckler & Comp., São Paulo, 1888, Exposição com que o Exm. Snr. Visconde de Parnahyba Passou a Administração ..., cit., p. 119.

(63) Ibidem, p. 120.

(64) Manuel José de Oliveira Cata-Preta, Informação anexa ao officio de 5 de julho de 1893 dirigido ao Diretor Geral da Instrução Publica do Estado, manuscrito, Departamento do Arquivo do Estado, "Instrução Publica - officios - São Bernardo (1834-1896)"; Relatório da Inspectoria Especial de Terras e Colonização, São Paulo, 1890, p. 25.

(65) Joaquim R. Antunes Junior, Relatório, manuscrito, 9 de janeiro de 1888, Departamento do Arquivo do Estado, Maço "Terras e Colonização", sem classificação.

Na sua forma derradeira, o núcleo de São Caetano compôs-se de 26 lotes urbanos e 22 rurais. Como em 1879 existiam 26 lotes urbanos e 22 rurais (66), observa-se que houve a demarcação de mais 44 lotes apenas rústicos, o que representa dois terços da área total do núcleo em 1888, e que a política oficial encaminhou-se para a constituição da pequena propriedade camponesa, abandonando-se, pois, o projeto de reconstituição de aldeias rurais para instalação dos colonos.

Demarcadas as terras e legalizada a sua posse, o primeiro resultado foi a sua notável valorização (67). Ou melhor, as terras só adquiriram valor comercial através dessas medidas, uma vez que assim tornaram-se objeto de apropriação privada e, portanto, de compra e venda.

Antevendo os resultados da legislação de terras e da política governamental, que se manifestariam com a presença do imigrante e a necessidade de que este obtivesse títulos de propriedade indiscutível, houve capitalistas que adquiriram escrituras e direitos de antigos proprietários e posseiros da região, concentrando o domínio dos terrenos, tal como ocorreu, em 1884, no chamado "caso das terras de São Caetano". Um vereador, tendo comprado cinco escrituras de terras (68) foi nessa ocasião acusado de fechar uma área maior do que a adquirida (69). O mesmo vereador é mencionado no mapa do núcleo colonial de São Caetano como ocupante de outra grande área entre o córrego da Resaca e o de Utinga.

(66) João Lins Vieira Cansação de Sinimbu, Relatorio Apresentado Á Assembléa Geral Na Segunda Sessão da Decima Setima Legislatura cit., p. 58.

(67) Relatorio dos Trabalhos da Extincta Commissão de Terras e Colonisação da Provincia de Sao Paulo Apresentado ao Sr. Dr. Joao Bernardo da Silva, Inspector Especial da Provincia de S. Paulo Pelo Eng. Joaquim Rodrigues Antunes Junior, Ajudante da Mesma Inspectoria, 1889.

(68) Atas da Câmara da Cidade de S. Paulo - 1884, vol. LXX, Departamento de Cultura, 1951, p. 26.

(69) Ibidem, p. 19-22; Atas da Câmara da Cidade de S. Paulo-1870, vol. LVI, Departamento de Cultura, 1947, p. 119-121; "Câmara Municipal", Correio Paulistano, 2 de abril de 1883, p. 3.

Semelhante atitude parece ter sido tomada por outras pessoas, de modo que a legitimação da propriedade da terra pelas comissões antes referidas não se consumou de modo pleno, quando não veio a confirmar a propriedade de terrenos ocupados indevidamente.

As dúvidas provenientes dessa situação, antes mesmo das medidas tendentes a regularizá-la, motivaram conflitos seja por questões de posse seja por questões de limites. Um caso constatado, ocorrido em 1883, apesar de uma certa obscuridade do texto, é, a êsse respeito, elucidativo. Diz o documento: "No dia 1º do corrente foi na localidade de São Caetano, assaltado o sítio do sr. dr. Paulo Hamelin, por uma falange de vagabundos que, sem causa alguma justificativa, invadiu aquela propriedade, levando na frente desfraldada uma insígnia representada por uma vara com um lenço de tabaco na ponta: foi debaixo de tão significativo emblema que essa chusma dando pasto às iras que lhe acendia o álcool, quebrou uma porteira, entupiu valos e demoliu uma casa levando sua audácia ao ponto de intimar a um empregado do sítio que se retirasse quanto antes com sua família da casa que ocupava, dando-lhe disso conhecimento sem perda de tempo, a fim de continuar ela na sua obra de demolição. Pasma ver tão estu-pendo e vandálico ataque a propriedade particular, cometido em um subúrbio da Capital da província de S. Paulo por uma horda de vadios, intitulado-se 'povo que exerce sua soberania'" (70).

Pelos trechos grifados, vê-se que o objetivo do ato violento era destruir as marcas da apropriação privada da terra (porteira, valos, casa). Vê-se, também, que a concepção do direito à terra diferia entre os invasores e o jornal que publicou a notícia. Para êste, a propriedade era uma questão legal, expressava-se por um documento e por um princípio ("propriedade particular") e dispensava a moradia do proprietário (presença a penas do empregado). Para aquêles, o direito à terra era uma questão prática. Finalmente, é importante notar que as tensões

(70) "Facto revoltante", Correio Paulistano, 5 de abril de 1883, p. 2. Grifos meus.

geradas pelo problema já estavam exprimindo-se através de movimento organizado, notando-se a existência de um símbolo de significado indecifrável (o lenço de tabaco) manipulado pelo grupo e uma concepção de legitimidade em que se apoiava ("povo que exerce sua soberania"). Infelizmente, o documento não esclarece se o grupo era de brasileiros ou estrangeiros, não se podendo fazer qualquer conjectura sobre esse aspecto, pois tanto uns como outros, partilhavam a mesma situação - os primeiros ameaçados de perder a posse dos terrenos e os segundos sujeitos a aquisições passíveis de contestação.

A formação do núcleo colonial deu-se, portanto, em meio a uma verdadeira luta pela posse da terra, não obstante o imigrante nela não se envolvesse necessariamente de modo direto, e deu-se como capítulo da mercantilização do uso do solo. Nesse plano era, também, contraditório o significado do núcleo colonial. Enquanto se procurava estabelecer um campesinato, cujo lote rústico tinha em média 15 ha, impunha-se a compra e venda como critério de acesso à propriedade, ao mesmo tempo em que se deixava para o colono e para o pequeno proprietário apenas os terrenos desinteressantes para a grande lavoura ou para aqueles que estivessem interessados em fazer na terra investimentos produtivos. Esse aspecto contraditório fica evidente no caso dos antigos posseiros e foreiros submetidos, nesse ponto, às mesmas exigências que o colono, isto é, a compra da terra, terra que já usavam em função das necessidades da sua inserção étnica, econômica e socialmente marginal na sociedade brasileira. Ou seja, não obstante a sua marginalidade, foram compelidos a definir a sua relação com a terra em termos dos valores nucleares da sociedade capitalista.

2. Ocupação na economia marginal

Assumindo o caráter de equivalente de mercadoria, de "objeto" de compra e venda, de posse inquestionável, a terra teria o seu valor medido pela sua renda, e o seu uso e posse ditados pelas regras do capital. Isso valia tanto para os antigos

posseiros e foreiros quanto para os imigrantes, como se nota particularmente em relação aos colonos que adquiriram lotes após a reformulação dos núcleos em 1886. No entanto, este novo regime de posse da terra contraditava as funções manifestas do núcleo colonial e as intenções envolvidas, remanescentes da sua vida inicial. Uma vez que se pretendia fazer do colono um semi-proletário não se podia submetê-lo às exigências de processos econômicos que diferenciavam claramente compradores e vendedores de força de trabalho. O meio-térmo do semi-proletário perdia seus fundamentos ante o processo de concentração do capital e ante a pobreza do imigrante.

O trabalho autônomo e a pobreza efetiva ou latente do colono vinculavam-se, pois, a um estágio de constituição da sociedade e da economia em que os processos diferenciadores não alcançaram sua plena eficácia. Embora os resultados virtuais e típicos desses processos já se pronunciassem (e a própria imigração, como já vimos, foi uma das suas manifestações), a política colonizadora e os seus efeitos práticos (com exceção da fase culminante, a partir de 1886) tinham por pressuposto a negação desses resultados. As condições concretas de existência implicadas não podiam diferir daquelas em que se encontravam os posseiros e foreiros. Estes eram os marginais de uma ordem onde havia lugar apenas para senhores e escravos. Não podiam, em consequência beneficiar-se dos resultados econômicos do capitalismo escravista, e por isso ficavam gravitando em torno dele, nas ocupações periféricas e residuais (71). O estilo e as condições de existência dos posseiros e foreiros eram, no limite, pois, o estilo e as condições de existência possíveis para o imigrante do núcleo colonial.

Nesse quadro, o novo regime de posse da terra era uma aberração, uma vez que se exigia do imigrante, de um lado, o capital (para empatar na terra) e de outro que constituísse uma oferta potencial de mão-de-obra para os verdadeiros capitalistas. De qualquer modo, o imigrante não tinha condições de se integrar nos setores capitalistas de produção, como o do café, e ao mes-

(71) Roger Bastide e Florestan Fernandes, Branços e Negros em São Paulo, cit., p. 120.

mo tempo dispunha como única alternativa a das atividades econô-
micas desprezadas pelo capital.

Era, portanto, menos contraditória a situação dos pos-
seiros e foreiros no regime anterior. Esses viviam das oportu-
nidades surgidas tanto com o crescimento do tráfego no Caminho
do Mar quanto com necessidades de consumo oriundas do crescimen-
to da população e da cidade de São Paulo. Ainda antes do flo-
rescimento da economia açucareira, procurava-se mesmo saber, em
relação a bastardos e pardos de São Bernardo, "em que se hão de
ocupar esta gente, que não estarem vadios" (72). As suas possi-
bilidades de ocupação adquiriam uma importância adjetiva em re-
lação ao miolo da economia, variando numa escala que ia, pois,
da "vadiagem", isto é, da absoluta ausência de vínculos com a
economia de mercado, até o emprêgo de significado econômico ape-
nas complementar. A diversa inserção dos sujeitos em pontos
dessa escala gerou diferentes tipos humanos, excluídos os que,
ocasional ou permanentemente, não foram absorvidos por essas a-
tividades. Os tipos eram o tropeiro, o carreteiro e o lenhador.

O primeiro nasceu e morreu com o comércio no Caminho
do Mar. O tropeamento era ocupação que implicava em investimen-
tos na compra e arreamento das bestas. Era preciso ainda pagar
camaradas. Parece que na região de São Bernardo os mestiços po-
bres não tiveram acesso a essa ocupação, a não ser como assala-
riados, pois envolvia tino e recursos. Num documento sem data
localizado entre papéis de 1779 e 1794, mas que segundo os indí-
cios corresponde à primeira metade do século XIX, arrola-se em
São Bernardo 33 tropas, 33 condutores-tropeiros e 46 condutores
-camaradas (73). A explicitação dos tropeiros como condutores,

(72) Boletim do Departamento do Arquivo do Estado de São Paulo,
vol. VIII, cit., p. 41.

(73) Mapa Estatístico da Capital, s/d., "População da Capital -
Recenseamentos de 1779-1794", Departamento do Arquivo do
Estado, ms., Estante A, Prateleira 2, Caixa 31.

tanto quanto os camaradas, pode ser uma indicação de que se tratava de empregados de tropeiros abonados. Não raro, o patrão da tropa reservava-se tarefas mais de natureza comercial, delegando a empregados ou escravos de confiança a direção da tropa (74). Para o patrão, era atividade rendosa. Kidder e Fletcher referem-se a uma viúva de São Bernardo "que estava fazendo grande fortuna com o aluguel de mulas para montaria ou transporte de bagagem" (75).

O carreteiro, porém, precisava de poucos recursos: o carro, os bois e um curral. Embora tanto o tropeiro quanto o carreteiro pudessem dispensar a propriedade da terra, visto que os campos estavam no "comum uso público tanto dos tropeiros que ali pernoitam, e encostam suas tropas, como dos criadores" (76), era o carreteiro autônomo e individual, geralmente, o seu trabalho. Na relação dos carros de São Bernardo, de 1835, dos nove carreteiros arrolados, apenas um possuía dois carros (77). E somente um caso excepcional é indicado, em 1852, de um carreteiro "pobre doentio sobrecarregado de famílias (que) trabalha com quatro carros de sua casa para esta cidade" (78). Entre moradores de São Caetano identificados registrou-se o predomínio dos carreteiros, em geral milicianos e ex-milicianos, e a exceção de um tropeiro (79). A indicação mais frequente é a de que "vi

(74) José Alípio Goulart, Tropas e Tropeiros na Formação do Brasil, Conquista, Rio de Janeiro, 1961, p. 107-109 e 113-115.

(75) D. P. Kidder e J. C. Fletcher, O Brasil e os Brasileiros, tradução de Elias Dolianiti, revisão e notas de Edgard Süsssekind de Mendonça, 2 volumes, Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1941, p. 143. A informação é de 4 de julho de 1855.

(76) Cartas de Datas de Terra (1851 a 1853), vol. XVI, cit., p. 157; Cartas de Datas de Terra (1854 a 1858), vol. XVII, cit., p. 17-18.

(77) Registro Geral da Camara da Cidade de São Paulo - 1835, vol. XXV, cit., p. 141.

(78) Cartas de Datas de Terra (1851 a 1853), vol. XVI, cit., p. 155.

(79) Lista do 4º Quarteirão Pertencente ao Juizo de Paz da Freguezia de São Bernardo (...) pertencente ao ano de 1835, manuscrito, Departamento do Arquivo do Estado, "População de São Bernardo, Bom Jesus, Caaguaçu", T-C/1, 1776-1846, Caixa 155.

ve dos alugueis do seu carro". Em alguns casos diz-se que o carreiteiro, miliciano reformado, "vive de fazer telhas" (80) e que "colheu de arroz 25 alqueires" (81). Ou então indica-se que o carreiteiro tem sete bezerros (82). Vê-se, pois, que a ocupação de carreiteiro tendia a ser relativamente instável, combinando-se com outras tarefas, e que ela não se ligava necessariamente à propriedade da terra. O arrendamento ajustava-se às suas necessidades na medida em que o carreiteiro carecia apenas de um "poteiro fechado de valos (...) para fechar os seus bois para sair a madrugada" (83), enquanto as terras de uso comum serviam para o gado que não fôsse ocupado no dia seguinte.

Na maior parte das vezes, os carros eram utilizados no transporte de madeira e lenha para a Capital. Dos 11 proprietários de carros da Segunda Companhia de São Bernardo, arrolados em 1825, seis dedicavam-se ao transporte de lenha e cinco ao de madeiras (84). Também pedras para construção eram transportadas de São Caetano (85). Esse comércio, entretanto, não recebera estí-

(80) Mapa Geral dos Habitantes existentes no Destrito da 1ª Companhia das Ordenanças das Freguesias de S. Bernardo e do Senhor Bom Jesus no ano de 1827, Departamento do Arquivo do Estado, "População S. Bernardo, Bom Jesus, Caaguaçu", T-C/1, 1776-1846, manuscrito, Caixa 155.

(81) Mapa Geral dos Habitantes existentes no Destrito da 1ª Compª de Ordenanças das Freguesias de São Berndo., e do Sr. Bom Jesus no ano de 1829, manuscrito, ibidem, caixa 155.

(82) Mapa Geral da 1ª Companhia de Ordenanças das Freguesias de São Bernardo e Sr. Bom Jesus - ano de 1825, manuscrito, ibidem, caixa 155.

(83) Cartas de Datas de Terra (1851 a 1853), vol. XVI, cit., p. 155.

(84) "Papéis Avulsos (1825)", doc. CCCLXC, Revista do Arquivo Municipal, vol. CLVII, ano XX, julho a dezembro - 1953, Prefeitura do Município de São Paulo, Departamento Municipal de Cultura, 1954, p. 224.

(85) "Papéis Avulsos (1804-1806)", doc. XIII, Revista do Arquivo Municipal de São Paulo, ano I, vol. IX, Publicação do Departamento do Expediente e do Pessoal, São Paulo, Fevereiro de 1935, p. 123.

nulo expressivo do florescimento da economia açucareira na zona central da capitania, pois o crescimento não vegetativo da população da cidade de São Paulo, manteve-se à média anual de 0,3% entre 1765 e 1872, isto é, ao redor de 16% do crescimento total no período, calculando-se essas taxas com base nas observações de Müller relativas a 1836 (86). Nota-se, apenas, a partir do número médio de habitantes livres por habitação, em 1765, que declinou a proporção dos que, em 1729, estavam ausentes, os quais neste último ano correspondiam a 5% dos chefes de família e aproximadamente 38% da população (87). Não ocorreu, portanto, um aumento do tamanho do mercado de lenha para combustível e madeira para construção. Se a partir daí houve alguma influência, esta se resumiu na dilatação dos rendimentos ao menos de uma parte dos habitantes, porquanto há evidências de que famílias abastadas ligadas à produção e comércio de açúcar estavam radicadas em São Paulo.

Entretanto, uma das prováveis causas da absorção dos habitantes locais pelas tarefas de corte e transporte de lenha e madeira foi a impossibilidade crescente de sua obtenção pela devastação das matas nas cercanias da cidade. Já em 1810 a Câmara comunicava aos moradores de Santo Amaro, São Bernardo e Caaguaçu "que sendo constante ao Senado a falta, que se vai experimentando das madeiras próprias para edificar por causa da sua longitude, e tendo em consideração o remediar o mal antes que êle aumente; portanto determinamos: que nenhum lavrador possa botar matos abaixo para fazerem suas plantações sem que primeiro participe ao Capitão José da Silva de Carvalho, a quem o mesmo Senado tem nomeado inspetor geral das matas dos sobreditos lugares para êste mandar tirar tôdas aquelas madeiras pró-

(86) Daniel Pedro Müller, Ensaio d'um Quadro Estatístico da Província de S. Paulo, cit., p. 185-187.

(87) Nuto Sant'Anna, Metrópole, vol. III, cit., p. 115-145; Afonso de E. Taunay, História da Cidade de São Paulo no Século XVIII, vol. II, 2ª parte, cit., p. 103-104; Maria-Luiza Marcilio, La Ville de São Paulo - Peuplement et Population, 1750-1850, Publications de l'Université de Rouen, 1963.

prias para edificar, ou mandá-las aproveitar por quem bem lhe parecer, bem entendido que isto é no caso de que o dono das matas não tenha a quem dar para as tirar; que muitas vèzes antes que-rem derrubá-las, e queiná-las do que deixá-las aproveitar, cujas partes serão obrigados os ditos lavradores a darem ao inspetor um ano antes de fazerem a derrubada para que neste prazo mande o mencionado inspetor tirar..." (88). Ainda em 1864 a Câmara decidia, a propósito de uns terrenos próximos à Cidade que "tendo o público servidão sôbre tais terrenos, d'onde extrai lenha para consumo nesta Capital (...) devem ser reservados para logradouro da população, não podendo por isso ser vendidos" (89).

O próprio comunicado de 1810 mostra como a especialização da região nessa atividade extrativa decorria da sua inviabilidade em outras áreas já devastadas. A especialização regional determinou mesmo, em 1877, que a localização de um dos dois mercados de madeira da cidade obedecesse aos interesses dos moradores de São Bernardo (90).

Cabe, finalmente, estabelecer uma distinção entre o carreteiro e o lenhador. Embora ambos os tipos radicassem na mesma situação já descrita, o carreteiro vivia, de preferência, "dos alugueis do seu carro", fazendo-se mesmo, às vèzes, de comerciante, percorrendo as ruas da cidade para vender as suas lenhas (91). O lenhador não dispunha mais do que a sua própria força, não raro invadindo terras alheias para obter o seu produto. O funcionário que fez o levantamento da Fazenda de São Caetano, em 1874, notara que existiam ali "bastantes matas ainda e

(88) Registôo Geral da Camara Municipal de S. Paulo, 1808-1813, vol. XIV, Publicação Oficial do Archivo Municipal de S. Paulo, Typographia Piratininga, São Paulo, 1922, p. 206-207.

(89) Atas da Camara da Cidade de S. Paulo - 1864, vol. I, Departamento de Cultura, 1946, p. 12.

(90) Atas da Camara da Cidade de S. Paulo - 1877, vol. LXIII, Departamento de Cultura, 1949, p. 67.

(91) Atas da Camara da Cidade de São Paulo - 1886, vol. LXXII, Departamento de Cultura, 1951, p. 47.

não de sonenos qualidade, sendo pena que os vizinhos daquelas matas as estejam devastando com continuadas queimas e cortes, para fazerem lenha unicamente" (92). Três anos depois, o engenheiro do núcleo colonial ainda observava que êsse continha "algumas matas" e que existiam "alguns intrusos que se aplican na tiragende madeira" (93). Ao lenhador cabia, pois, o extremo limite na escala de vinculação ao mercado, fazendo da sua atividade já então definida como predatória o nexo que dêbilmente o prendia ao mundo das mercadorias.

Tais ocupações, constituíam-se nas únicas alternativas da população local, que se via assim levada a aproveitar as solucitações do mercado não atendidas pela interferência do capital. O tipo de vida dos habitantes da área não era ditado, pois, por uma simples questão de vocação geográfica, mas também pela condição étnica, social e econômica prévia da população margin-mestiça e pobre. A propósito, cabe referir que um funcionário da colonização observara em São Caetano "bonitos pés de café e algumas árvores de frutas, que pelo seu estado de desenvolvimento e nenhum trato, atesta a boa qualidade" das terras (94). Mais ainda, um grande fazendeiro da região, Francisco Martins Bonilha, fôra plantador de chá para exportação. Não se tratava, pois, de um impedimento natural à produção de artigos que pudessem integrar-se no comércio lucrativo. Êsse tipo de economia exigia recursos que a população local não possuía. Na verdade, pois, o apêgo às ocupações marginais era a única possibilidade que lha restava na incipiente divisão do trabalho da sociedade escravocrata.

A universalização da propriedade privada da terra, teve como consequência a alteração das bases dessa economia margi-

(92) Nicolau d'Athogino, Relatório do exame feito em várias fa-
zendas e localidades ..., cit.

(93) Relatório Apresentado ao Exmo. Snr. Presidente da Provincia
de São Paulo pelo Enl. Leopoldo José da Silva, manuscrito,
20 de outubro de 1877, ll. 3, Departamento do Arquivo
Estado, "Colônias", Anos 1870-1877, Caixa 3.

(94) Nicolau d'Athogino, Relatório do exame feito em várias fa-
zendas e localidades ..., cit.

nal, porque pressupunha a questão da renda capitalista da terra, isto é, da terra como investimento. Por outro lado, seja pelo tamanho do estabelecimento, seja pelas intenções da grande lavoura de criar um semi-proletariado, seja pelas condições econômicas do imigrante, seja, enfim, pelas condições de vida dos posseiros e foreiros, a população local não possuía o que necessário fôsse à sua participação em atividades tipicamente capitalistas. Permanecia tendo a sua disposição os setores da economia desprezados pelo capital, com uma margem de opções que continuava incluindo a atividade extrativa e o trabalho predatório.

3. A pequena lavoura na economia colonial

O êxito dos núcleos coloniais ficou na dependência de que a função de fornecedores de alimentos fôsse capaz de garantir-lhes a sobrevivência econômica, e de que não concorressem economicamente com o café. Os núcleos dependiam ao mesmo tempo da divisão do trabalho, propiciada pela escassez de mão-de-obra e pela elevação dos preços do café, e da persistência de uma situação que, para a grande lavoura, era de crise de ajustamento a novas condições. Os núcleos foram pensados em termos de uma situação que, na verdade, era provisória, já que tôdas as modificações que estavam ocorrendo tinham por finalidade a sobrevivência da grande lavoura. De qualquer modo, no momento da sua instalação, tinham diante de si a porta da agricultura de alimentos, aberta pela carestia de gêneros, que afetava tanto a população da Capital quanto os fazendeiros. Por isso, no núcleo de São Caetano as plantações iniciais consistiram "em feijão, milho, hortaliça, arroz, cevada, linho, batata e fumo" (95). Além dos produtos corriqueiros no consumo da população brasileira - como o feijão, milho e fumo - introduziram-se plantas novas - como a cevada, o linho e a batata. A escolha dessas plantas deve ter respondido, de um lado, a uma acomodação entre os hábitos agrícolas dos imigrantes e a demanda do mercado local e, de outro,

(95) João Lins Vieira Cansação de Sinimbu, Relatório Apresentado à Assembléa Geral Na Segunda Sessão da Decima Setima Legislatura ... cit., p. 58.

ao atendimento de expectativas oficiais, vinculadas pelos funcionários da colonização, que viam na europeização da agricultura um indício de modernização (96) e o meio capaz de diferenciar a agricultura dos colonos da agricultura caipira - esta associada ao estereótipo desfavorável do caboclo, que o definia como prêso a atitudes contrárias aos intuítos racionais em jôgo na colonização. Essa opção, no entanto, foi breve e já num relatório de 1880 assinalava-se que em São Caetano "as plantações consistem em fumo e cereais" (97).

Essa foi uma fase de "ensaio e êrro" da parte dos funcionários da colonização, supostos orientadores dos imigrantes. Outros problemas juntaram-se a êsse. Confiando nas construções existentes na fazenda para abrigar os colonos - um dos pontos justificadores da política do "bom negócio" - a burocracia oficial não tomou medidas para alojar e ocupar imediatamente os imigrantes (98). Êstes foram envolvidos por tarefas relativas à criação das condições mínimas necessárias ao funcionamento do núcleo. Das 45 casas provisórias existentes em 1879, 10 foram "construídas pelos próprios possuidores, mediante auxílio do Estado" e outras 35 foram feitas por administração (99). Como entre os colonos havia alguns carpinteiros, foram "aproveitados na construção de casas provisórias de madeira" (100). Portanto, o emprêgo inicial estava desligado da agricultura. De outro lado,

(96) Michael M. Hall, ob. cit., p. 32-47.

(97) Manuel Buarque de Macedo, Relatorio Apresentado Á Assembléa Geral Na Terceira Sessão da Decima Setima Legislatura Pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, Typographia Nacional, Rio de Janeiro, 1880, p. 77.

(98) Relatorio Com que o Exm. Snr. Dr. João Baptista Pereira..., cit., p. 58.

(99) João Lins Vieira Cansação de Sinimbu, Relatorio Apresentado Á Assembléa Geral Na Segunda Sessão da Decima Setima Legislatura ..., cit., p. 58.

(100) Relatorio Apresentado ao Exmo. Snr. Presidente da Província de S. Paulo pelo Bel. Leopoldo Jose da Silva, cit., fl. 6v.

houve colonos que receberam os seus lotes quase um ano depois da chegada (101). Somente em 3 de dezembro de 1878 - um ano e meio após a instalação do núcleo - o governo suspendeu "o fornecimento de víveres", porém, "à vista do estado das plantações" concedeu aos colonos uma diária durante seis meses a contar daquela data, "sendo de 400 réis para os maiores de 10 anos, e de 240 réis para os menores de 10 e maiores de dois anos" (102). Ainda em 1879, um relatório oficial dizia que "os núcleos de Santa na e Glória foram emancipados. Os de São Caetano e São Bernardo, necessitando ainda algum auxílio do Estado, continuam sob a direção do engenheiro Leopoldo José da Silva, contando-se que em breve poderão achar-se em condições de dispensar toda a intervenção oficial" (103).

Uma outra implicação da desorientação inicial dos funcionários e colonos respeita à aquisição de lotes urbanos e rústicos. Ao que tudo indica, a intenção governamental era a de centralizar a vida do núcleo colonial numa espécie de aldeia, supondo assim transplantar ou proteger padrões europeus de existência comunitária e instaurar aqui, assim, a pequena agricultura no estilo que lá se observava (daí a preferência por imigrantes do norte da Itália, nessa fase). Nesse caso, o imigrante deveria adquirir um par de lotes: um urbano e um rústico, como aliás ocorreu em São Bernardo (104). Houve mesmo, uma tendência inicial em favor dos lotes urbanos: em São Caetano, no ano de

(101) Ofício do eng. Leopoldo José da Silva ao presidente da Província, Dr. Laurindo Abelardo de Brito, 6 de setembro de 1880, manuscrito, Departamento do Arquivo do Estado, "Colônias", 1879-1890, Caixa 5.

(102) João Lins Vieira Cansação de Sinimbu, Relatório Apresentado À Assembléa Geral Na Segunda Sessão da Decima Settima Legislatura...., cit., p. 58.

(103) Ibidem, p. 53.

(104) Henrique Raffard, "Alguns Dias na Paulicéa", Revista Trimestral do Instituto Historico e Geographico Brasileiro, Tomo LV, Parte II, Rio de Janeiro, 1892, p. 211.

1879, achavam-se medidos e demarcados 26 lotes urbanos e 22 rústicos. Como no entanto, os lotes urbanos localizavam-se na sede da fazenda, para aproveitar a afluência dos caminhos e os edifícios já existentes (casa grande, capela, senzalas), deu-se que alguns lotes rústicos ficaram muito distantes da sede do núcleo colonial. Em 1900 um morador não podia prestar serviços a li devido à distância (105). Em São Bernardo, os colonos eram obrigados a permanecer "nos seus lotes rurais durante a semana, a fim de não perderem tempo com a ida e volta do lote urbano para o outro, que fica um tanto longe" (106). Por isso, ao invés de associarem o lote urbano ao rústico, os imigrantes fizeram opções entre um ou outro. Os 43 lotes do núcleo de São Caetano estavam, em 1879, divididos por 35 famílias, das quais "três possuem simultaneamente lotes urbanos e rústicos; 15 preferiram urbanos, havendo cinco que ocupam dois prazos cada uma; e 17 estabeleceram-se em lotes rústicos (107). Em consequência, quase metade dos colonos ficou com terrenos de tamanho reduzido. Os lotes urbanos tinham 4.840 m² cada um, ou 0,484 ha., e os rústicos 151.250 m² cada, ou 15,125 ha. Sendo uma tarefa (12 x 12 braças igual a 696,96 m²) o que um homem pode trabalhar em um dia, vê-se que os lotes urbanos não foram medidos de maneira a absorver o trabalho de uma família durante o ano todo, não sendo assim possível retirar deles a subsistência. Em resultado, pouco depois, "algumas famílias possuidoras de lotes urbanos pretendem lotes rústicos, e outras requerem aumento dos lotes rústicos que ocupam para si ou para parentes que esperam da Europa" (108).

(105) Livro de Atas da "Società di Mutuo Soccorso Principe di Napoli" de São Caetano (1892-1911), Verbale nº 56, 8 de abril de 1900.

(106) Henrique Raffard, "Alguns Dias na Paulicéa", cit., p.211.

(107) João Lins Vieira Cansanção de Sinimbu, Relatório Apresentado À Assembléa Geral Na Segunda Sessão da Decima Setima Legislatura..., cit., p. 58.

(108) Ibidem, p. 58.

Mesmo os lotes rústicos, que poderiam absorver um maior número de dias de trabalho de um homem, tinham em São Caetano dois obstáculos a uma produtividade satisfatória. De um lado porque não tendo sido a fazenda beneditina uma fazenda agrícola, as suas terras precisavam ser preparadas para o plantio, o que significava para o colono uma atividade inicial mais trabalhosa. De outro lado, porque a fertilidade das terras era reduzida (109). Antes mesmo da fundação do núcleo, um visitante notara que "o solo é coberto de pastos nativos e inçados de cupins (...), indicio de terras cansadas ou de má qualidade" (110).

A despeito de apreciações favoráveis, de que as terras eram em geral boas e podiam "produzir excelentemente todos os cereais" (111) ou de que se tratava de "terras de mantimentos" (o que já indica sua baixa fertilidade para, por exemplo, agricultura de exportação), feitas antes do trabalho agrícola dos colonos, a prática demonstrou em seguida que essas apreciações eram otimistas. Chegou-se à conclusão de que as terras do núcleo eram "inferiores às de São Bernardo" (112) e que tanto as deste último como as de São Caetano "eram regulares" (113). Além

(109) José Cupertino Coelho Cintra, Relatório, Inspectoria Geral de Terras e Colonização, Gabinete do Ajudante, São Paulo, 2 de setembro de 1876, manuscrito, Departamento do Arquivo do Estado, "Colônias", Anos 1870-1877, Caixa 3.

(110) Ibidem.

(111) Relatório Apresentado ao Exmo. Snr. Presidente da Província de São Paulo pelo Bel. Leopoldo José da Silva, cit., fl. 3.

(112) João Bernardo da Silva, Relatório da Inspectoria Especial de Terras e Colonização, cit., p. 26.

(113) Henrique Raffard, "Alguns Dias na Paulicéa", cit., p.199.

do mais as aguadas da fazenda eram pobres. "As águas mais notáveis que passam por aquêles terrenos são as do rio Tamanduateí, rio dos Meninos e córrego do Oitanga, as quais se podem empregar como motores; além destas há alguns córregozinhos sem denominação que atravessam pelas terras e que são pouco abundantes, sendo realmente para lamentar a falta de água n'alguns pontos desta tão extensa propriedade" (114). Mesmo nos rios maiores, como o Tamanduateí, o regime das águas oscilava muito de estação para estação. No tempo das chuvas, devido ao leito pouco profundo, o rio extravazava inundando uma grande parte das várzeas (115). Ao que parece devido à devastação das matas à sua margem (o que intensificava a evaporação) (116), o volume das águas diminuía muito no tempo da sêca, desde a fazenda até a ponte do Fonseca, na cidade, impedindo mesmo o seu uso pelos moradores da estrada da Moóca (117). Havia, finalmente, "bastantes formigas saúvas" (118).

Êsses fatores não apenas perturbavam a regularização da vida dos colonos e dos núcleos coloniais, já cingidos por uma burocracia disfuncional, mas, principalmente pioravam as suas condições econômicas. Reduziam a exploração rentável das possibilidades do comércio de gêneros num regime de escassez e preços altos. A baixa fertilidade do solo cerceava a produtividade do trabalho e comprimía a renda da terra. O que ficou evidente com as transformações no aproveitamento do trabalho livre pela grande lavoura. Esta, resolvendo os impasses do regime de

(114) Nicolau d'Athogino, Relatório do exame feito em várias fazendas e localidades..., cit.

(115) N. Perrela, Entre as "Tórbas" de S. Caetano, Edições Alarico Limitada, São Paulo, 1961, p. 66.

(116) Affonso de E. Taunay, Historia Antiga da Abadia de São Paulo, cit., p. 210.

(117) Regiútro Geral da Camara da Cidade de São Paulo, 1846-1851, vol. XXXIV, Departamento de Cultura, 1945, p. 70.

(118) Nicolau d'Athogino, Relatório do exame feito em várias fazendas e localidades..., cit.

parceria, que em parte deram origem à política dos núcleos coloniais em São Paulo, fixou-se no regime de empreitada. "Na década dos oitenta, tornara-se usual entregar a alguns trabalhadores livres, que se estabeleciam temporariamente na fazenda um cafézal plantado por escravos, com a condição de manterem a plantação durante quatro anos consecutivos. Pagava-se nesse caso trezentos a quatrocentos réis por pé. Os trabalhadores ficavam obrigados a plantar as falhas e tinham permissão de cultivar entre os pés de café o necessário para seu consumo durante quatro anos" (119). Resolvia-se, por esse meio, um dos problemas mais graves da parceria que era o controle dos ganhos pelo fazendeiro (embora contratualmente fôsse um "sócio" do trabalhador) e a incerteza dos ganhos, que anteriormente dependiam da comercialização do café e da honestidade do fazendeiro. A cultura intercalar de alimentos deixava de ser feita em "sociedade" com o fazendeiro e passava a ser um resultado complementar do trabalho do colono. Nas áreas novas ou nas velhas com o declínio da escravidão, este passou a ser empregado também na formação dos cafezais. "O colono, até então localizado supletivamente em lavouras já constituídas, passa a ser empregado no cafézal em formação, vendo seu salário acrescido com o usufruto das terras intercafezeiras" (120). O imigrante tinha, assim, a "oportunidade de alguma acumulação econômica, oferecida (...) através da atividade intensa da família colona na expansão do cafézal, remunerada na base de um salário fixo anual acrescido de quota por alqueire de café colhido e, principalmente, com a permissão do uso-fruto das terras intercafezeiras. Essa última forma de remunerar o trabalho que assim se implantava, era na verdade uma possibilidade exclusiva da área em expansão, e pois em processo de abertura de cafezais" (121). Mas, mesmo a zona "velha" podia ajustar-se a esse tipo de relacionamento designando terrenos fora dos cafezais para que os colonos fizessem o cultivo de alimentos (122).

(119) Emilia Viotti da Costa, Da Senzala à Colônia, cit., p. 145.

(120) Paula Beiguelman, A Formação do Povo no Complexo Cafeeiro - Aspectos Políticos, cit., p. 51.

(121) Ibidem, p. 51.

(122) Ibidem, p. 110, nota 92.

Para a grande lavoura, o novo regime significava o aproveitamento da carestia de gêneros e a demanda dos mercados urbanos para remunerar em parte a força de trabalho empregada nos cafezais. Por aí se "compensava o baixo custo do salário agrícola" (123). Em outros termos, a fazenda efetivava-se como empresa produtora de café exclusivamente (os alimentos eram produção do colono), reduzia os dispêndios com mão-de-obra, aumentando os seus lucros, e transferia para os consumidores de alimentos comercializados, sobretudo os do meio urbano, uma parte do custeio do cafezal. A elevação indireta de custos da cafeicultura, determinada pela elevação dos preços nas zonas urbanas, com repercussões inevitáveis nos custos de produtos e serviços consumidos pela fazenda, na fase de escassez da mão-de-obra, era devolvida à população urbana quando esta adquiria os alimentos produzidos entre as leiras do café. O colono, por seu lado, beneficiava-se com essa parte variável do seu salário, suprindo-se a si mesmo, associando a limpa do café com a limpa ou cultivo do milho e do feijão, poupando trabalho, vendendo excedentes e ainda recebendo em dinheiro o que ajustara com o fazendeiro.

A expansão da cafeicultura, que desse modo passou a ser também do interesse do próprio colono, alcançou elevado ritmo como se pode inferir do volume de produção do café.

II - Sacas de café entradas no porto de Santos

<u>Período</u>	<u>Sacas de 60 kg.</u>	<u>Índice móvel</u>
1850 - 1859	1 815 939	100
1860 - 1869	4 100 181	226
1870 - 1879	7 635 268	186
1880 - 1889	23 661 146	310
1890 - 1899	41 220 095	174

FONTE - Paulo R. Pestana, O Café em São Paulo, Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio, São Paulo, 1927, p. 21 e 23.

(123) Henrique Doria de Vasconcellos, "Alguns Aspectos da Imigração no Brasil", cit., p. 18.

Tais mudanças repercutiram direta e decisivamente na vida dos núcleos coloniais. Na década de oitenta, quando os núcleos da Capital poderiam firmar-se, triplicou a produção do café, o que significa a abertura em grande escala de novas áreas de produção. Aliás, as entradas de café no porto aumentaram em 55% no quinquênio de 1876 a 1880 e 90% no quinquênio 1881-1885 - as maiores porcentagens registradas desde o quinquênio 1856-1860. Portanto, no mesmo momento em que estavam sendo implantados os núcleos da Capital para solução, no plano imediato, do problema de abastecimento, terras novas eram descortinadas e plantadas com alimentos. Ao mesmo tempo, instalou-se a rede ferroviária paulista, alcançando tanto as zonas novas quanto as zonas velhas. Em 1883, oito ferrovias já funcionavam em São Paulo(124), facilitando o transporte dos produtos para os aglomerados urbanos, sobretudo a Capital, ponto de convergência.

A presumível fertilidade maior das terras virgens, em relação à das terras cansadas dos núcleos coloniais, não foi o único fator desfavorável a estes últimos no mercado de produtos agrícolas. A cultura intercalar não se beneficiava necessariamente de uma renda diferencial advinda da baixa produtividade da agricultura dos núcleos. Os alimentos comercializados pelos colonos de café eram o excedente do seu consumo e a rigor o preço que por eles recebiam era fixado em função da margem de lucro dos intermediários que os faziam chegar ao consumidor. Portanto, uma grande parte da renda diferencial era apropriada pelos sistemas de transporte e comercialização dos produtos. Além do que, a comercialização deixava de ser feita através dos pequenos lotes transportados por tropeiros das zonas produtoras, passando à grande escala.

Um fiscal paulistano queixava-se, em 1879, de que "a maior parte dos gêneros que pagam impostos municipais entram no município pelas estradas de ferro, e em suas estações eu não tenho o direito de reter cargas e nem tampouco exigir dos contribuintes - quantia alguma que prefaça a importância relativamen-

(124) C. F. Van Delden Laërme, Le Brésil et Java, cit., p.153.

te ao impôsto de seus gêneros" (125). Inútilmente tentou a Câmara arrecadar os tributos que lhe pertenciam, devido à crescente entrada de gêneros pelas ferrovias (126), o que escapava ao sistema de arrecadação existente. Via-se o fiscal "quase sempre obrigado a acompanhar os carroceiros até a casa dos destinatários a fim de bem desempenhar êsse serviço" (127).

O comércio em larga escala com o advento das ferrovias apenas consolidou-se. Desde o florescimento das minas, no século XVIII, o atravessamento de gêneros era praticado nos arredores de São Paulo por comerciantes que levavam os seus lotes às zonas mineradoras, onde multiplicavam muitas vezes o capital empenhado, e nada se cobrava que não fôsse por oitavas de ouro (128). São conhecidos os efeitos dessa atividade na elevação dos preços na cidade de São Paulo durante aquêlê século e inúmeros documentos os registram. O atravessamento já era, pois, um componente fundamental do mecanismo de elevação de preços e o atravessador um personagem indispensável nesse fenômeno (129).

-
- (125) Atas da Câmara da Cidade de S. Paulo - 1878, vol. LXIV, Departamento de Cultura, 1949, p. 127.
- (126) Atas da Câmara da Cidade de S. Paulo - 1881, vol. LXVII, Departamento de Cultura, 1950, p. 142; Atas da Câmara da Cidade de S. Paulo - 1883, vol. LXIX, Departamento de Cultura, 1951, p. 131, 168 e 207.
- (127) Atas da Câmara da Cidade de S. Paulo - 1878, vol. LXIV, cit., p. 127.
- (128) João António Andreoni (André João Antonil), Cultura e Opulência do Brasil, (1ª edição: 1711), Introdução e Vocabulário por A. P. Canabrawa, Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1967, p. 267; Affonso De E. Taunay, Historia da Cidade de São Paulo no século XVIII, volume II, 2ª parte, cit., p. 163-182; Mafalda P. Zemeña, O Abastecimento da Capitania das Minas Gerais no Século XVIII, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade de São Paulo, Boletim 118, São Paulo, 1951.
- (129) Uma das fortunas paulistas, em parte, oriunda do atravessamento foi a de Antônio da Silva Prado, o Barão de Iguaçu. Cf. "Correspondência do Coronel Francisco Inácio de Souza Queiroz e Outros Seus Contemporâneos", Nuto Sant'Anna, Documentario Histórico, Volume II, Coleção Departamento de Cultura, São Paulo, 1951, p. 27-30.

Procurou-se atenuar os efeitos da especulação nessa fase de carestia pela concessão de uma espécie de subsídio indireto ao produtor que comercializasse diretamente o seu produto na Praça do Mercado e pela adoção de medidas punitivas contra os atravessadores (130). Reservavam-se quartos "para acomodação de condutores de gêneros", em número de oito, alugados a 100 réis por pernoite, enquanto que os outros negociantes pagavam 500 réis (131). Mas os negociantes procuravam passar por produtores e beneficiavam-se, assim, dos aluguéis reduzidos (132). Além da burla, registrava-se ainda a corrupção dos funcionários que lesavam a Câmara nos impostos (133). Os imigrantes ajustaram-se a esse padrão e, em 1882, o administrador da Praça do Mercado informava "que tem diminuído a importação de gêneros na Praça atento os atravessadores italianos que vão atravessar os gêneros fora da Cidade" (134).

Tanto o aumento da produção de alimentos nas zonas cafeeicultoras quanto a produção dos núcleos coloniais concorreram, no entanto, para intensificar o comércio de gêneros na Capital. O administrador do mercado dizia, em 1879, que os importadores "tem visivelmente aumentado em concorrência para a mesma [Praça do Mercado] com seus gêneros" (135). Do mesmo modo aumentou o número de pequenos "vendedores de gêneros alimentícios pelas ruas e praças da cidade sem a respectiva licença" (136), de comerciantes volantes que pagavam impostos com má vontade (137). A ponto

(130) Atas da Câmara da Cidade de S. Paulo - 1869, vol. LV, Departamento de Cultura, 1946, p. 200.

(131) Atas da Câmara da Cidade de S. Paulo - 1877, vol. LXIII, cit., p. 46.

(132) Atas da Câmara da Cidade de S. Paulo - 1878, vol. LXIV, cit., p. 28-29.

(133) Atas da Câmara da Cidade de S. Paulo - 1882, vol. LXVIII, Departamento de Cultura, 1951, p. 74-75.

(134) Ibidem, p. 131.

(135) Atas da Câmara da Cidade de S. Paulo - 1878, vol. LXIV, cit., p. 42.

(136) Ibidem, p. 84.

(137) Ibidem, p. 127-128.

de que comerciantes estabelecidos mandavam "vender pelas ruas gêneros comprados na praça do mercado" (138). Na mesma ocasião os negociantes de secos e molhados reclamavam "contra a venda de gêneros alimentícios e outros que se vendem pelas ruas em pequenas carroças" (139).

Por um lado, os grandes negociantes podiam ajustar-se a qualquer situação comercial, já que o seu poder de barganha permitia-lhes dilatar ou restringir o preço dos produtos pago aos produtores. Por outro lado, os pequenos comerciantes e produtores-comerciantes contribuíam para comprimir o preço ao nível dos consumidores, intensificando a concorrência, como revela, ainda que de modo precário, o quadro III.

(138) Atas da Câmara da Cidade de São Paulo - 1883, vol. LXIX, cit., p. 140.

(139) Ibidem, p. 140.

III - Preços dos gêneros, em São Paulo, por alqueire

<u>Gênero</u>	<u>1855</u>	<u>1875</u>	<u>1886</u>			<u>1890</u>
			<u>Máximo</u>	<u>Mediano</u>	<u>Mínimo</u>	
Milho	-	-	3\$000	2\$620	2\$240	4\$500
Batata	-	-	3\$900	3\$500	3\$100	-
Feijão	4\$200	9\$000	6\$500	5\$250	4\$000	6\$000
Farinha de mandioca ..	2\$500	4\$000	3\$600	2\$600	1\$600	6\$000
Arroz	5\$100	11\$000	-	-	-	9\$000

FONTES - Emília Viotti da Costa, Da Senzala à Colônia, cit., p. 133-134; Relatório Apresentado Ao Exm. Sr. Presidente da Prowincia de São Paulo pela Comissão Central de Estatística, Typographia King, São Paulo, 1888, p. 341; Henrique Raffard, "Alguns Dias na Paulicea", cit., p. 173.

O colono dos núcleos coloniais viu-se colocado numa situação desfavorável. Definindo-se exclusivamente como produtor agrícola punha-se à mercê de negociantes e atravessadores. Uma vez que a formação dos preços agrícolas não se dava num mercado perfeito de oferta, mas sofria alguma compulsão à concorrência no atendimento da procura, os colonos sofriam o peso da baixa fertilidade de suas terras. Os alimentos provenientes das zonas cafeeicultoras eram potencialmente mais baratos e podiam suportar a concorrência na comercialização a varêjo bem como qualquer tentativa de concorrência dos produtores dos núcleos coloniais. Os colonos dêstes últimos, no entanto, dependiam exclusivamente da produção de alimentos, e o limite da sua capacidade de concorrer com a alta produtividade das zonas novas era a sua própria sobrevivência. Enquanto à comercialização de alimentos pelos colonos de café eram adicionados salários destinados ao consumo suplementar e à poupança, os colonos dos núcleos coloniais deviam suplementar o seu consumo com os recursos obtidos na própria produção de alimentos. A baixa produtividade dos fatores nos núcleos tornava mais difícil ainda a sobrevivência dos colonos como produtores de gêneros alimentícios. Em outras palavras, os imigrantes dos núcleos coloniais viviam exclusivamente da produção de alimentos enquanto que os trabalhadores da cafeicultura viviam tanto da produção de gêneros quanto da produção de café. A redução de preços que se observa entre 1875 e 1886 mostra de um lado os efeitos contrários à carestia resultantes das novas condições de trabalho na cafeicultura, em que a oferta de alimentos cresceu proporcionalmente à expansão dos cafezais, não tendo sido regulada pela expansão da demanda específica de alimentos. E de outro lado faz supor que o mercado não tendia a absorver gêneros produzidos em regime de custo elevado ou, o que se dá no mesmo, em terras de baixa produtividade. Isto é, os preços marginais máximos que o mercado pagaria tendiam a tornar desfavorável a produção de alimentos nos núcleos da Capital, cujos preços marginais mínimos estavam além daqueles.

Dêsse modo, as condições econômicas do núcleo de São Caetano não tinham o aspecto aparentemente favorável vislumbrado por um visitante, quando dizia, a propósito de uma visita feita

em 1879, que "no lapso de um ano os colonos conseguiram dar 10.000\$000 para amortizar um débito de 21:000\$000" (140). Nesse ano era "de 10:240\$387 o crédito dos colonos e de 21:553\$077 o débito", sendo "de 11:312\$690 a importância dos adiantamentos" que o Estado deveria arrecadar (141). Tomando em conta os vários indícios de inatividade agrícola no primeiro ano de vida do núcleo colonial, em que os colonos foram mantidos por víveres fornecidos pelo governo, têm-se que, até dezembro de 1879, os colonos tiveram 17 meses, ou 443 dias úteis (excluídos apenas os domingos), para fazer o pagamento dos 10:240\$387 aludidos. Em dezembro de 1877 o núcleo tinha 26 famílias, em dezembro de 1878 tinha 35 famílias e em dezembro de 1879, por estimativa aritmética, teria 40 famílias. O primeiro grupo esteve um ano e meio pagando, o segundo um ano e o terceiro seis meses. Em consequência, a amortização média diária por família foi de Rs. 0\$683. Em dezembro de 1878, o tamanho médio das famílias do núcleo era de 4,63 pessoas, sendo 2,86 adultos (maiores de 10 anos) e 1,34 menores de 10 anos e maiores de 2 anos. Sendo a diária dos adultos de 0\$400 e dos menores de 0\$240 rs., vê-se que em média cada família recebeu de subsídios 1\$711 por dia útil durante seis meses, até 3 de junho de 1879, quando o núcleo foi emancipado (142). Portanto, uma parte ponderável dessa amortização foi possível graças aos subsídios e não aos proventos do trabalho agrícola. Os subsídios constituíram, assim, uma espécie de financiamento indireto à amortização da dívida para com o próprio governo e não o financiamento do custeio da família colona. Na pior das hipóteses, ao menos 36,5% da amortização feita nesse período foram cobertos com os próprios subsídios, levando-se em conta que, das 40 famílias, 35 provavelmente os receberam durante seis meses.

(140) Henrique Raffard, "Alguns Dias na Paulicéa", cit., p. 199.

(141) João Lins Vieira Cansação de Sinimbu, Relatório Apresentado À Assembléa Geral Na Segunda Sessão da Decima Sétima Legislatura..., cit., p. 58.

(142) Joaquim R. Antunes Junior, Relatório, ms., 9 de janeiro de 1888, cit.

A fim de persistir na agricultura de alimentos os colonos teriam que transformar-se em agricultores-comerciantes para contornar a ação dos atravessadores e ampliar os seus rendimentos, dispensando os intermediários o que, de qualquer modo, seria solução de eficácia duvidosa. Quando se pretendeu reorganizar o núcleo colonial, o funcionário que fez o levantamento dos problemas existentes assinalou que "a mais palpitante necessidade deste núcleo é a sua ligação à Capital por uma estrada que ofereça fácil trânsito às carroças" (143). Como se viu, os caminhos e estradas existentes haviam sido feitos para o trânsito de carros de boi e tropas de mulas, dificultando o trânsito de outros tipos de veículos (144). Em 1888, em média, metade das famílias possuía carroças, em número de 33, além de 2 carros de bois (145). Uma antiga moradora lembrava, mesmo, que muitos colonos preferiam animais à terra (146). De certo modo, a própria ferrovia perdeu, para o núcleo, a importância que se pretendeu dar-lhe com grande insistência para que aquêles fosse localizado à sua margem a fim de permitir o transporte dos produtos. Basta dizer que, no ano de 1886, enquanto o movimento de mercadorias diversas na estação de São Bernardo foi de 37 400 kg., na de São Caetano foi de apenas 1 540 kg. (147).

O destino dos núcleos coloniais como vimos não foi pensado separadamente dos interesses da cafeicultura. Ainda que a tonalidade dominante na reivindicação da sua instalação tenha sido a de abastecer os centros urbanos, o que na verdade resolvia

(143) Ibidem.

(144) Ítalo Dal'Mas, São Caetano do Sul e Seus Fundadores, cit., p. 81.

(145) Relatório dos Trabalhos da Extincta Comissão de Terras e Colonização da Província de São Paulo Apresentado ao Sr. Dr. João Bernardo da Silva..., cit., mapa anexo a p. 72.

(146) Depoimento de D^a Hermínia Alonso Pereira, São Caetano Gazeta, nº 3, 28 de julho de 1955.

(147) Relatório Apresentado ao Exm. Sr. Presidente da Província de S. Paulo pela Comissão Central de Estatística, Typographia King, São Paulo, 1888, p. 144.

sérios problemas de custo para a grande lavoura, êles se prendiam a condições determinadas pela agricultura de exportação. Em última instância, a contabilidade do remoto fazendeiro de café era a que decidia a sua existência, o seu funcionamento e, portanto, as opções e ações dos colonos. Os núcleos se definiam pela mediação da grande fazenda. Quando os interesses dos fazendeiros impuseram um relacionamento com o trabalhador livre que a este transformou em produtor de mercadorias e, ao mesmo tempo, em produtor da própria subsistência, a expansão da divisão do trabalho foi colocada em termos diversos dos que fundamentaram a instalação das colônias oficiais. Estas tiveram as possibilidades de sua sobrevivência redefinidas e, em consequência, foram compelidas à redefinição de funções, pois o ponto cardeal da sua existência consistira previamente na necessidade de atenuar a carestia de gêneros, que agora eram oferecidos em condições que, a rigor, descartavam a concorrência da produção especializada.

4. Limites da Prosperidade

O desbravamento de novas áreas no interior da província e a penetração das ferrovias deveriam em princípio determinar uma especialização agrícola regional apoiada em características ecológicas diferenciais. As plantas seriam distribuídas conforme a sua maior adaptabilidade e produtividade em cada meio físico. Isso ocorreu com o café, pois os fazendeiros procuravam terras com determinadas características (por exemplo, a terra r^oxa) mais favoráveis à cafeicultura. Todavia, no que respeita à cultura de alimentos não havia seleção do terreno, porque, como já vimos, ela era assessória, localizando-se entre as leiras do cafezal. Como essa era a solução para o problema da remuneração do trabalhador na grande lavoura, a agricultura de subsistência não podia distribuir-se em função daqueles supostos.

Quando a agricultura intercalar interferiu na vida econômica das áreas voltadas exclusivamente para a produção de alimentos, como a dos núcleos coloniais paulistanos, propiciou nestas uma especialização determinada em primeiro lugar por fatores

econômicos e só secundariamente por fatores ecológicos. Segundo todos os indícios, as terras dos núcleos coloniais não resistiriam a um confronto com os terrenos virgens da fronteira econômica em questão de produtividade, se houvesse uma especialização ecológica. Entretanto, a concorrência entre as duas áreas, como já vimos, não repousou no custo menor da produção de uma em relação à de outra, mas sim, na sua absoluta "falta de custos". Com fundamento nessa limitação, que era negadora da penetração capitalista na agricultura de subsistência, os produtores das colônias tiveram que especializar-se em artigos que não sofressem a concorrência das terras intercafeeiras. Destas provinham os alimentos essenciais da dieta paulista - o feijão, o milho e seus derivados, a carne de porco que fora alimentado com o milho da cultura intercalar - exercendo um efeito adstringente no tamanho do mercado para os produtos dos núcleos coloniais.

Em face dessa situação, a estrutura da produção agropecuária do núcleo de São Caetano adquiriu uma nova forma, ainda que com a persistência da cultura de alimentos, mais, ao que parece, para o consumo interno da população da colônia. E ainda que as "hortaliças e espécies cerealíferas não (fôssem)muito compensatórias" (148), excedentes de "legumes, milho e outros cereais" eram vendidos na Capital (149). No entanto, outros produtos agropecuários assumiram maior importância seja em extensão, seja em participação nos rendimentos dos colonos.

Primeiramente, quanto à extensão da área ocupada, a pecuária tornou-se tão importante quanto as culturas agrícolas tomadas isoladamente. Correspondia a um ajustamento às condições do terreno da colônia, já recoberto de pastagens naturais, pois desde o século XVIII, pelo menos, os beneditinos haviam feito da criação do gado um complemento de economia principal da sua fa -

(148) Octaviano A. Gaiarsa, A Cidade que Dormiu Três Séculos (Santo André da Borda do Campo; seus primórdios e sua evolução histórica: 1553-1960), Prefeitura Municipal de Santo André, Santo André, 1968, p. 48.

(149) Relatório da Inspectoria Especial de Terras e Colonização, 1890, p. 25.

zenda, que era a fabricação de telhas e tijolos (150). As características e o tamanho dos rebanhos, indicados pelo quadro IV, tornam possível estimar a área usada na pecuária. Tomando-se por

IV - Rebanhos do núcleo colonial

Ano Rebanho	1887		1888	
	Nos. absolutos	%	Nos. absolutos	%
Vacum	164	64,3	137	62,6
bois	-	-	68	
vacas	-	-	69	
Cavalar	57	22,4	14	6,4
Muar	-	-	38	17,4
Suino	22	8,6	22	10,0
Ovino	12	4,7	-	-
Caprino	-	-	8	3,6
<u>Totais</u>	255	100,0	219	100,0

FONTES - Rodrigo Augusto da Silva, Relatorio Apresentado a Assembleia Geral na Terceira Sessão da Vigésima Legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1888, anexo nº 10; Eng. Joaquim Rodrigues Antunes Junior, Relatorio dos Trabalhos da Extincta Comissao de Terras e Colonizacao da Provincia de Sao Paulo Apresentado ao Sr. Dr. Joao Bernardo da Silva, Inspector Especial da Provincia de Sao Paulo, 1889, mapa anexo a p. 72.

base os índices da pecuária extensiva praticada hoje em áreas tradicionais do Estado, ou seja, que dois animais de grande porte ocupavam um alqueire (2,42 ha) de pastos, observa-se que, em 1887,

(150) Fr. Fernando da Madre de Deus, "Relação do Estado actual deste Mosteiro de São Bento da Cidade de São Paulo", cit., p. 87-88.

as pastagens compreendiam 267,4 ha e, em 1888, compreendiam 228,7 ha. Elas cobriam, respectivamente, 27,7% e 23,7% da área do núcleo colonial, que era de 965,2 ha (151). É importante notar, que parte ao menos do rebanho diz respeito a animais de trabalho, embora a variação de um ano para outro permita entender que os colonos também praticavam o comércio de animais.

Em segundo lugar, o cultivo da batatinha ou batata inglesa, que era de importância no Paraná e no Rio Grande do Sul, embora não muito difundida em São Paulo, e também não produzida nas leiras dos cafezais, foi incrementado. A produção local passou de 30 750 litros em 1885 para 57 550 litros em 1888 (152).

Finalmente, a introdução da videira constituiu-se na modificação mais importante da vida agrícola do núcleo colonial, pela importância relativa do valor do vinho produzido. Um colono de São Caetano dizia, em 1888, que "neste núcleo (...) a força da lavoura é a vinicultura" (153). Diversas modificações ocupacionais decorreram do desenvolvimento da vinicultura. O núcleo passou a contar com quatro engenhos de cana, uma fábrica de pão, uma oficina de ferreiro, uma oficina de tanoeiro, uma de carpinteiro e três negócios de víveres (154). Numa nota de compra de um dos vendedores, consta uma caixa de conhaque, uma caixa de genebra e um barril de sardinha, indícios, ainda que isolados, das modificações

-
- (151) João Bernardo da Silva, Relatório da Inspectoria Especial de Terras e Colonização, cit., p. 26.
- (152) Henrique Raffard, "Alguns Dias na Paulicéa", cit., p. 199.
- (153) Enílio Rossi, respostas aos 11 quesitos sobre a produção do vinho apresentadas ao presidente da Província de São Paulo, apud Anexo "O" de Rodrigo Augusto da Silva, Relatório Apresentado À Assêmblea Geral na Terceira Sessão da Vigésima Legislatura..., cit., p. 34.
- (154) Relatório dos Trabalhos da Extincta Comissão de Terras e Colonização da Província de São Paulo Apresentado ao Sr. Dr. João Bernardo da Silva..., cit., mapa anexo a p. 72.

que se operavam até mesmo no consumo dos colonos (155), naquele momento em que a vinicultura oferecia os seus primeiros resultados.

Embora ocupando uma área relativamente pequena, estimada em cerca de 20 ha, a vinicultura passou a ser a principal fonte de rendimentos do núcleo colonial: 75,5% do valor da produção agrícola em 1887. A espécie vinífera plantada pelos colonos foi a "Isabel" ou "americana", predominante nas plantações que começavam a disseminar-se em São Paulo na ocasião (156). Uma das razões em favor da sua preferência, alegada por colono de São Caetano, era a de que os bacelos podiam ser obtidos gratuitamente de amigos cultivadores (157), ao contrário das videiras européias, defendidas por alguns viticultores brasileiros, como o médico e filósofo Luís Pereira Barreto, que deviam ser compradas. O mesmo colono alegava: "como mandar vir as videiras da Europa, como comprá-las aqui, se o seu preço é tão elevado e sua bolsa (do migrante) tão mísera?" (158). A defesa da vide europeia apoiava-se em hábitos refinados da camada dominante da população paulistana. O imigrante, no entanto, plantava a vide americana, porque dela tirava "o pão com o suor do seu rosto, isto é, o pão quotidiano" (159). O plantio não visava a padrões conspícuos de consumo, mas às possibilidades do mercado. "Nós não podemos aconselhar a cultura só da vide europeia, mas sim da mais favorável

(155) Nota de João Franzoi & Irmão, 8 de outubro de 1887, Coleção do Museu Municipal de São Caetano do Sul.

(156) Relatório Apresentado ao Exm. Sr. Presidente da Província de S. Paulo pela Comissão Central de Estatística, cit., p. 255.

(157) Emílio Rossi, respostas aos 11 quesitos ..., cit., p. 34.

(158) Emílio Rossi, "Carta ao Ilmo. Sr. Dr. Rangel Pestana", A Província de S. Paulo, nº 3 633, p. 1, 10 de maio de 1887.

(159) Emílio Rossi, "Carta ao Ilmo. Sr. Dr. Rangel Pestana", A Província de São Paulo, nº 3 634, p. 1, 11 de maio de 1887.

para o comércio. Uma vide americana pode dar perfeitamente 50 cachos; uma vide européia apenas dará 10, quinta parte: 50 plantas americanas podem dar 5 barris de vinho; e 50 da européia só darão apenas 1, quinta parte. Uma garrafa de vinho de uva americana pode custar 400 réis, pura uva, quando uma de vide européia, custa nunca menos de 2\$000 (valor de 5 garrafas); portanto, indústria nacional desta qualidade, dispensa-se, porque mais barato nos vem o vinho do estrangeiro, e essa indústria só serviria para os abastados e opulentos. A verdadeira indústria nacional, há de oferecer cada vez mais, aos consumidores de vinho a diminuição de preço, a fim de tornar-se ao alcance de todos e assim, se cultivarem as uvas americanas, a renda será certa, porque recupera o trabalho; as européias atualmente só podem servir para preparar o futuro" (160).

Havia, no entanto, uma contradição nas esperanças dos imigrantes, manifestada no depoimento desse colono de São Caetano: "com o decorrer dos tempos, a província de São Paulo não precisará importar mais vinhos estrangeiros, porquanto os fabricos dos vinhos nacionais, de ano em ano, vão-se aumentando e as qualidades tornam-se cada vez mais preciosas (...). Apesar de encontrar-se pessoas que duvidem da prosperidade da viticultura, garantimos o mais próspero desenvolvimento do progresso da futura fonte de renda desta indústria na fértil província de São Paulo, com a plantação das vinhas que tem havido nestes últimos anos, principalmente nos núcleos coloniais da província, e por aí poderão mais uma vez avaliar a dedicação dos imigrantes italianos"(161). Os colonos pretendiam conquistar para o seu produto o mercado servido pelos vinhos importados, constituído das famílias ricas. Ao mesmo tempo percebiam que o produto desejado por essas pessoas era antieconômico para os agricultores dos núcleos coloniais: "Essa indústria só serviria para os abastados e opulentos". O vinho que os colonos podiam produzir tinha que sê-lo a preço ao alcance de todos, isto é, ao alcance de um mercado muito maior do

(160) Emílio Rossi, respostas aos 11 quesitos ..., cit., p. 33-34.

(161) Ibidem, p. 34.

que o constituído pelos mais ricos. Estes, porém, tinham os seus proventos originários do comércio de exportação e estavam ligados muito mais ao comércio exterior do que ao comércio interno. O próprio tipo de relação existente entre fazendeiros e comissários e entre estes e os exportadores e importadores, constituía um vínculo desfavorável ao comércio e consumo de produtos nacionais. O consumo de produtos estrangeiros e a adoção de hábitos europeus que caracterizava esta elite produzida pela economia colonial, era o consumo conspícuo que a diferenciava das outras camadas sociais e constituía uma das marcas da sua posição (162). Para essa camada social o consumo de certos itens (como o vinho que era consumido pelos ricos, enquanto a aguardente consumiam-na os pobres) não dependia de preços reduzidos. A defesa da vide europeia por algumas pessoas dessa elite ligava-se a esse fato, uma vez que na própria Europa a vide americana já estava disseminada (163). Ao pretender substituir o vinho estrangeiro pela produção local, os colonos apoiavam-se em raciocínio estritamente econômico, que não era, na verdade, o regulador do comportamento efetivo da camada a que se dirigiam.

A experiência demonstrou logo em seguida a incongruência das expectativas. Em 1887 havia na Capital 12 depósitos de vinho, dos quais 4 de vinhos estrangeiros. Quatro anos depois, em 1891, são assinalados 21 depósitos, dos quais apenas dois são especificados como de vinhos nacionais (164), um dos quais, aliás, do colono Emílio Rossi, de São Caetano, à rua do Tesouro, de cujos depoimentos estou me valendo. Aos produtores de vinho nacio

-
- (162) Antonio Francisco Bandeira Junior, A Industria no Estado de São Paulo em 1901, Typ. do "Diario Oficial", São Paulo, 1901, p. XIV; Gilberto Freyre, Orden e Progresso, 2 tomos, Livraria José Olympio Editora, 2ª edição, Rio de Janeiro, 1962.
- (163) Emílio Rossi, respostas aos 11 quesitos..., cit., p. 33.
- (164) Jorge Seckler, Almanach da Provincia de São Paulo Administrativo, Industrial e Commercial Para 1887, Quinto Anno, Editores-Proprietarios Jorge Seckler & Comp., S. Paulo, S/d., p. 235; Almanach do Estado de S. Paulo Para 1891, Oitavo Anno, Editora Companhia Industrial de S. Paulo, S. Paulo, 1891, p. 343-344.

nal restava, portanto, o mercado que não abrangia a elite local. Para êste, sim, o preço da mercadoria era decisivo.

O mesmo colono Enfilio Rossi, estimava, em 1888, que "cada propriedade dêstes (colonos) pode-se calcular em 1 000 a 5 000 pés; cada 1 000 pés de vinha, sendo bem cultivada, pode dar 4 pipas de vinho, tanto neste núcleo, como nos de São Bernardo, Glória e Santana, a força da lavoura é a vinicultura ..." "O preço é de 30\$000 a 40\$000 o quinto, conforme a qualidade para o consumo do lugar e para exportação é o mesmo preço, correndo a despesa por conta do comprador" (165). Portanto, o preço de uma pipa de vinho (cinco quintos) variava de 150\$000 a 200\$000 (166) e o rendimento por 1 000 pés de 600\$000 a 800\$000. Num ano, o viticultor que cultivasse apenas 1 000 pés de uva e vendesse o seu vinho pelo preço menor que era de 150\$000 a pipa, podia obter o rendimento médio de \$917 por dia útil. Combinado com os ganhos adicionais na agricultura de alimentos, além de descontada a própria subsistência do agricultor, esse rendimento mínimo diário era superior ao subsídio antes da emancipação do núcleo colonial, que em média fora, como vimos, de \$711 por dia útil em 1879. Em 1889, os colonos que trabalharam na construção de estradas e caminhos receberam o salário de \$500 por dia (167). "Em 1883, o salário-dia era de \$200; \$500 para trabalhadores no campo, de \$200 a 2\$000 para operários de fábricas, na zona açucareira de Porto Feliz. Em Piracicaba, na mesma época, oscilavam entre 25\$000 e 30\$000 por mês, com comida, recebendo os diaristas de \$400 a \$500. Já na região de Lorena, o pagamento era mais baixo. Variava entre 12\$000, 14\$000, 16\$000 e, no máximo, 20\$000 por mês com comida, sendo que o diarista recebia de \$000 a \$200. Estes salários correspondiam ao preço do aluguel de escravos" (168).

(165) Enfilio Rossi, resposta aos 11 quesitos..., cit., p. 34.

(166) J. S. Inglês de Souza, Origens do Vinhedo Paulista, Prefeitura Municipal de Jundiaí, Jundiaí, S.P., 1959, p.168.

(167) Relatório da Inspectoria Especial de Terras e Colonização, 1890, p. 17.

(168) Emília Viotti da Costa, Da Senzala à Colônia, cit., p.195.

Já um colono que tivesse 5 000 plantas poderia produzir 20 pipas anuais, ou 100 quintos, que ao preço máxime indicado de 40\$000 o quinto correspondiam a 12\$780 por dia útil. Na prática, porém, o valor médio da produção agrícola por família era, em 1887, de 5\$785 por dia útil, no que se incluía o valor de outros produtos. Ainda assim, em confronto com os dados salariais anteriormente citados, nota-se que a vinicultura aumentou os ganhos dos colonos a um nível bem mais alto do que o que poderiam alcançar em outro trabalho rural.

Três fatores, no entanto, tornaram efêmera a vinicultura em particular e a agricultura em geral no núcleo colonial de São Caetano.

O primeiro deles foi o declínio drástico da produtividade agrícola de 1887 para 1888, como mostra o quadro V, causado, ao que parece, como observou um autor em relação ao conjunto da região da Capital, pela "irregularidade das estações durante o ano de 1888 - chuvas continuadas que impediram a muitos de plantar, chuvas de pedras que estragaram as plantações feitas e, finalmente, um sol demasiadamente abrasador que vieram completar a destruição geral" (169). A queda da produtividade só não alcançou a batata e a farinha de mandioca. Mas alcançou o milho e o feijão e, em consequência, a alimentação do gado e dos colonos, e a viticultura, o principal item da receita. Com exceção do feijão cujo plantio havia sido reduzido em 18% de um ano para outro e da videira que teve aumentada a extensão das culturas em apenas 1%, os colonos haviam intensificado o plantio do milho (10%), da batata (59%), de mandioca (43%) e das árvores frutíferas (37%). Portanto, especialmente no caso do vinho, o cálculo da queda de produtividade não está viciado pela computação de plantas novas ainda improdutivas, com a exceção insignificante da videira e a exceção mais expressiva da mandioca. O rendimento médio diário por família desceu a 1\$453, 25,1% do que fora no ano anterior, e ao nível dos mais baixos salários pagos no mercado de trabalho.

(169) Henrique Raffard, "Alguns Dias na Paulicéa", cit., p. 174.

W - Produtividade agrícola no núcleo colonial

<u>Gênero</u>	<u>1887</u>			<u>1888</u>		
	<u>Plantio</u>	<u>Colheita</u>	<u>Proporção</u>	<u>Plantio</u>	<u>Colheita</u>	<u>Proporção</u>
Uva//vinho	65 390 plantas	428 pipas	6,5:1000	65 748 plant.	24,5 pip.	0,4:1000
Milho	549 litros	38 430 lt.	70,0:1	601 lt.	25 050 lt.	41,7:1
Batata	725 "	36 250 "	50,0:1	1 151 "	57 550 lt.	50,0:1
Feijão	388 "	19 400 "	50,0:1	312,5 "	1 585 lt.	5,1:1
Mandioca/Farinha	1 690 planta	6 760 "	4,0:1	2 420 pl.	12 100 lt.	5,0:1

FONTES - Relatório Apresentado ao Exm. Sr. Presidente da Provincia de S. Paulo pela Comissão Central de Estatística, cit., p. 70; Relatório dos Trabalhos da Extinta Comissão de Terras e Colonização da Provincia de Sao Paulo Apresentado ao Sr. Dr. Joao Bernardino da Silva, Inspector Especial da Provincia de Sao Paulo, Pelo Eng. Joaquim Rodrigues Antunes Junior, Ajudante da Mesma Inspectoria, 1889.

Um segundo fator consistiu em que as videiras foram atacadas por doenças e pragas. No início de 1888 ainda não tinha "sido preciso empregar-se (...) meio algum para combater a moléstia da vinha porque não tem havido" (170). Entretanto, um viticultor da Capital testemunhava, em 1892, quanto aos estragos causados pela Peronospora e pela Antracnose, doenças que atacavam a parte aérea das plantas, que "vi pela primeira vez essas moléstias, há 4 anos, em São Bernardo, Moóca e Brás, e creio que nos foram importadas de São Bernardo ou Santo Amaro, onde existem dois parreirais que receberam plantas diretamente dos Estados Unidos. Em minhas plantações e nas dos meus vizinhos elas apareceram em 1891 pela primeira vez" (171). Os parreirais foram em seguida praguejados pela filoxera, que numa das suas fases ataca as raízes da videira. "Em São Paulo a filoxera liquidou os pés francos da Isabel da Canguera, em São Roque, e os dos arredores da Capital. E desta forma morre o século XIX. As doenças perturbando a parte aerea das videiras, a filoxera lavrando subterrâneamente" (172). Embora no município de São Bernardo, em 1894, de 805 estabelecimentos agrícolas arrolados, 798 ainda se dedicassem ao cultivo da videira e à produção do vinho, a sua produtividade média era de 531 litros por mil pés (173). Isto é, pouco mais de uma pipa por mil pés, quando em 1887, em São Caetano, obtinha-se 6,5 pipas.

Se por um lado, a baixa da produtividade da vinicultura deve ter reduzido seriamente os rendimentos dos colonos, por outro eles não puderam compensá-la por uma elevação dos preços do produto. Como o mercado que serviam era constituído por uma popu

(170) Emílio Rossi, respostas aos 11 quesitos..., cit., p. 34.

(171) J. S. Inglez de Souza, Origens do Vinhedo Paulista, cit., p. 156.

(172) Ibidem, p. 165.

(173) Relatorio Apresentado ao Cidadão Dr. Alfredo Pujol, Secretario dos Negocios do Interior do Estado de S. Paulo, Pelo Director da Repartição de Estatística e Archivo, Dr. Antonio de Toledo Piza, Em 30 de Setembro de 1895, Typographia da Companhia Industrial de S. Paulo, S. Paulo, 1896, p. 148, anexo.

lação incapacitada para cobrir a elevação de preços, êstes não puderam ser aumentados. Em 1887, Rossi estimava que, em boas condições de produtividade, um litro de vinho poderia ser vendido a 0\$533 no máximo (174) ou a 0\$400 a garrafa. Alcançava-se mesmo 0\$500 a 1\$000 rs. por litro (175). Em 1894, porén, a produção de São Bernardo atingia o valor de apenas 0\$450 por litro ou 0\$338 por garrafa, o que em termos comparativos de preços reais deve ter sido menos, dado que se trata de uma época de inflação. No próprio Núcleo de São Caetano, mesmo em 1887, o preço médio do quinto fôra de 30\$000, no limite mínimo da estimativa do colono Rossi. Em 1888, o preço caiu mais ainda, chegando a 26\$670 o quinto. Portanto, não só os preços não puderam ser elevados como foram reduzidos. Isso em virtude de um terceiro fator desfavorável que era a concorrência novida à vinicultura por outras bebidas populares, particularmente a cerveja. No Rio de Janeiro, a cerveja mais cara custava 400 réis a garrafa, sem o vasilhame (176), com a advertência de que êsse era o preço sem desconto. Havia cervejas mais baratas ainda, vendidas a 200, 280 e 340 réis a garrafa. Compras por barril tinham preço ainda menor (177). Em São Paulo, sem contar as fábricas clandestinas (178), o número de fábricas de cerveja cresceu (quadro VI).

-
- (174) Enílio Rossi, "Carta ao Ilmo. Sr. Dr. Raúgel Pestana", A
Provincia de S. Paulo, nº 3.633, cit., p. 1.
- (175) Relatorio Apresentado ao Exm. Sr. Presidente da Provincia de
S. Paulo pela Comissao Central de Estatistica, cit., p. 255.
- (176) Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Ja-
neiro para 1893, 50º anno, Companhia Typographica do Brazil,
Capital Federal, s/d., p. 1951 e 2037.
- (177) Ibiden, p. 1951, 1847 e 2037.
- (178) Antonio Francisco Bandeira Junior, A Industria no Estado de
São Paulo em 1901, cit., p. XI-XIV.

VI - Fábricas de cerveja na cidade de São Paulo

<u>Ano</u>	<u>Nº de fábricas</u>
1885	12
1887	11
1888	13
1890	14
1891	23
1895	18

FONTES - Almanach da Provincia de São Paulo para 1885, p.218-219; Almanach da Provincia de Sao Paulo, Administrativo, Industrial e Commercial para 1887, Quinto Anno, Editores-Proprietarios Jorge Seckler & Comp., São Paulo, S/d., p. 208; Ibiden, Sexto Anno, p. 248-249; Almanach do Estado de Sao Paulo para 1890, Septimo Anno, Editores-Proprietarios Jorge Seckler & Comp., São Paulo, s/d., p.171; Canuto Thorman, Completo Almanak Administrativo, Commercial e Profissional do Estado de Sao Paulo para 1895, no 1.º anno, Editora Companhia Industrial de Sao Paulo, 1895, p. 206.

Tratava-se de pequenos estabelecimentos, mas a partir de 1891 o seu número de fato diminuiu, pois o dado relativo a 1895 inclui os depósitos. Naquele ano organizou-se em moldes de grande empresa a Companhia Antártica e, um ano antes, a Cia. Bavária, eliminando do mercado os pequenos estabelecimentos (179). A Antártica e a Bavária passariam a dividir entre si o mercado consumidor de cerveja até a fusão de ambas em 1904 (180).

(179) Almanach do Estado de S.Paulo para 1891, Oitavo Anno, Editora Companhia Industrial de Sao Paulo, São Paulo, 1891, p.791.

(180) Oscar do Nascimento, Annibal Machado, Alfredo Morfini, Almanak da "Antarctica" para 1905, Primeiro Anno, Typographia D. Amicucci, Sao Paulo, dezembro de 1904.

Como vimos no início, as mudanças ocorridas na estrutura da produção agrária do núcleo colonial obedeceram às pressões derivadas da distribuição ecológica da cultura de alimentos em função da preeminência do café na seleção e ocupação dos terrenos. Restou aos colonos a faixa de produção que não sofria a concorrência das terras intercafeeiras e, em consequência, setores que poderíamos dizer rebarbativos do mercado de consumo. Pois, de outro lado, havia o mercado de consumidores de bens importados, que por força da forma de suas relações no comércio de importação-exportação, tendia a não ser conquistado pela produção interna de sucedâneos.

A opção pela vinicultura teve, portanto, frágeis alicerces. O praguejamento das vides e a praticamente simultânea queda da produtividade de várias culturas importantes, como o feijão e o milho, apenas concorreram para acelerar a crise da colônia, debilmente colocada sobre a fronteira da economia camponesa e independente. A interferência de causas naturais apenas apressou o efeito das causas econômicas, estas originárias da persistência da agricultura de exportação como fundamento de toda a economia e de vínculos coloniais especificadores da sua natureza e das suas possibilidades.

Buscavam os colonos, ao tentarem aproveitar as supostas alternativas que se lhes abria na periferia da economia colonial, a quebra da alternativa ocupacional senhor-escravo ou da sua substituta fazendeiro-colono. As intenções que alimentaram a imigração não podiam ser absorvidas por essa possibilidade dicotômica, inteiramente desfavorável ao imigrante. Concretamente, a sociedade não coincidia com as aspirações envolvidas e não era capaz de incorporar as pressões que os novos trabalhadores faziam para dilatar as oportunidades de emprego. A divisão do trabalho em geral com fundamento na agricultura de exportação e na sua expressão ideológica consubstanciada na idéia do "destino agrícola" do país, não tinha condições de efetivar-se senão de maneira parcial. As motivações do imigrante para o trabalho independente, alimentadas pela grande lavoura intencionalmente, como requisito ideológico para dele tirar a única coisa que interessava - a força de trabalho - constituiu-se num inesperado foco de pressão social no sentido do alargamento das oportunidades de emprego. As resistências dos colonos à

proletarização exprinem-se nas formulações do colono Emílio Rossi, num esforço de explorar as precárias alternativas de um mercado de corrente da interseção dos produtos da lavoura consorciada com café e dos produtos importados. Em outras palavras, a intenção era maior do que as possibilidades históricas de sua realização. Essa diferença resultava diretamente da contradição entre a intenção, que passou a se constituir num requisito do funcionamento da sociedade agrário-exportadora, e a forma econômica que dela queria se nutrir. Por isso mesmo, a esperança do trabalho independente tornou-se um foco de pressões, pouco importa se inteiramente conscientes ou não, realizadas através da busca e manipulação de todas as oportunidades que levassem ao rompimento do que se configurava estruturalmente como economia colonial.

No nível da vida quotidiana, em contrapartida, por força mesmo de situarem-se no limite da economia capitalista, os colonos eram lançados em direção à economia marginal dos antigos foreiros, e posseiros. A instauração da propriedade privada da terra, que ocorrera em concomitância com a organização dos núcleos coloniais, assumiu, assim, um caráter postivo. A propriedade privada da terra deu um suporte capitalista a uma população - já agora de colonos, posseiros ou foreiros, não importa - que por força da sua situação era empurrada para atividades econômicas marginais em relação à economia dominante. A situação dos antigos posseiros e foreiros transparece agora como resultado histórico da economia colonial e como situação virtual dos colonos. Estes últimos também estavam sendo compelidos a uma inserção marginal na sociedade brasileira, à medida em que se mostravam inconsistentes as atividades econômicas que tinham como pressuposto a divisão do trabalho, na prática inexistente.

Capítulo III

CRISE E TRANSFORMAÇÃO DO NÚCLEO COLONIAL

1. Pauperização

As condições desfavoráveis do núcleo colonial traduziram-se no rendimento familiar médio decrescente, por dia útil. O valor médio diário do conjunto da produção agrícola baixou de 5\$78 em 1887 para 1\$453, em 1888, bem menos do que o subsídio recebido pelos colonos em 1878 e, mesmo, abaixo dos salários que podiam ser obtidos em várias tarefas, inclusive agrícolas.

Tomando-se como referência apenas o vinho, o item mais importante da produção local em 1887, vimos que um dos colonos estimava que, nas piores condições de mercado e no volume mínimo de produção, o imigrante podia obter 1\$917 por dia em média. No entanto, em 1894, o valor médio diário da produção dos vinicultores do já município de São Bernardo (incluindo, pois, o núcleo de São Caetano) foi de apenas 0\$811. Sendo precária a comparabilidade dos dados (num caso valor médio mínimo e no outro valor médio em geral), ainda assim observamos, num confronto otimista, uma redução de 57,7% no valor da produção vinícola por estabelecimento e por dia útil. Os mesmos vinicultores, quando necessitavam a colaboração de trabalhadores de fora, pagavam o salário de Rs. 2\$500 por dia - mais de três vezes o valor médio diário da produção de seus estabelecimentos, que, aliás, empregavam duas pessoas em média, ge

ralmente da própria família (1). É de se notar que, presumivelmente, como se infere do confronto entre o salário e o valor da produção, o trabalho assalariado não constituía possibilidade plena nem tinha utilização constante na lavoura local.

Entretanto, o decréscimo do valor da produção agrícola deve ter alcançado diferencialmente a população do núcleo de São Caetano, devido à desigualdade dos terrenos quanto ao uso mais eficaz. Emílio Rossi, o colono várias vezes citado, dizia que "os grandes proprietários de terrenos procuraram sempre as colinas; os pequenos, porém, não devem deixar de cultivá-la (a vide) em terrenos planos, não pantanosos, uma vez que não possuem colinas" (2). São Caetano tinha não só as terras planas e baixas da bacia do Tamandateí, como também as terras mais altas dos divisores das águas de seus afluentes. As primeiras continham um trecho entre o rio dos Meninos e o córrego do Moinho Velho tão baixo que parecia "excluir aquela parte alagadiça única em toda a fazenda" (3), não obstante o resto das terras planas também estivessem sujeitas a inundações na época das chuvas (4). A informação de Rossi parece indicar, no entanto, que os colonos tenderam a aproveitar os terrenos da várzea na cultura da vide, onde estavam localizados os lotes "urbanos", compatível que era com os estabelecimentos de tamanho reduzido. Essa suposição tem um reforço na observação de Raffard, de que o cultivo da batata dava-se de preferência nas terras "ligeiramente inclinadas" (5), às quais melhor se adaptava. Teria

(1) Relatório Apresentado ao Cidadão Dr. Alfredo Pujol, Secretario dos Negocios do Interior do Estado de S. Paulo, Pelo Director da Repartição de Estatística e Archivo Dr. Antonio de Toledo Piza, Em 30 de Setembro de 1895, cit., p. 148 (anexo).

(2) Emílio Rossi, Respostas aos 11 quesitos, cit., p. 34.

(3) Nicolau d'Athogino, Relatório do exame feito em variás fazendas e localidades, na margem esquerda do Rio Tiete..., cit.

4) N. Perrella, Entre as "Torbas" de São Caetano, cit., p. 66.

5) Henrique Raffard, "Alguns Dias na Paulicéa", cit., p. 199.

havido, portanto, um uso diferencial do solo, pelo menos em relação à videira e à batata: uma nos terrenos baixos e outra nos terrenos mais altos.

Ora, a queda abrupta do valor da produção agrícola (Quadro.VII) de 1887 para 1888 afetou principalmente a produção de vinho. Batatas e frutas foram os únicos produtos que aumentaram a sua participação na renda: as primeiras de 5,1% para 24,5% e as últimas de 11,6% para 47,7%. Foram também as batatas e frutas, e mais a farinha de mandioca, que tiveram crescimento no valor absoluto. Os agricultores da várzea devem, pois, ter sofrido mais intensamente os efeitos da situação agrícola desfavorável. O que vale dizer que foram os colonos mais antigos os mais atingidos, pois, já vimos que dois terços das terras haviam sido distribuídos em 1887 e vimos também que os colonos instalados antes desse ano tiveram preferência pelos lotes urbanos, isto é, da várzea.

VII - Valor da Produção agrícola

<u>Produto</u>	<u>1887</u>		<u>1888</u>	
	<u>Valor</u>	<u>%</u>	<u>Valor</u>	<u>%</u>
Batata	4:350\$000	5,1	6:906\$000	24,5
Feijão	3:104\$000	3,6	253\$600	0,9
Milho	3:074\$400	3,6	2:004\$000	7,1
Farinha de mandioca	388\$000	0,5	726\$000	2,6
Vinho	64:245\$000	75,5	3:267\$000	11,6
Frutas	9:860\$000	11,6	13:475\$000	47,7
Forragem	80\$000	0,1	-	-
Repólho	-	-	1:570\$000	5,6
<u>Totais</u>	85:101\$400	100,0	28:201\$600	100,0

FONTES - Relatorio Apresentado ao Exm. Sr. Presidente da Provincia de S. Paulo pela Commissao Central de Estatistica, cit., p. 70; Joaquim Rodrigues Antunes Junior, Relatorio dos Trabalhos da Extincta Commissao de Terras e Colonizacao da Provincia de Sao Paulo, cit., 1889.

O manuseio, porém, de dados relativos exclusivamente à batata e ao vinho não é suficiente para apreender-se a profundidade das repercussões da crise. Com as poucas exceções indicadas, deu-se um declínio geral não só de produção mas também de produtividade da terra, inclusive uma redução dos rebanhos. A extensão da crise pode ser inferida da proporção de agricultores no conjunto da população ativa (quadro VIII), nos dois anos, e também do fato de que pela primeira vez são arrolados 11 carvoeiros entre os 17 artistas e operários. Parte da população começou a deslocar -

VIII - Diferenciação ocupacional da população ativa
(porcentagens)

<u>Ocupação</u>	<u>1887</u>	<u>1888</u>
Agricultores	97,2	89,2
Comerciantes	0,7	1,1
Artistas e operários	2,1	9,7
<u>Totais</u> (100,0%)	141	176

FONTES - Ver Quadro VII.

se para a economia marginal extrativa. Observou um contemporâneo, em relação ao núcleo de São Bernardo, cujas condições eram idênticas ao de São Caetano e onde também os vinhedos foram atacados pela filoxera, que "os colonos, desanimados pela devastação dos vinhos (sic), atiraram-se às matas, que estão sendo devastadas para extração do carvão vegetal e da madeira" (6).

(6) Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas de São Paulo, Relatorio de 1897 Apresentado Ao Dr. Franciscó de Assis Peixoto Gomide, Vice-Presidente do Estado Pelo Dr. Firmiano M. Pinto Secretario dos Negócios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, Typ. a Vap.-Espindola, Siqueira & Comp., Sao Paulo, 1898, p. 44.

A depressão da renda deve ter sido agravada ainda mais pela presença de imigrantes recém chegados (Quadro IX), ao que parece aparentados com os antigos. Desde o início da vida do núcleo colonial, os colonos já estabelecidos pleitearam a concessão de lotes a parentes que estavam na Europa e que haviam chamado para o Brasil (7). Com a emancipação do núcleo em 1879 e o abandono que se seguiu até 1887 não foi possível atender a êsses pedidos, nem mesmo foi regularizada a posse da terra pelos antigos co

IX - Crescimento da população por nacionalidade

<u>Ano</u>	<u>Italianos</u>		<u>Brasileiros</u>		<u>Totais</u>	
	N	Índice	N	Índice	N	Índice
1878	147	100,0	15	100,0	162	100,0
1879	154	104,8	15	100,0	169	104,3
1887	157	106,8	94	626,7	251	154,9
1888	213	144,9	101	673,3	314	193,8

FONTES - João Lins Vieira Cansação de Sinimbu, Relatorio Apresentado Á Assembleia Geral Na Ségunda Sessão da Decima Setima Legislatura ..., cit., p. 59; Manoel Buarque de Macedo, Relatorio Apresentado Á Assembleia Geral Na Terceira Sessão da Decima Setima Legislatura ..., cit., p. 77; Relatorio Apresentado ao Exm. Sr. Presidente da Provincia de S. Paulo pela Commissao Central de Estatistica, cit., p. 69; Joaquim Rodrigues Antunes Junior, Relatorio dos Trabalhos da Extincta Commissao de Terras e Colonizacao da Provincia de Sao Paulo, cit., 1889.

lonos. Retomado o interesse oficial pelos núcleos coloniais, agora com a intenção de abrigar os imigrantes em excesso que não podiam ser absorvidos imediatamente pela cafeicultura e de exprimir através dêles a possibilidade de passagem do colono da condição de assalariado à de pequeno proprietário, retomou-se igualmen

(7) João Lins Vieira Cansação de Sinimbu, Relatorio Apresentado Á Assembleia Geral Na Segunda Sessão da Decima Setima Legislatura ..., cit., p. 45, 58 e 62.

te a distribuição de terras. Dos 28 lotes encontrados vagos em São Caetano, 14 foram distribuídos imediatamente (8). Ou seja, no núcleo havia colonos sem terra. Além do mais, entre 30 de maio de 1887 e 26 de outubro do ano seguinte, recebeu mais 99 pessoas, das quais 80 até 31 de dezembro (9). E o número de famílias cresceu de 62, em 1888, depois portanto do maior crescimento dessa fase, para 98, em 1893 (10) - um crescimento de 58,1% num período de cinco anos. Não obstante o recebimento de novos imigrantes no núcleo colonial, a distribuição de lotes já havia sido sustada em fins de 1887 (11) porque não existiam "mais terras devolutas, contíguas a este núcleo (12). Um relatório de 1890 ainda indicava a existência de "alguns colonos, que chamados pelos parentes, se acham residindo no barracão da sede há mais de dous anos, por não existirem mais lotes vagos" (13).

-
- (8) Relatório Apresentado Á Assembléa Legislativa Provincial de São Paulo Pelo Presidente da Provincia Exm. Snr. Dr. Francisco de Paula Rodrigues Alves no Dia 10 de Janeiro de 1888, Typographia a Vapor de Jorge Seckler & Comp., São Paulo, 1888; Exposição com que o Exm. Snr. Visconde de Parnahyba Passou a Administração da Provincia de São Paulo..., cit., p. 119-120.
- (9) Relatório dos Trabalhos da Extincta Comissão de Terras e Colonização da Provincia de São Paulo Apresentado ao Sr. Dr. João Bernardo da Silva, Inspector Especial da Provincia de S. Paulo, pelo Eng. Joaquim Rodrigues Antunes Junior, Ajudante da Mesma Inspectoria, 1889, p. 51; João Bernardo da Silva, Relatório da Inspectoria Especial de Terras e Colonização, 28 de fevereiro de 1889, p. 25 (anexo).
- (10) Relatório dos Trabalhos da Extincta Comissão de Terras e Colonização..., cit., p. 72 (mapa anexo); Manuel Jose de Oliveira Cata-Preta, Informação anexa ao officio da Camara Municipal de São Bernardo, de 5 de julho de 1893, dirigido ao Diretor Geral da Instrução Publica do Estado, manuscrito, Departamento do Arquivo do Estado, "Instrução Publica" - officios - S. Bernardo (1834-1896).
- (11) Manuel José de Oliveira Cata-Preta, cit.
- (12) João Bernardo da Silva, Relatório da Inspectoria Especial de Terras e Colonização, cit., p. 26; Relatório da Inspectoria Especial de Terras e Colonização, 26 de maio de 1890, cit., p. 25.
- (13) Ibidem, p. 25.

Apesar de que uma parte dos colonos excedentes tenha saído do núcleo colonial, como se vê, outros não puderam fazer o mesmo e permaneceram. Num ano agrícola ruim, numa agricultura de baixa produtividade, seguidos de um ano de elevação dos preços de alimentos a ponto de que "as classes operárias e pobres estão quase que privadas dêles" (14), numa fase de desemprego, pois o encaminhamento de imigrantes ao núcleo visava a acomodar a mão-de-obra em excesso não absorvida pela cafeicultura (15) e numa fase em que o Estado pressionava para receber os adiantamentos que fizera aos colonos (16), a população local teve ainda que arcar com a manutenção dos seus parentes desprovidos de quaisquer recursos.

Cabe questionar quais foram as implicações dessa situação crítica e como elas se manifestaram. Infelizmente, as evidências que podem ser manipuladas nesse sentido não são inteiramente satisfatórias. Todavia, as mais expressivas referem-se à situação dos imaturos, especialmente a população escolar. Para este segmento populacional também havia um projeto, parte das intenções globais envolvidas na instalação do núcleo colonial. A idéia do camponês independente, praticante de uma agricultura em moldes europeus que contrastasse com a agricultura caipira, tinha um complemento na escolarização infantil. Nessa linha de intenções, seis anos após a instalação do núcleo colonial, foram nêle criadas duas

-
- (14) A Província de S. Paulo, 1 de dezembro de 1889, p. 2, ápud Azís Simão, Sindicato e Estado - Suas relações na formação do proletariado de São Paulo, Dominus Editora, Editora da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1966, p. 65.
- (15) Nazareth Prado, Antonio Prado no Império e na República, cit., p. 164. Manuel Diêgues Jr. assinala que, em 1886, quase 50% dos imigrantes recém-chegados permaneceram na cidade de São Paulo. Cf. Imigração, Urbanização e Industrialização (Estudo sobre alguns aspectos da contribuição cultural do imigrante no Brasil), Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, Rio, 1964, p. 464. Michael M. Hall observou que com o crescimento da entrada de imigrantes, já a partir de 1885 notou-se grande redução nos salários (em alguns casos de até 50%) em decorrência do excesso da oferta de força-de-trabalho. Cf. The Origins of Mass Immigration in Brazil, 1871-1914, cit., p. 112-113.
- (16) Relatório da Inspectoria Especial de Terras e Colonização, 26 de maio de 1890, cit., p. 25.

cadeiras de ensino elementar (17) para atender a crianças de ambos os sexos. É bem verdade que os próprios imigrantes valorizavam positivamente a instrução, como se observa por uma decisão de uma de suas associações em favor da cessão das dependências para instalação de uma escola, contra uma proposta para que nelas fôsse instalado um botequim (18). Ou então, no funcionamento de uma escola noturna particular já nos fins do século. Contudo, essa unanimidade na valorização da escola é contrastada, de início, pela variação na frequência relativa às aulas.

(17) João Netto Caldeira, Album de São Bernardo, Edição da Organização Cruzeiro do Sul, S. Paulo, 1937, sem numeração de páginas. Já numa época de crise da cafeicultura, um autor hostil a essa mentalidade, assim se exprimiu, elucidando-a: "O governo longe de promover leis que obrigassem as crianças ao trabalho produtivo das fazendas, começou logo a espalhar escolas e grupos escolares por tôdas as cidades, vilas e povoados, despertando no colono a ideia de instruir os filhos e privando assim o fazendéiro do operário barato que êle contava ter na criança (...). Os povos existem para o trabalho e não para as letras, estas são apenas o meio de facilitar o trabalho ao influxo da inteligência (...). O progresso que traz o bem entre os povos consiste para os nossos governos na extinção do analfabetismo. Para os governos de S. Paulo a instrução é a causa e não o efeito do progresso." Mario Ramos, A Illusão Paulista, Rio de Janeiro, 1911, p. 9-10, grifo meu.

(18) Livro de Atas da Sociedade Beneficente União Operária de São Caetano do Sul, Ata nº 50, 12 de janeiro de 1912, fl. 42.

X - Participação da população escolar na
população total

Data	Alunos frequentes	Estimativa da população	% de alunos frequentes sobre a população estimada
1. 8. 1883	20 (a)	118 (b)	17,0
9. 1. 1888	53	295	18,0
5. 7. 1893	54	479	11,3

(a) Alunos frequentes relativos apenas a uma das classes, provavelmente masculina.

(b) Estimativa aritmética da população masculina.

FONTES - Joaquim R. Antunes Jr., Relatório, manuscrito, 9 de Janeiro de 1888, Departamento do Arquivo do Estado, Maço "Terras e Colonização"; Joaquim Ferreira Alenbert, ofício ao Dr. Francisco Aurélio de Carvalho, Inspector Geral da Instrução Pública, 1 de novembro de 1883, manuscrito, Departamento do Arquivo do Estado, "Instrução Pública" - Ofícios - S. Bernardo (1834-1896); Manuel José de Oliveira Cata-Preta, Informação anexa ao ofício da Câmara Municipal de São Bernardo ao Diretor Geral da Instrução Pública do Estado de São Paulo, manuscrito, 5 de julho de 1893, Departamento do Arquivo do Estado, ibidem.

A redução dos alunos frequentes nas escolas do núcleo colonial poderia ser o resultado de variações estatísticas decorrentes da comparação de épocas desiguais. No entanto, há duas datas muito próximas (1º de agosto e 5 de julho), que correspondem à passagem do ano agrícola, ao término das colheitas e ao preparo da terra para a safra seguinte. De uma para outra, a participação relativa da população escolar no conjunto da população declinou em 33,5% e se tomarmos como referência o ano de 1888, que representou uma elevação de 5,6% sobre o ano de 1883, essa porcentagem sobe para 37,2%. E enquanto a população escolar manteve-se, em termos absolutos, praticamente inalterada nos dez anos examinados, a população global quadruplicou. Não há indícios de que, devido à introdução de novos imigrantes no núcleo colonial, a popu-

lação adulta tenha crescido excepcionalmente mais do que a infantil, tal como se nota no quadro XI.

XI - Composição etária da população (1878-1888)
(porcentagens)

Ano	Crianças (até 10 anos)	Adultos (11 anos e mais)	Totais
1878	38,3	61,7	100,0
1879	37,3	62,7	100,0
1887	40,2	59,8	100,0
1888	40,4	59,6	100,0

FONTES - Ver Quadro IX.

Depois da introdução de novos colonos em 1887, a proporção de crianças continuou praticamente a mesma da fase anterior. A tendência, aliás, foi a do aumento da proporção de menores de 10 anos e do crescimento do tamanho médio da família, como resultado da queda da mortalidade infantil que se mostrou alta (mais de 10%) na vida inicial do núcleo, em 1877. Enquanto em dezembro de 1877 o tamanho médio da família fôra de 4,54 pessoas, subira para 5,34 em 1887, antes da grande entrada de colonos dessa fase. Depois dela, reduziu-se ligeiramente para 5,06 pessoas (19).

(19) João Bernardo da Silva, Relatório da Inspectoria Especial de Terras e Colonização, cit., p. 26; Relatório dos Trabalhos da Extinta Comissão de Terras e Colonização da Província de São Paulo ..., cit., p. 72 (anexo); Relatório Apresentado ao Exm. Sr. Presidente da Província de S. Paulo pela Comissão Central de Estatística, cit., p. 69.

A escola estava, como se verá em seguida, muito relacionada com o trabalho e o tipo de trabalho, por sua vez, com o sexo. Nas memórias de um autor local, há indicações de que o trabalho feminino nas tarefas tidas como masculinas só ocorria em momentos especiais. No caso, quando o trabalhador costumeiro não podia comparecer ao serviço ou quando a proximidade de um evento adverso previsível exigia a intensificação da atividade produtiva (20). Por isso, embora o número de matriculados na escola dê vantagens às crianças do sexo masculino, é do sexo feminino a porcentagem maior de frequência (quadro XII): enquanto apenas 59,5% dos meninos eram frequentes, 77,8% das meninas o eram. O profes-

XII - Matrícula e frequência à escola, por sexo, em 1888
(porcentagens)

<u>Sexo</u>	<u>Alunos matriculados</u>	<u>Alunos frequentes</u>
Masculino	53,8	47,2
Feminino	46,2	52,8
Totais (100%)	78	53

FONTE - Joaquim R. Antunes Junior, Relatório, manuscrito, 9 de janeiro de 1888.

sor da primeira escola local dizia, em 1883, num relatório sobre a classe masculina, que a frequência era de 66,7%, parecendo justificá-la com a explicação de que os seus alunos dedicavam-se à lavoura (21).

(20) N. Perrella, Entre as "Torbas" de São Caetano, cit., p. 29.

(21) Joaquim Ferreira Alambert, Ofício ao Dr. Francisco Aurélio de Carvalho, Inspector Geral da Instrução Pública, 1 de novembro de 1883, manuscrito, Departamento do Arquivo do Estado, "Instrução Pública" - ofícios - S. Bernardo (1834-1896).

Êsses dados cobrem o período que vai até 1883, o ano da crise, e não descortinam as ocorrências posteriores, até o ano de 1893, que tomamos como referência para assinalar o declínio da frequência relativa à escola. Mostramos anteriormente, no entanto, que apesar da suspensão da distribuição de lotes em fins de 1887, o número de famílias multiplicou-se uma vez e meia até 1893. Infelizmente, não existem informações para verificar se êsse crescimento foi viesado pela entrada desproporcionalmente maior de imigrantes adultos, caso em que o declínio relativo dos alunos frequentes não se explicaria pela evasão escolar. No entanto, há mais alguns indícios que excluem essa hipótese. São assinaladas no núcleo colonial, em 1893, três classes, sendo uma delas particular e noturna, com 18 alunos frequentes em média (33,3% do total de alunos). Isso significa uma redução de 32,1% no número de alunos das classes oficiais a partir de 1888 (22). A redução do número de alunos dos estabelecimentos públicos, de um lado, e o aparecimento da escola particular noturna, de outro, são evidências em favor da hipótese de que as condições já observadas pelo professor primário em 1883, que implicavam no trabalho agrícola infantil masculino, tornaram-se mais intensas.

A absorção do trabalho do menor com mais intensidade do que anteriormente, no entanto, não pode ser explicada como resultado do incremento das culturas. Estas, como vinhos, tornaram-se frequentemente antieconômicas. Por um lado, o núcleo colonial não podia especializar-se na cultura de alimentos, dado o confronto desfavorável de produtividade e custo com a produção consorciada obtida nos cafezais. Por outro, a alternativa do vinho, como produto que não sofria essa concorrência, foi bloqueada pelo aparecimento de doenças e pragas nas plantas, além da concorrência comercial da cerveja. A intensificação no uso do trabalho infantil não era, pois, uma solução permanente e eficaz para os problemas da agricultura no núcleo colonial. A sua ocorrência indicia o deslocamento do trabalho adulto para atividades não agrícolas e a transformação das agrícolas em atividades complementares.

(22) Manuel José de Oliveira Cata-Preta, Informação anexa ao ofício da Câmara Municipal, cit.

Mais tarde, quando da expansão das olarias e da produção de tijolos, trabalho preferencialmente masculino e adulto, vamos encontrar as mulheres adultas da localidade envolvidas no trato da pecuária bovina, das hortas e dos animais domésticos (23).

No âmbito do trabalho rural, a alternativa que os colonos tinham diante de si era encaminharem-se para as fazendas e empregarem-se sob o regime de empreitada. Mas, como vimos anteriormente, o momento era de saturação do mercado de trabalho. A persistência no núcleo colonial já mostra que a alternativa de trabalho que os colonos podiam escolher não estava relacionada com o café e conciliava a manutenção da pequena propriedade com o trabalho fora dela. Vimos, também, que a opção possível na área dizia respeito à indústria extrativa de madeira e os empregos decorrentes. Portanto, as condições de criação e funcionamento do núcleo colonial produziam agora os seus efeitos, pressionando os colonos para as mesmas atividades dos antigos foreiros e ocupantes das terras da fazenda.

Na fase inicial do núcleo, o seu diretor já havia constatado não só que vizinhos intrusos aplicavam-se na tiragem de madeiras nas poucas matas que a fazenda possuía (24), como também que os próprios colonos começavam a fazê-lo. Comunicava, em 1880, ao Presidente da Província, que um dos colonos, que recebera o seu lote dois anos antes, o qual encontrava-se ainda "na quase totalidade inculto", dedicava-se "a tiragem de lenha e madeira para negócios em terrenos que não lhe pertencem" (25). É bem verdade que os colonos esperaram quase um ano para receber as suas terras e que se viram forçados a buscar ocupações fora do núcleo colonial.

(23) N. Perrella, Entre as "Torbas" de São Caetano, cit., p. 143.

(24) Relatório Apresentado ao Exmo. Snr. Presidente da Província de São Paulo pelo Bel. Leopoldo José da Silva, cit., fl. 3.

(25) Ofício de Leopoldo José da Silva ao Presidente da Província, Laurindo Abelardo de Brito, 6 de setembro de 1880, manuscrito, Departamento do Arquivo do Estado, "Colônias (1880-1890)", Caixa 5.

Quando a população do núcleo foi subitamente acrescida pela chegada de novos imigrantes, a situação existente impeliu-a nessa direção. Alguns colonos foram absorvidos por tarefas no próprio núcleo, mas 11 transformaram-se em carvoeiros, como já dissemos (26). Carvoeiros de preferência a lenhadores porque podiam trabalhar nas capoeiras existentes nas proximidades da fazenda, que não serviam para o mercado de construção. Aproveitavam-se do crescimento da demanda de combustíveis para uso doméstico, especialmente, resultante do grande crescimento populacional da cidade de São Paulo, que de 64 934 habitantes em 1890 aumentou para 239 820 em 1900 (27). A indústria extrativa de madeira passou a ser a segunda atividade econômica mais importante de São Bernardo, em 1894, com 31,8% dos estabelecimentos rurais a ela se dedicando e fêz do município o mais importante produtor de madeiras do Estado (28). Além de não sofrer oscilações sazonais, a extração madeireira garantia, nessa ocasião, um rendimento médio diário de mais de 5\$000, o que a tornava uma atividade atraente. É difícil estimar se o rendimento para o carvão era igual. Ao que parece, no entanto, o carvão em particular não era muito rendoso (29), e os colonos de São Caetano tinham que vendê-lo pessoalmente com seus carrinhos no bairro do Brás (30), então um bairro operário e pobre. Por outro lado, a

(26) Relatório dos Trabalhos da Extincta Comissão de Terras e Colonização da Província de São Paulo..., cit., p. 72 (napa anexa).

(27) Oracy Nogueira, "O Desenvolvimento de São Paulo Através de Índices Demográficos, Demográfico-Sanitários ('Vitalis') e Educacionais", Revista de Administração, Instituto de Administração da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da Universidade de São Paulo, nº 30, maio de 1963, p. 15.

(28) Relatório Apresentado ao Cidadão Dr. Alfredo Pujol, Secretário dos Negócios do Interior do Estado de S. Paulo, Pelo Director da Repartição de Estatística e Archivo..., cit., p. 149.

(29) Octaviano A. Gaiarsa, A Cidade que Dorniu Três Séculos, cit., p. 48.

(30) Ulysses Spinello, "Um depoimento valioso: João Spinello editou o primeiro jornal de São Caetano", News Seiler, Suplemento Especial, 28 de julho de 1960, p. 3.

devastação das matas distanciava os locais de trabalho e tornava cada vez mais escassa a possibilidade de ocupação nesse setor. Num único ano, o de 1894, os lenhadores de São Bernardo derrubaram matas equivalentes a 47,8 ha de terreno (31), correspondendo à área de três lotes rústicos dos núcleos coloniais. Ainda assim, em 1916 a madeira e o carvão vegetal eram dois dos produtos principais do município (32). No entanto, em 1926 já uma das indústrias de São Caetano teve que comprar uma fazenda distante para tirar lenha e carvão (33).

É significativo que os colonos tenham fundado, em 1892, uma Sociedade de Mútuo Socorro "Príncipe di Napoli", depositária de um fundo comum para assisti-los no caso de não poderem trabalhar por motivo de doença e para custear as despesas funerárias em caso de morte. Esse acontecimento é revelador de uma situação de penúria em que as despesas extraordinárias com eventos como a doença e a morte não podiam ser atendidas de imediato.

Essas transformações na ocupação do colono, não só o igualaram aos antigos posseiros, denotando a inviabilidade do projeto de constituir a pequena propriedade para atendimento das necessidades de mão-de-obra na cafeicultura e de alimentos no mercado urbano, mas mostram também que a ideologia do êxito pelo trabalho, patenteada através da transformação do imigrante em proprietário independente, tinha um ponto de saturação nas próprias alternativas de emprego rural na sociedade brasileira. Embora o imigrante como carvoeiro ou lenhador protegesse uma das suas possíveis aspirações, que era a do trabalho independente, podia constatar que a propriedade da terra em si não lhe conferia a situação

(31) Relatório Apresentado ao Cidadão Dr. Alfredo Pujol, cit., p. 149; Secretaria da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, Boletim do Departamento Estadual do Trabalho, anno VII, nº 26, Typographia Levi, São Paulo, 1918, p. 397.

(32) Departamento Estadual do Trabalho, Dados para a História da Imigração e da Colonização em São Paulo, São Paulo, 1916, p. 23.

(33) Egydio Moreira de Castro e Silva, Água, Cerâmica, Celulose e os Homens (Memórias - 3º volume), Imprensa Naval, s/l, 1964, p. 79.

desejada. De fato, a propriedade da terra só podia absorver o trabalho familiar marginal, de menores e mulheres, e produzir um rendimento acessório. A terra não era a fonte da sua desejada riqueza, mas sim a fonte da sua pobreza, nas condições históricas peculiares da economia colonial dominante, em cuja periferia fôra lançado.

2. Concentração da propriedade da terra

Empobrecido pela convergência de fatores ocasionais, como as doenças e pragas nas videiras, o ano agrícola desfavorável e o aumento do número de dependentes pela chegada de parentes, e de fatores persistentes, como a baixa fertilidade do solo, a concorrência da agricultura consorciada e as tendências monopolistas do mercado de gêneros, o colono não só foi potencial ou efetivamente compelido para a indústria extrativa, como também procurou obter de vez o seu título de propriedade e, ao mesmo tempo, a dispensa de ressarcimento dos subsídios que recebera. E embora invocasse, neste último caso, o precedente dos colonos da Glória, essa solução lhe foi negada, alegando, o funcionário, que "não quiz e não poderia assumir a responsabilidade de uma resolução" (34). De um lado, viu que era presa de leis mercantis, que estava limitada pela condição de produtor de mercadorias, causa de sua pobreza. De outro lado, esbarrou com um universo burocratizado que lhe fechava o passo às soluções de natureza patrimonial. Aí a sociedade adotiva exprimia tóda sua contradição: fazendo-o produtor de mercadorias, fazia-o pobre e fazendo-o pobre antepunha-lhe uma barreira à condição de proprietário independente; e antepondo-lhe essa barreira desencantava a sua ideologia trabalhista. A sociedade apoiada na economia colonial, dêsse modo e simultâneamente, se propunha e se negava. O ascetismo do trabalhador imigrante desvendava-se no seu verdadeiro sentido como contrapartida da produção de uma mercadoria, fundamental e definidora de tóda a sociedade, para êle sem contrapartida: o produto da agricultura de exportação.

(34) Relatório dos Trabalhos da Extincta Comissão de Terras e Colonização da Província de São Paulo..., cit., p. 81.

Tanto para os que se dedicaram à indústria extrativa de madeira e lenha, como para os que mais tarde foram trabalhar, por conta própria ou não, nas olarias que começaram a surgir, a agricultura, pela própria natureza do trabalho que absorvia, passou a ter uma importância secundária nos rendimentos da família. Os colonos viram-se, assim, na condição de proprietários de terrenos "sem utilidade prática" (35). Como vimos anteriormente, os que adquiriram terras na várzea devem ter sofrido mais intensamente a decadência agrícola do núcleo colonial, pois além do praguejamento das suas videiras, não tinham as terras mais adequadas ao cultivo da batatinha, produto que não foi afetado pelas condições desfavoráveis tanto de produtividade quanto de mercado. Portanto, ao que tudo indica, os que trabalhavam nas terras baixas não só viram os seus rendimentos decrescerem, como não tiveram condições para se autoabastecerem com o produto das suas lavouras.

Justamente essa área de terrenos baixos, situada, aproximadamente, entre a ferrovia e o rio Tamanduateí, começou a ser vendida pelos colonos. Já em 1890 a Inspeção de Terras alertava o governo para a conveniência de obrigar os colonos de São Caetano a adquirirem "os seus títulos definitivos, para que não aconteça que (...) disponham como já tem acontecido, dos lotes sen que tenham pago ao Estado as suas dívidas, visto que achando-se o núcleo emancipado, aí não existe um empregado que possa exercer uma fiscalização ativa" (36). Dois anos antes um funcionário observara que na região "as terras adquiriram subido valor, notavelmente, depois do serviço de discriminação" das devolutas e particulares (37). Essas providências haviam transformado a terra em

(35) João Netto Caldeira, Album de São Bernardo, cit.

(36) Relatório da Inspeção Especial de Terras e Colonização, 26 de maio de 1890, p. 25.

(37) Relatório dos Trabalhos da Extinta Comissão de Terras e Colonização da Província de São Paulo..., cit., carta de Joaquim Rodrigues Antunes Junior ao ministro da Agricultura, Antonio da Silva Prado, 23 de setembro de 1888.

objeto de troca, em equivalente de mercadoria, submetido aos mecanismos comerciais.

Um único comprador, o Banco União de São Paulo, adquiriu, entre 1890 e 1891, de cinco proprietários, terrenos que somavam 268,62 ha, ou 27,8% da área do núcleo colonial na mesma ocasião. Dos cinco vendedores, três eram colonos, um era antigo morador na região e um outro, ao que parece, comprara, já anteriormente, terras a colonos (38). Há, igualmente, indicações de que pequenos compradores adquiriram trechos de terras aos colonos (39). As confrontações indicadas por uma escritura de 1918, relativa a duas grandes áreas de terrenos, mencionam, entre treze confrontantes, apenas dois sobrenomes italianos, um dos quais de colono. Dos outros onze, cinco eram empresas, três eram conhecidos capitalistas de São Paulo, um havia sido foreiro na época da Fazenda (40). Por outro lado, nenhum sobrenome de colono ou descendente consta num rol dos oito maiores proprietários de terras em São Caetano, relativo a 1934 (41).

Se fizermos alguns cálculos sobre a economia da localidade, nessa fase, poderemos descartar desde logo qualquer hipótese que relacione essa concentração da propriedade com a instauração de um novo padrão de trabalho agrícola apoiado em estabelecimentos mais extensos do que os dos colonos. Tome-se por base os anos de 1887 e 1888.

(38) "Escritura de Constituição de Sociedade Anonyma", Livro de Notas, folhas 1, Cartório do 8º Tabelião, 15 de Janeiro de 1918, outorgados José de Cunto e João Cândio Pereira, sua mulher e outros, manuscrito, Arquivo da Junta Comercial de São Paulo, documento nº 2994, sessão de 26 de janeiro de 1918.

(39) Escritura de venda de terreno em São Caetano, Cartório do 3º Tabelião, São Paulo, 10 de setembro de 1891, Arquivo do Sr. João Baptista de Campos Aguirra.

(40) "Escritura de Constituição de Sociedade Anonyma", cit.

(41) Octaviano A. Gaiarsa, A Cidade Que Dormiu Três Séculos, cit., p. 92-93.

XIII - Rendimento bruto, por hectare, no setor agrícola

Ano	Terras não dedicadas à pecuária (ha)	Valor da produção agrícola	Valor da produção por ha	Estimativa do preço da terra (ha)	Rendimento
1887	697,8	Rs. 85 101\$400	Rs. 121\$957	Rs. 389\$854	33,8%
1888	736,5	Rs. 28 201\$600	Rs. 38\$291	Rs. 428\$759	8,9%

FONTE: - Ver Quadro IV e VII.

Infelizmente, não é possível trabalhar com dados relativos à área efetivamente destinada à agricultura, pois as terras não dedicadas à pecuária abrangiam as que estavam em repouso ou simplesmente sem cultivo. Por outro lado, a estimativa das áreas de pastagens supõe a sua utilização ótima nas condições dadas e exclui a hipótese, viável, de que a isso eram destinadas as não ocupadas pela agricultura, isto é, de que na pecuária haveria uma subutilização do terreno. Por outro lado, a estimativa do preço da terra foi feita supondo-se o seu crescimento linear entre 1877 e 1896. Tomei como base, para esse primeiro ano, o preço pago pelos lotes urbanos e rústicos, então, de Rs. 0\$802 por ha (42). Para 1896, baseei-me no preço constante de uma escritura, de Rs. 740\$000 por ha (43). Observa-se, pois, três limitações nesses dados. Em primeiro lugar, o valor da produção podia corresponder a áreas efetivamente menores do que as mencionadas, o que elevaria o valor por hectare. Em segundo lugar, porque a área plantada, com exceção de um ligeiro declínio em relação ao feijão, cresceu, embora pouco, entre um ano e outro. Em terceiro lugar, finalmente, porque, como já vimos, o preço da

(42) Títulos de propriedade dos lotes nº 12 e 35 do colono Domenico Bottan, expedidos a 26 de fevereiro de 1891, Coleção do Museu Municipal de São Caetano do Sul.

(43) Escritura do 2º Tabelião, São Paulo, 23 de dezembro de 1896, Arquivo do Sr. João Baptista de Campos Aguirra.

terra cresceu, desproporcionalmente mais do que antes, após as medições da Comissão de Terras, isto é, a partir de 1888. Portanto, o preço por hectare está sobrestimado. Em consequência dessas indicações, o rendimento bruto do capital, ou da renda capitalizada, foi subestimado nos dois anos. De qualquer modo, essa subestimação, pode não ser tão grande, tendo em conta a acentuada inflação da fase do "Ensilhamento", que se reflete no preço observado em 1896, a qual infelizmente não pode ser medida.

Segundo tôdas as evidências, o valor da produção foi calculado com base nos preços de varejo na cidade de São Paulo. Por isso, a porcentagem de rendimento obtida não se refere apenas à renda da terra, mas inclui a rentabilidade e a reprodução do capital agrícola e comercial, bem como a remuneração da força de trabalho. Dêsse modo, um rendimento aparentemente alto, como o de 1887, só o é na medida em que se levou em conta apenas a parcela de custo representada pela renda capitalizada na terra. Se o rendimento do primeiro ano fôsse distribuído proporcionalmente aos diferentes fatores empenhados na produção do resultado econômico, talvez ainda assim pudesse ser satisfatório. Entretanto, é quase fora de dúvida que o resultado do ano seguinte, se submetido ao mesmo procedimento, significaria resultados negativos em face, por exemplo, da taxa corrente de juros.

Essa situação agravou-se nos anos seguintes. Tomando-se como referência não mais o rendimento por hectare, mas o rendimento estimado por família, em 1894, nota-se um decréscimo a níveis antieconômicos. Como já mencionei, a média do rendimento bruto dos estabelecimentos vinicultores do município de São Bernardo foi de Rs. 0\$811 por dia útil em 1894, ou seja, Rs. 253\$843 durante o ano. Não obstante o dado se refira apenas ao rendimento da vinicultura, é lícito tomá-lo por base, uma vez que o documento de que foi extraído registra apenas a produção municipal de aguardente, café, madeira e vinho. E nesta última categoria concentrava-se a atividade dos colonos estrangeiros, pois a eles pertenciam 718 dos 798 estabelecimentos do gênero (44). Prosseguin-

(44) Relatorio Apresentado ao Cidadão Dr. Alfredo Pujol..., cit., p. 148 (anexo).

do, já referimos, igualmente, que o lote rústico compreendia uma área padrão de 151 250 m², cujo preço, estimado à base dos cálculos anteriores, seria de Rs. 10:073\$250, no mesmo ano (0\$067/m²). Nesse caso, o resultado anual da renda capitalizada teria sido de apenas 2,5%. Ora, em fins do mesmo ano de 1894 podia-se adquirir obrigações do Tesouro que rendiam juros anuais de 4,5% (45), que eram mínimos em relação a outras taxas correntes no mercado. Em termos estritamente econômicos, e na pior hipótese, só seria interessante conservar o uso agrícola do terreno se o valor do lote não ultrapassasse de Rs. 5:640\$956, ou Rs. 0\$037 por metro quadrado. Ou seja, fora do uso agrícola, o capital representado pela renda capitalizada tinha probabilidade mínima de render quase o dobro.

Não se pode inferir que a venda de terras pelos colonos tenha se apoiado no cálculo racional e em avaliações empresariais. A venda de terras ocorreu logo no início da transformação da agricultura local numa atividade antieconômica, num momento em que o colono tanto podia estar sendo impelido por motivações capitalistas, quanto, como vimos, por necessidades prementes de subsistência. A solução mais universal para o problema dos imigrantes não era a venda de terrenos, pois estes tinham qualidade e situações diversas. Os casos conhecidos de transferência da propriedade da terra, nessa fase, dizem respeito aos lotes situados, de um modo geral, entre a estrada de ferro e o rio Tamanduateí, isto é, situados na parte baixa do núcleo colonial e, de preferência, não longe da ferrovia. Como foi mostrado anteriormente, embora provavelmente a má situação agrícola tenha alcançado diversamente os colonos, em função da localização das suas plantações, prejudicando mais os da baixada, todo o conjunto dos agricultores teve os seus rendimentos reduzidos a um nível médio desfavorável ante o próprio trabalho assalariado. Portanto, venderam terras aqueles que para elas encontraram compradores. Ou seja, o que ditou as áreas onde as transferências de propriedade se concentraram foi primordial -

(45) J. Pandiá Calógeras, A Política Monetária do Brasil, tradução de Thomaz Newlands Neto, Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1960, p. 272.

mente o interesse dos compradores e não as motivações dos vendedores.

Um detalhe importante a se observar, todavia, é o de que as terras localizadas à margem esquerda do rio dos Meninos e as localizadas à margem direita do rio Tamanduateí, isto é, na maior parte fora do núcleo colonial e que formavam glebas muito maiores do que os lotes coloniais, não tiveram a preferência dos compradores. Até recentemente, estavam, ou estão ainda, sem utilização. É possível que isso se deva, à posse discutível desses outros terrenos. Entretanto, nessa fase, a discriminação das terras já fora efetivada, reduzindo ou eliminando a propriedade passível de contestação. Resta, então, a possibilidade de que a venda dos pequenos lotes de colonos tenha sido mesmo causada pelas condições econômicas precárias do núcleo colonial, que os despojaram de condições para, ao menos, especular sobre o preço da troca.

Os compradores dos terrenos dos colonos, nesse período, têm uma característica comum: eram empresários, ligados a grandes empreendimentos interessados em investimentos no setor industrial. Os três maiores foram o já citado Banco União de São Paulo; Pamplona, Sobrinho & Cia. e a Fábrica de Formicida Paulista. Nota-se, portanto, que a concentração da propriedade não respondia a novas possibilidades de utilização agrícola dos terrenos em condições econômicas.

O Banco União era banco emissor e adquiriu terras em várias regiões, especialmente onde havia perspectiva de elevação futura de seus preços. Imobilizava, assim, improdutivamente os capitais nêle depositados, fazendo da terra capital de reserva e contando lucrar mais tarde especulando com os terrenos adquiridos. A preferência pelas terras baixas de São Caetano, compradas, como se viu, em grandes proporções, era motivada pela proximidade da ferrovia e pela valorização que em geral se observava de todos os terrenos que pudessem ser beneficiados pelo transporte ferroviário. O Banco também fez investimentos na indústria, aproveitando o influxo nesse sentido favorável do período do "Ensilhamento", criado pela expansão da demanda e pela inflação que deteriorava o

poder de intercâmbio da moeda brasileira. Já em 1896, vendeu terrenos dessa área à São Paulo Railway por quase o dobro do que lhe custaram (46). Doze anos depois ainda vendeu terras à The São Paulo Tramway Light and Power (47).

A fábrica de Formicida Paulista foi inaugurada em dezembro de 1890 e tinha como principal acionista um ex-presidente da província do Rio Grande do Norte, Manuel Joaquim de Albuquerque Lins (48), radicado em São Paulo, dono de ações de um grande número de empresas industriais, comerciais e bancárias.

Mas, é o caso de Pamplona, Sobrinho & Cia., que elucida a demanda de terrenos pelos industriais no núcleo de São Caetano. Em 1887, a sua fábrica funcionava à rua dos Andradas, na Capital, no bairro de Santa Ifigênia, próximo ao centro, portanto (49). Nessa época, pedia-se 1.500 o metro quadrado de terreno enxuto e 0.500 o alagadiço para o prolongamento da rua de São João (50), numa área próxima, pois, à da Fábrica Pamplona. Estimando-se que, então, em São Caetano o preço dos terrenos seria de 0.039 o metro quadrado, temos que aqui a imobilização do capital nas terras destinadas a construção de fábricas reduzir-se-ia a 7,8% do valor dos terrenos alagadiços na cidade e a apenas 2,6% dos terrenos enxutos.

-
- (46) Escritura do 2º Tabelião, 23 de dezembro de 1896, Arquivo do Sr. João Baptista de Campos Aguirra.
- (47) Livro de Notas do 5º Tabelião, 23 de Janeiro de 1908, *ibidem*.
- (48) Barão de Javari, Organizações e Programas Ministeriais, Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, 1962, 2ª edição, p. 437.
- (49) Jorge Seckler, Almanach da Província de São Paulo, Administrativo, Industrial e Commercial Para 1887, Quinto Anno, Editores-Proprietários Jorge Seckler & Comp., São Paulo, s/d., p. 230.
- (50) Atas da Câmara da Cidade de São Paulo - 1886, vol. LXXIX, Departamento de Cultura, 1951, p. 68

A aquisição de terrenos para instalação de indústrias em São Caetano, estava pois ligada à valorização dos terrenos da cidade pelo crescimento da população, e à possibilidade de desmobilizar capital pela revenda dos terrenos urbanos. A área escolhida em São Caetano tinha mais duas vantagens, além do baixo valor da terra: a ferrovia que colocava ao alcance da indústria todo o mercado do interior e o da capital e que reduzia os fretes de importação de matérias primas, de um lado, e de outro os rios Tamandateí e Meninos que atendiam às necessidades de água para fins industriais pois essas indústrias eram movidas por máquinas a vapor (51) ou rodas d'água (52).

3. Industrialização e urbanização

Vários fatores concorreram para que a região do núcleo colonial de São Caetano viesse a constituir o que os geógrafos denominam área de vocação industrial. Já vimos que um deles fora o momento comercialmente favorável às transações imobiliárias decorrentes da crise agrícola local, que impelira colonos a desfazerem-se dos seus terrenos. Vimos igualmente que esse momento coincidia com um surto de industrialização no país e de crescimento da população urbana da cidade de São Paulo, com a conseqüente valorização dos lotes residenciais. Como resultado, estabelecimentos fabris viram-se localizados de modo a que os terrenos implicassem na imobilização de capital que podia ser reduzida, desmobilizada, se transferidos para outros lugares, permitindo em conseqüência a expansão dos investimentos propriamente produtivos.

A recaptação de recursos imobilizados não era possível apenas pela mudança dos estabelecimentos para os terrenos do núcleo colonial. A rigor toda a periferia da Capital tinha a

(51) Antonio Francisco Bandeira Junior, A Indústria no Estado de São Paulo em 1901, Typ. do "Diário Oficial", São Paulo, 1901, p. 41.

(52) N. Perrella, Entre as "Torbas" de São Caetano, cit., p. 97.

mesma vantagem. Além do que, no caso do núcleo de São Caetano, os compradores de terras deram preferência àquelas que, segundo todos os indícios, eram no momento as mais caras: as da baixada. Embora sejam vagas as indicações, parece que nessa área localizaram-se os vinhedos, enquanto que nas partes mais elevadas desenvolveu-se a cultura de alimentos (por exemplo a de batatas). É bem verdade que a crise mais séria alcançou sobretudo os vinicultores, estando presumivelmente mais propensos a desfazerem-se de suas terras, mas é verdade igualmente que estes, nos anos anteriores, tiveram maiores probabilidades de acumulação de recursos, dada a rentabilidade maior da vinicultura em relação à agricultura de alimentos. De outro lado, a decadência agrícola alcançou, ainda que com variações, o conjunto do núcleo colonial. Mas a baixada constituía uma imensa jazida de barro para fins industriais, que fôra utilizada sistematicamente pelos beneditinos desde o século XVIII até pelo menos os meados do século XIX.

Os colonos alcançados pela inviabilidade econômica da agricultura e que tiveram oportunidade de acumular algum recurso ou que trouxeram êsses recursos de áreas onde se localizaram previamente quando da chegada ao Brasil, puderam assim dedicar-se à exploração industrial das jazidas na produção de telhas e, principalmente, de tijolos. Portanto, a oferta de terrenos deve ter sido menor na zona baixa do que na montanhosa. Assim sendo, a aquisição dos terrenos por indústrias ou empresas interessadas na especulação imobiliária não foi ditada exclusivamente pelo caráter vantajoso do negócio em relação ao preço dos terrenos em áreas mais centrais da Capital.

Outras características da localidade favoráveis à indústria consistiam no mercado de mão-de-obra local; na proximidade das fontes de fornecimento de lenha para combustível, cujo preço era encarecido pelo transporte (53), na possibilidade de utilização de recursos hidráulicos para produção de energia (vapor ou

(53) N. Perrella, Entre as "Torbas" de São Caetano, cit., p. 27, 56, 123, 132 e 151.

roda d'água) e para outros fins industriais (54); proximidade das olarias para produção de telhas e tijolos empregados na construção dos pavilhões industriais; e, principalmente, na ferrovia que, cortando o núcleo colonial ao longo da borda esquerda da várzea do rio Tamanduateí, facilitava à indústria o transporte de produtos e matérias-primas, ligando-a ao pôrto de Santos e aos mercados do interior (55), sendo que já na década de 1890 fora construído um depósito de mercadorias junto à estação ferroviária (56).

Quase ao mesmo tempo, portanto, dois tipos de indústria estabeleceram-se na localidade, disputando o mesmo terreno, ou seja, as várzeas: as olarias e as fábricas. Essas indústrias tinham diferenças essenciais entre si, no que respeita à complexidade técnica, à organização administrativa e ao volume de mão-de-obra, o que exige que sejam estudadas separadamente.

As olarias, de preferência, estavam nas mãos dos colonos antigos e recentes e em proporção radicalmente menor pertenciam a não-italianos e estranhos ao núcleo colonial (quadro XIV). Os "outros italianos" proprietários de olarias já estavam, na maior parte, estabelecidos no núcleo colonial na última década do século passado e eram provavelmente colonos do novo tipo de colonização iniciado em 1886, para justificar a ideologia do sucesso pelo trabalho. Dos dois únicos casos de não-italianos assinalados, um corresponde ao Dr. Samuel Mesquita, cuja olaria empregava, segundo parece, exclusivamente trabalhadores assalariados. Ainda

(54) Ibidem, p. 97; Antonio Francisco Bandeira Junior, A Indústria em São Paulo em 1901, cit., p. 41; Jorge Seckler, Almanach da Província de São Paulo Administrativo, Industrial e Commercial Para 1887, Quinto Anno, Editores-Proprietarios Jorge Seckler & Comp., São Paulo, s/d., p. 230.

(55) N. Perrella, ibidem, p. 70-73; "Cia. Mechanica e Importadora de S. Paulo", Almanach Commercial Brasileiro - 1913, Edição da "Revista de Comercio e Industria", São Paulo, s/d., p. 410; E. M. de Castro e Silva, Água, Cerâmica, Celulose e os Homens (Memórias - 3º volume), Imprensa Naval, s/l, 1964, p. 79.

(56) São Paulo Railway, Relatorio, 1896, p. 17.

XIV - Distribuição da propriedade das olarias em vá-
rios períodos
(números absolutos)

<u>Anos</u>	<u>Colonos da lis-</u> <u>ta de 1878 (*)</u>	<u>Outros ita-</u> <u>lianos</u>	<u>Não ita-</u> <u>lianos</u>	<u>Somas</u>
1891 -	2	1	1	4
1913 -	2	1	-	3
1936 -	4	6	1	11
Vários -	5	12	-	17

FONTES - Almanach do Estado de S. Paulo Para 1891, Oitavo Anno, E-
ditora Companhia Industrial de São Paulo, São Paulo, 1891,
p. 311; Almanaque Laemmert, 1913; Joao Netto Caldeira,
Album de São Bernardo, cit.; Lista de proprietarios de
olarias organizada pelo sr. Nicola Perrella a pedido do
autor.

(*) Ver lista em apêndice. Essa lista compreende todos os chefes de famílias instaladas no núcleo colonial, que recebiam na ocasião subsídio governamental para despesas com alimentação. Foi elaborada pela própria direção do núcleo colonial.

quanto ao século passado, há documentos que assinalam ao menos mais duas olarias de colonos que não vêm registradas na fonte utilizada para elaboração do quadro. Teríamos, então, 6 olarias, das quais quatro de colonos ou descendentes. As olarias eram portanto um tipo de indústria tipicamente controlado pela população local. Ao contrário, as outras indústrias caracterizavam-se justamente por pertencerem a pessoas estranhas à localidade. Num relatório oficial, registrava-se, em 1896, que no município de S. Bernardo havia "27 fábricas, sendo entretanto digno de nota o fato de que as informações dão a existência de um industrial somente naquele município, isto é 27 fábricas com um industrial somente!" (57),

(57) Relatório Apresentado ao Cidadão Dr. Alfredo Pujol..., cit., p. 133.

As olarias são assinaladas na localidade já em 1880, ano em que um dos colonos começou a produzir tijolos. No entanto, desde 1870 a cidade de São Paulo vinha tendo um crescimento notável no número das suas habitações. "A população tem crescido extraordinariamente na Capital durante o ano precedente (1874). Os aluguéis dos prédios de tôdas as classes subiram, como sinais da raridade ou de insuficiência; as novas construções se multiplicam. Os homens ricos e abastados procuram comprar casas de elevado preço na Capital para efetuarem suas mudanças, ou gozarem por algum tempo da comodidade que oferece" (58).

O início do crescimento maior da demanda provável de materiais de construção na década dos 90, quando a população da Capital quase quadruplicou, coincidiu assim com a crise agrícola do núcleo colonial, apresentando-se, em face das condições naturais favoráveis, como alternativa possível de empreendimento para os que conseguissem os recursos necessários.

A instalação da olaria implicava em alguns investimentos, não obstante a rusticidade dessa indústria, na pipa para amassar barro, na caçamba para o transporte de barro, nos animais da pipa e da caçamba, na construção do forno. Mas, o principal mesmo era a posse da jazida de barro. De um modo geral, absorvia de preferência a mão-de-obra familiar (59), mas mesmo assim eram necessários alguns empregados. Pelas descrições contidas nas memórias de um autor local, nota-se que a menor das olarias, produzindo apenas 1 500 tijolos diariamente, precisava de pelo menos seis pessoas (60), apesar de algumas ocupações permitirem que o

(58) Relatório Apresentado À Assembléa Legislativa Provincial de S. Paulo Pelo Exm. Sr. Dr. Joao Theodoro Xavier Presidente da Provincia No Dia 14 de Fevereiro de 1875, Typographia do "Diário", S. Paulo, 1875, p. 38.

(59) Nicola Perrella, entrevista, março de 1969.

(60) N. Perrella, Entre as "Torbas" de São Caetano, cit., p.62-73.

trabalhador ocupasse mais de uma. O exame de fotografias de quatro olarias, tiradas entre 1911 e 1916, mostra uma média de 24 pessoas por estabelecimento, sendo 23,2% crianças e 7,4% mulheres (61).

O trabalho devia começar com a extração da matéria-prima pelo caçambeiro. "Inicialmente devia seguir para a várzea, ali com uma foice, enxada, enxão, vanga e uma pá, devia abrir a grande cava de barro, dali devia extrair a 'matéria-prima', não chegasse isso, ainda devia abrir a estrada para ali chegar com a camba" (62). O caçambeiro começava a trabalhar mais tarde do que os outros, mas o seu trabalho se prolongava pelo dia inteiro, pois na verdade o barro seria utilizado no dia seguinte. O pipeiro começava a trabalhar às 3 horas da manhã. Além de manter acelerada a andadura dos cavalos da pipa, enquanto esta amassava o barro, ela "a enchia pelo lado oposto e depois recolhia a massa pronta para em seguida ser levada ao tijoleiro" (63). O tijoleiro punha-se a trabalhar às 4 horas e a sua tarefa só terminava depois de bater os 1 500 tijolos. À luz da lamparina de querosene, enchia a fôrma, batia o tijolo e cortava o barro com o arco de fio de arame. Tinha um ajudante que podia ser menor, homem ou mulher, que retirava o tijolo da fôrma e corria a depositá-lo no chão para secar (64). "A pipa cessava de funcionar "aos primeiros raios do sol" e o pipeiro ia então "enfornar e desenfornar os tijolos", no que era acompanhado pelo tijoleiro, quando este liquidasse a sua tarefa (65). O caçambeiro, por seu lado, passava então a transportar os tijolos para a estação ferroviária (66). Além dessas ocupações, existia ainda a dos foguistas (um ou dois) que cuidavam

-
- (61) Coleção do Museu Municipal de São Caetano do Sul.
(62) N. Ferrelle, Entre as "Torbas" de São Caetano, cit., p. 71.
(63) Ibidem, p. 70.
(64) Ibidem, p. 70.
(65) Ibidem, p. 70-73.
(66) Ibidem, p. 72-73.

das fornalhas (67), mantendo o volume de fogo. A lenha utilizada como combustível era comprada aos carreteiros das vizinhanças(68). A intensidade do trabalho tinha que ser alta, para se "produzir o máximo, pois as chuvas ~~aproximadas~~, e então, o trabalho paralizava-se de uma forma quase geral" (69). Quando essas ocasiões se aproximavam, o trabalho feminino também era utilizado, exceção feita na ocupação de caçambeiro. Chegadas as chuvas, "as várzeas ficavam parcialmente alagadas em cavas de barro para tijolos e o capim ou macega ficava alto" (70). Nas épocas normais, as mulheres tinham a incumbência de cuidar da comida e da roupa para os empregados que se alojavam em barracões, segundo depoimento do mesmo autor. Além do mais, cuidavam da agricultura hortigranjeira e dos animais domésticos: vacas de leite, porcos, galinhas, carneiros.

Segundo um depoimento de N. Perrella, cada olaria tinha 2 e até 3 bancas, cada uma produzindo 1.500 tijolos diariamente. De modo que uma olaria produzia 3.000, 4.000 e até 4.500 tijolos por dia (N. Perrella, entrevista). Considerando-se que o nível do rio Tamanduateí, "em certos lugares da várzea, mais próximos às olarias" estava perto da borda, "no tempo das chuvas extravasava em muitos desses lugares formando as grandes enchentes e invadindo todas as olarias com sua água. A várzea desaparecia sob a massa líquida e os prejuízos tornavam-se enormes (...). O mesmo caso dava-se com o rio dos Meninos, ali também estavam outras olarias em sua proximidade, a várzea também era grande, cavas e mais cavas de barro ficavam submersas (...). Os prejuízos ali também eram grandes" (71). Considerando-se esse fator entende-se que na

(67) Ibidem, p. 62..

(68) Ibidem, *passim*.

(69) Ibidem, p. 29.

(70) Ibidem, p. 55-56.

(71) Ibidem, p. 66-67.

estação chuvosa a probabilidade de rendimentos caia radicalmente. Portanto, torna-se razoável descontar-se um trimestre para o cálculo da média diária. Temos assim, em resultado, 235 dias úteis (descontando-se mais os domingos). N. Perrella assinala, sem precisar o ano, que os tijolos eram vendidos "à razão de nove a dez mil réis o milheiro". Isto é, uma olaria com duas bancas, a 10\$000 o milheiro, teria um rendimento bruto médio por dia útil de 22\$534. Ora, o salário mínimo das profissões de carpinteiro, carreiro e pedreiro, para as quais há dados, e era de Rs. 2\$917 em 1888, cresceu em média 57,1% entre esse ano e 1918 (72). A esse preço, portanto, as olarias teriam dado prejuízo em qualquer fase desse período, pois o dispêndio com mão-de-obra montaria de início a Rs. 23\$336. No entanto, essa indicação do autor vem mencionada num contexto em que, ao invés da exatidão do preço, pretende revelar os baixos rendimentos das olarias (73). Numa entrevista, referiu que nessa fase ninguém era rico em São Caetano. Aliás, a absorção primordial do trabalho familiar nas olarias e o fato de que são raros os descendentes de antigos moradores que podem ser considerados ricos, não obstante muitos trabalhem por conta própria, sobretudo no comércio, pode ser tomado como um indício de que embora os ganhos dos proprietários de olarias pudessem ser superiores aos de outras ocupações, inclusive a indústria extrativa, não eram suficientes para estabelecerem uma acumulação crescente de capital.

As condições materiais dos trabalhadores são descritas com estas palavras: "Pés descalços (...), camiseta de algodão(...), camisa de 'baeta' e calça arregaçada (...), sapatos rotos, alpercatas furadas, indumentária paupérrima...". "A casa estava toda

(72) Relatório Apresentado ao Exm. Sr. Presidente da Província de São Paulo pela Comissão Central de Estatística, cit., p. 342; Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, Boletim do Departamento Estadual do Trabalho, Ano VII, nº 26, Typographia Levi, São Paulo, 1918, p. 284-287.

(73) N. Perrella, Entre as "Torbas" de São Caetano, cit., p. 166.

esburacada..." (74). Vê-se, em suma, que o surgimento das olarias desvendou para alguns a sua proletarização virtual desde a instalação do núcleo colonial e para outros, para os que se tornaram proprietários de olarias, desvendou os limites da sua ascensão pelo trabalho.

As verdadeiras possibilidades que a sociedade brasileira oferecia ao imigrante estabelecido na localidade já estavam determinadas pelas razões mesmas que surpreenderam o recenseador ao constatar no município de São Bernardo 27 indústrias e apenas um industrial. A indústria do empresário absenteísta, ou seja, a indústria vinculada ao "grande capital" constituía a única possibilidade para uma definição típica e clara do trabalhador como operário.

As outras indústrias caracterizavam-se não só pela ausência do "proprietário", na verdade eram sociedades anônimas reunindo capitais de vários acionistas, mas também por serem indústrias que empregavam um número de operários bem maior que as olarias. A mais antiga delas, a Fábrica de Formicida Paulista, três anos após a sua inauguração, ou seja em 1893, tinha 19 operários, dos quais três eram menores (75). Em 1901, o número dos seus operários elevava-se a 35, todos do sexo masculino. No mesmo ano, a fábrica de sabão e graxa de Pamplona, Sobrinho & Cia. ocupava de 30 a 40 operários (76).

O número de operários empregados por essas fábricas era muito variável e em geral as empresas trabalhavam com capacidade ociosa. A Fábrica de Formicida, que podia produzir anualmente 324 000 litros, produzia apenas 12,3% dessa quantidade (77). Toda a formicida que produzisse seria "consumida no Estado, se o produto estrangeiro ou nacional importado não estivesse isento de di

(74) Ibidem, p. 37-38.

(75) Manuel José de Oliveira Cata-Preta, informação anexa ao ofício da Câmara Municipal de São Bernardo, cit.

(76) Antonio Francisco Bandeira Junior, A Indústria no Estado de São Paulo em 1901, cit., p. 49 e 41.

(77) Ibidem, p. 49.

reitos ao passo que o fabricado no Estado além dos impostos municipais, paga impostos sobre a matéria prima (78). Se no plano do lucro as empresas podiam defender-se dessas oscilações associando a indústria ao comércio importador, como faziam Pamplona, Sobrinho & Cia. que exploravam em grande escala "o ramo de importação de querosene, vinhos portugueses, óleo americano e matérias primas necessárias ao fabrico de sabão e óleo" (79), no plano do emprêgo de mão-de-obra essas oscilações refletiam-se seja pela flutuação do emprêgo em função das conjunturas, seja pela redução das horas semanais de trabalho. Neste último caso, o emprêgo industrial assumia para o trabalhador um caráter quase que meramente simbólico. Portanto, embora as fábricas utilizassem um número de trabalhadores várias vezes maior do que as olarias, estas não estavam sujeitas à concorrência internacional, ao menos na mesma escala em que aquelas. Para os trabalhadores isso podia significar um emprêgo mais estável. Contudo, o emprêgo nas olarias também sofria restrições sazonais, na época das chuvas. Tanto a indústria quanto a olaria não podiam se constituir numa forma integral de uso da força de trabalho do operário.

Por outro lado, o número de indústrias estabelecidas na localidade, nessa fase inicial, não podia absorver integralmente a mão-de-obra local. Duas das três existentes em 1901, como vi-

(78) Ibidem.

(79) Ibidem. A este respeito, a própria origem do capital empregado na industria explicita as condições de produção e acumulação do capital industrial. O chefe da empresa Pamplona, Sobrinho & Cia., Jose Coelho Pamplona, fora empresario ligado à contratação de obras públicas em São Paulo (Atas da Câmara da Cidade de S. Paulo - 1877, vol. LXIII, cit., p. 102) e nesse ramo e no de loteamento de terrenos sua família fezera fortuna (A. Paim Vieira, "Chacara do Capão - Esboço histórico do bairro da Bela Vista, antes Bela Cintra", Revista do Arquivo Municipal, vol. CXLVIII, junho de 1952). A fábrica montada em São Caetano tinha por objeto a fabricação de sabão e graxa. Já em 1881, Pamplona pediu à Câmara "por arrendamento ou aluguel por contrato a prazo determinado, a parte do terreno desocupado no matadouro publico, sob diversas condições, para montar maquinismos apropriados para extração de gorduras, oleos e outras substancias dos residuos do gado ali abatido" (Atas da Câmara da Cidade de São Paulo - 1881, vol. LXVII, cit., p. 168).

mos, empregava^m de 65 a 75 pessoas. As olarias empregavam um número mínimo variável de 6 a 10 pessoas cada uma. E o número máximo de olarias foi registrado em 1936: onze. Até 1910, embora São Caetano fôsse definido como bairro operário (80), eram essas as indústrias da localidade. Num relatório de 1909, sobre a ferro-via, constava apenas que era "a povoação (...) onde se acham o^s olarias, fábricas de formicida e de sabão (...). A povoação, futuro arrabalde de São Paulo, é suscetível de desenvolvimento, uma vez que tome incremento a pequena indústria de que é sede" (81). A partir ~~da~~ época, é que novas indústrias foram ali instaladas, como a Cerâmica Privilegiada do Estado (1912), a Refinadora de Óleos Brasil (1913), a The Anglo Brazilian Forging Steel (1912)(82). Já se dizia, em 1915, que contava "cerca de trinta estabelecimentos industriais de primeira ordem" (83).

Aquêles regime de emprêgo acomodou-se às subsistentes condições agrícolas do lugar, com a característica de que a agricultura passou a ser uma atividade acessória e complementar para as famílias locais. Os que não puderam engajar-se na atividade das olarias ou das fábricas encaminharam-se para a extração de madeira e, segundo depoimentos, de capim. Além do consumo doméstico de

(80) Ibidem, p. 15.

(81) Ernesto Antonio Massanes Cunha, Estudo Descritivo da Viação Ferrea do Brazil Organizado na Comissao Central de Estudos e Construcao de Estradas de Ferro, Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1909, p. 320, grifo meu.

(82) Antonio Rocha Penteado e Pasquale Petrone, "São Caetano do Sul e Osasco, subúrbios industriais", in Associação dos Geógrafos Brasileiros, A Cidade de São Paulo, vol. IV, Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1958, p. 69; Octaviano A. Gaiarsa, A Cidade que Dormiu Três Seculos, cit., p. 69; José de Souza Martins, "A Indústria em São Caetano do Sul" News Seller, Suplemento Especial, 28 de julho de 1960, p. 2.

(83) "São Caetano Progride (O seu futuro e sua valorização)", O Progresso, ano 1, nº 2, 1915, apud Ítalo Dal'Mas, São Caetano do Sul e Seus Fundadores, cit., p. 101.

carvão, os extrativistas podiam contar com o mercado constituído pelas indústrias que consumiam lenha como combustível e utilizavam o capim na embalagem de seus produtos. O setor extrativo constituiu-se, assim, numa retaguarda de absorção das flutuações de emprêgo nas indústrias e de absorção da mão-de-obra liberada pela agricultura antieconômica.

A coexistência de ocupações agrícolas, extrativas e industriais, alcançando com diferente intensidade a população local, dificultando a sua definição como tipicamente operária, ou, então, definindo-a como população operária de modo singular, alimentou-se não apenas das características da indústria nas condições em que se dava a industrialização, mas também do grau de urbanização da localidade.

A indústria instalou-se num habitat rural, cuja população não havia sido alcançada pela diferenciação resultante da urbanização nem pelas condições materiais tipicamente urbanas (84). Bandeira Jr. assinalava, em 1901, que "Nenhum conforto tem o proletário nesta opulenta e formosa Capital. Os bairros em que mais se concentram, por serem os que contém maior número de fábricas, são os do Brás e do Bom Retiro. As casas são infectas, as ruas, na quase totalidade, não são calçadas, há falta de água para os mais necessários misteres, escassez de luz e de esgotos. O mesmo se dá em Agua Branca, Lapa, Ipiranga, São Caetano e outros pontos um pouco afastados" (85). Somente em 1911 a Prefeitura de São Bernardo abriu concorrência para a instalação de 12 combustores a

(84) No início, o Núcleo Colonial tinha apenas duas ruas. Uma, a de nº 1, aproveitando trecho da antiga estrada da Boça ao Caminho do Mar, que recebeu o nome de Rua Speers, em homenagem a um dos superintendentes da São Paulo Railway, e é hoje a rua Rio Branco. Outra, a de nº 2, saindo defronte da antiga capela e cortando em ângulo reto a primeira, recebeu o nome de rua Joaquim Cândido e é a atual rua Vinte e Oito de Julho. Cf. "Planta do Núcleo Colonial de S. Caetano", coleção da Seção de Cadastro e Urbanismo da Prefeitura Municipal de São Caetano do Sul; cf. também "Título de Propriedade de Colono" emitido em nome de Barile Carmine, 24 de fevereiro de 1891, Coleção do Museu Municipal de São Caetano do Sul.

(85) Antonio Francisco Bandeira Junior, A Indústria em São Paulo em 1901, cit., p. 15.

petróleo para iluminação pública em São Caetano (86). O cemitério, graças a uma subscrição pública da população local, só foi construído em 1911 (87). Nessa mesma época, o industrial Mariano Pamplona obteve privilégio para iniciar o serviço de águas e esgotos (88). Em 1911, também, um diretor de indústria foi eleito para representar a localidade na Câmara de São Bernardo (89). Vinte e cinco anos depois da instalação da primeira indústria, isto é, em 1915, é que teve início o serviço de fornecimento de energia elétrica (90). Um jornal local, ao que tudo indica ligado a uma empresa de loteamento de terrenos, que era distribuído gratuitamente, segundo parece para aproveitar o afluxo numeroso de pessoas que vinham a São Caetano em busca de um curandeiro chamado "São" Vicente (91), fazia ver aos seus leitores, em 1915, que: "À vila de São Caetano, está reservado um futuro brilhante, superando o de qualquer outro subúrbio da Capital, como seja: Lapa, Agua Branca e Ipiranga, onde têm-se valorizado os terrenos, a tal ponto, de não estarem mais ao alcance da bolsa do operário. Os referidos subúrbios desenvolveram-se sob o influxo das indústrias novas, que ali se estabeleceram, criando em cada um deles uma população operária numerosa, que exigiu o aproveitamento dos terrenos, não ocupados pelas fábricas, para as habitações operárias daí a valorização extraordinária dos terrenos. São Caetano começa a progredir e é certa a valorização dos seus terrenos. Acaba de ser inaugurada a luz elétrica, que representa um passo gigantesco para o progresso e desenvolvimento de um povo" (92). Assim, "aquêles terrenos, aquelas várzeas, aquêles morros, campos e capoeiras

(86) Octaviano A. Gaiarsa, A Cidade Que Dormiu Três Séculos, cit., p. 71.

(87) Subscrição para aquisição de um terreno destinado ao cemitério em S. Caetano, districto de S. Bernardo, manuscrito, Coleção do Museu Municipal de São Caetano do Sul.

(88) João Netto Caldeira, Album de São Bernardo, cit.

(89) Ibiden.

(90) "São Caetano Progride", cit., e "Carta de um Caipira (A proposito da inauguração da luz electrica)" in O Progresso, Anno 1, nº 2, 1915, apud Ítalo Dal'Mas, São Caetano do Sul e Seus Fundadores, cit., p. 102-103.

(91) N. Perrella, Entre as "Torbas" de São Caetano, cit., p. 83-86.

(92) "São Caetano Progride", cit., apud Ítalo Dal'Mas, São Caetano do Sul e Seus Fundadores, cit., p. 102.

iam tomando agora uma outra feição ... Ali já estavam corridos e esticados longos fios de arame farpado, eram cercas e mais cercas em todos os lados que se avistavam. Eram novos proprietários que iam cercando e construindo as terras por eles adquiridas" (93).

Os loteamentos fizeram-se, pois, ligados à instalação de novas indústrias. A possibilidade de emprêgo nas fábricas foi até mesmo utilizada na propaganda dos terrenos: "Dentro de alguns meses, será iniciada a construção de uma importante fábrica de tecidos, que dará serviço a algumas centenas de operários" (94).

A urbanização, portanto, foi um fenômeno posterior ao da industrialização. Em consequência, os elementos culturais urbanos não podiam compor plenamente a situação social dos colonos e seus descendentes.

Todavia, pode-se distinguir dois momentos no processo: um que é o de desorganização dos fundamentos agrários do grupo local, no início dos anos noventa. Outro, que é o da diversificação das oportunidades ocupacionais gerada pelas olarias e pelas indústrias, não obstante a persistência dos caracteres rurais da situação. É importante assinalar êsses dois momentos porque êles contêm os limites de caracterização do trabalhador que afinal surgiu como produto extremo e necessário do processo aqui analisado.

Embora o advento da indústria tenha marcado as transformações, subsequentes à crise agrícola, na situação do núcleo colonial, não produziu nenhuma alteração substancial visível nas condições de vida do colono. Apenas acrescentou um novo dado à caracterização dessas condições como periféricas no conjunto da economia colonial.

A localização das indústrias orientou-se pela necessidade de produzir capital a partir das possibilidades surgidas com a especulação imobiliária resultante da expansão geográfica da cidade, causada pela penetração do café no Oeste e consequente trans-

(93) N. Perrella, Entre as "Torbas" de São Caetano, cit., p. 91.

(94) "São Caetano Progride", cit., apud Ítalo Dal'Mas, São Caetano do Sul e Seus Fundadores, cit., p. 101, grifo meu.

formação da capital em eixo econômico da cafeicultura. A especulação representou para a indústria nascente uma técnica de transferência de renda da economia exportadora e sua acumulação como capital nas mãos do industrial. Entretanto, as condições de reprodução desse capital apresentaram-se claudicantes por força da instabilidade dos mercados, oriunda da bilateralidade necessária da economia colonial, como exportadora de matérias-primas e importadora de manufaturados. Para o próprio empresário, a indústria assumiu um papel acessório no conjunto dos seus empreendimentos.

O emprego derivado da atividade industrial apresentou-se, assim, precário, jungido que estava às vacilações nas relações de intercâmbio entre a economia exportadora e a economia internacional. Tanto quanto a agricultura de subsistência no núcleo colonial, também a indústria se definia pela mediação necessária da grande lavoura. A produção de mercadorias estabelecia um liame entre a população local e o mercado que era canalizador de possibilidades e limites para aquela. A sua situação se definia "de fora". A pauperização não se exprimia, portanto, como momento crítico, mas como modo de ser do colono, que desabrochava a cada tentativa de realizar a autonomia suposta na condição de pequeno proprietário. As descontinuidades da sua situação não fluíam primariamente dessa condição, não caíam no âmbito do seu domínio.

4. Mobilidade e conformismo

A situação do migrante apresentou-se, em consequência, duplamente polarizada. Num plano marcado pela mediação da grande lavoura e noutro pela presunível autonomia do pequeno proprietário.

Mal duplicidade exprimiu-se não só no pauperismo, na concentração da propriedade da terra e na localização da indústria, mas também na ausência de reciprocidade de sentido na interação entre o migrante e os que se situavam no polo dominante da sociedade inclusiva. Ausência de reciprocidade definida pelo impossível entendimento das intenções do migrante quando manifestadas em

desacôrdo com os pressupostos da política de colonização. A ambivalência desta só o era "internamente" enquanto discrepância no modo de encarar a substituição do escravo. Não havia ambivalência, porém, nos seus resultados para o imigrante.

Exemplo da situação é o que se apreende num acontecimento imediato à instalação do núcleo colonial. Imediatamente após a chegada, vários colonos de São Caetano reivindicaram a transferência para Santa Catarina, alegando que parentes seus haviam sido localizados naquela província. O pedido foi indeferido, depois de ouvida a Inspetoria Geral de Terras e Colonização, sob o argumento de que lá havia colonos esperando oportunidade para instalação (95). A solicitação foi feita a despeito de os imigrantes terem assumido compromisso de instalarem-se onde o governo determinasse na província de São Paulo (96).

A interpretação dessa reivindicação pela imprensa da época, que via de regra exprimia os interesses diretos ou indiretos da grande lavoura, é um indicador da descontinuidade entre o seu possível significado para o colono e o seu significado para os estratos dominantes. Um dos jornais registrou a informação como boato, dizendo que os colonos "fizeram questão a respeito da alimentação que se lhes dá, e pretendem retirar-se" (97). Como não se tinha certeza a respeito da natureza da queixa, as expectativas sobre as causas de problemas na absorção do imigrante definiram por hipótese a reivindicação. Um outro jornal, analisando os motivos do pedido, concluiu que "não têm fundamento" (98).

(95) Ofício de Alfredo Rodrigues Fernandes Chaves, Inspetor Geral de Terras e Colonização, a Sebastião José Pereira, presidente da Província de São Paulo, Rio de Janeiro, 13 de agosto de 1877. Departamento do Arquivo do Estado, "Colônias", Anos 1870-1877, Caixa 3, manuscrito.

(96) "Emigrazione al Brasile - Vantaggi Offeriti Agli Emigranti", Genova, 30 Giugno 1877, documento assinado por Peruch Giovanni, Coleção do Museu Municipal de São Caetano do Sul.

(97) "Colonos Desgostosos", A Província de S. Paulo, 5 de agosto de 1877, p. 3.

(98) "Colonos Desgostosos", Diário de São Paulo, 7 de agosto de 1877, p. 2.

O acontecimento é revelador dos limites da mobilidade e do querer do imigrante. A liberdade de localização, na condição de pequeno proprietário de lote colonial, permanecia subjugada aos interesses representados na política de colonização. O seu querer ficava circunscrito à esfera de liberdade congruente com a efetivação daquela política, como mostra a equivocada suposição de que a queixa possível para o imigrante dizia respeito ao tipo de alimentação que lhe fornecia o Estado.

Mesmo despojando-se da propriedade da terra ou relegando-a a uma participação secundária na sua economia familiar o colono não se defrontava com condições históricas que lhe permitissem superar a coerção decorrente da articulação da sociedade em torno da economia colonial. A precária diferenciação da economia e da sociedade brasileiras de então não lhe oferecia senão, fora da dependência exclusiva da pequena propriedade, uma faixa de mobilidade que ia apenas da situação marginal dos antigos agregados, foreiros e posseiros até as ocupações no cerne da agricultura de exportação e suas variantes mais sofisticadas no artesanato e no comércio urbanos.

Logo no início do funcionamento do núcleo de São Bernardo, em 1879, "apesar da distância, os pedreiros, marceneiros e mais artistas trabalhavam na Paulicéia, regressando ao sábado para passarem o domingo com a família" (99), enquanto que os colonos sem habilidades artesanais apenas cultivavam os seus lotes. Para os que não tinham profissão, as condições de emprego eram mais difíceis e já em 1883 os vereadores notavam "o incremento que diariamente vai tendo esta Capital e o grande número de mendigos que vagam pelas ruas implorando a caridade pública" (100). Além do mais, fora do trabalho no artesanato ou na cafeicultura, os salários eram muito baixos. A Inspetoria de Terras, por exemplo, quando empregava colonos na construção de estradas e caminhos nos núcleos pagava-lhes, em 1889, apenas Rs. 1\$500 por dia (101). Uma autora,

(99) Henrique Raffard, "Alguns Dias na Paulicéia", cit., p. 211.

(100) Atas da Câmara da Cidade de S. Paulo - 1883, vol. LXIX, Departamento de Cultura, 1951, p. 232.

(101) Relatório da Inspetoria Especial de Terras e Colonização, 26 de maio de 1890, cit., p. 17.

já citada, observou que, no redor de 1883, os salários variavam de Rs. 0\$400 a 2\$000 por dia nas várias regiões da província (102). Em São Bernardo, após a inflação do "Ensilhamento", os trabalhadores agrícolas, quando tinham emprego, recebiam Rs. 2\$500 por dia.

As alternativas que o imigrante tinha pela frente ou diziam respeito à inserção direta na cafeicultura já saturada de braços, ou nas ocupações dela derivadas, mas de qualquer modo permanecendo o seu horizonte de vida marcado pela economia de exportação. Não havia alternativa na pequena lavoura; havia apenas para o pequeno proprietário, despojado dessa condição.

O movimento da população local, entre 1877 e 1889, constituiu a evidência de que a aparente acitação das condições adversas do núcleo colonial não constituiu senão o resultado de uma situação em que a mobilidade a rigor se fazia no âmbito da pobreza. Os colonos alcançados pela pauperização ou pela perda da propriedade da terra foram aqueles para os quais não houve outra oportunidade que a de se dedicarem à extração de madeira ou lenha, capim e produção de carvão, afora os casos em menor número dos dotados de habilidades artesanais que puderam abandonar de vez as atividades agrícolas.

Uma compreensão melhor de como se deu esse peneiramento pode ser obtida se dividirmos os movimentos de população em três fases. A primeira vai desde a instalação do núcleo colonial até aproximadamente a sua emancipação (1877 a 1879). A segunda abrange a fase de abandono pelo governo (1879 a 1887). E a terceira compreende o período de reorganização e atribuição de novas funções (1887 a 1889).

Nos primeiros três meses posteriores à sua instalação, o núcleo recebeu mais 44 imigrantes e perdeu 21 (13,5% dos que entraram até então) que dele saíram (quadro XV). Do mesmo modo o saldo líquido de entradas e nascimentos, descontadas as saídas e

(102) Emília Viotti da Costa, Da Senzala à Colônia, cit., p.195.

óbitos, entre 20 de outubro de 1877 e fins de 1879, foi de 45 novos habitantes. O maior crescimento ocorreu entre dezembro de 1877 e abril de 1878, quando a população passou de 118 para 161

XV - Movimento da população (1877-1879)

<u>Período</u>	<u>Entra- das</u>	<u>Sai- das</u>	<u>Nasci- mentos</u>	<u>Óbi- tos</u>	<u>População Presente</u>
28.7.1877	-	-	-	-	112
28.7,1877/20.10.1877	156	21	4	18	121
Agto.1877/dez. 1877	-	-	-	-	118
28.7.1877/fins 1879	-	-	16	31	169

FONTES - Relatorio apresentado ao Exmo. Snr. Presidente da Provincia de São Paulo pelo Bel. Leopoldo Jose da Silva, manuscrito, 20 de outubro de 1877, cit., fl. 7; Henrique Raffard, "Alguns Dias na Paulicea", cit.; Relatorio da Inspectoria Especial de Terras e Colonização, 1890, cit., p. 25; João Lins Vieira Cansanção de Sinimbu, Relatorio Apresentado Á Assembleia Geral na Segunda Sessão da Decima Setima Legislatura Pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, cit., p. 59.

habitantes. Nota-se, então, duas tendências: uma inicial de localização de pequenos grupos de colonos e outra posterior de introdução de grandes grupos. Do mesmo modo, pelos dados citados, o movimento de saídas foi maior no início, declinando em seguida.

Na terceira fase (quadro XVI), a de reorganização do núcleo, a colocação de imigrantes concentrou-se em períodos relativamente curtos. Isso se nota porque só houve modificação expressiva no número de habitantes entre o período anterior a maio de 1887 e fins desse ano. Antes de maio havia 150 adultos. Até dezembro de 1887 entraram mais 61. O núcleo deveria ter, então, 211 adultos. Mas em abril de 1888 tinha apenas 187, ou seja, apenas mais 37. Supondo-se que entre dezembro de 1887 e abril de 1888 não tivesse entrado mais ninguém (o que é pouco verossímil, pois

os 12 adultos assinalados entraram ao que parece nos primeiros meses dêsse último ano) temos então que houve saída ou falecimento de 24 adultos em menos de um ano (cêrca de 10%). Para uma morta-

XVI - Entradas de imigrantes italianos (1887 a 1889)

<u>Período</u>	<u>Crianças</u>	<u>Adultos</u>	<u>Total</u>
30.5.1887/25.10.1888	26	73	99
1.1.1888/26.10.1888	7	12	19
30.5.1887/31.12.1887	19	61	80
Março de 1889	-	1	1

FONTES - Relatorio dos trabalhos da extincta Comissão de Terras e Colonização da Provincia de Sao Paulo, cit., p. 51 ; Joao Bernardo da Silva, Relatorio da Inspectoria Especial de Terras e Colonização, 1889, cit., p. 25, anexo.

lidade assim alta não houve razão aparente, embora tenha se dado no núcleo uma epidemia de varíola entre junho e novembro de 1887, em relação à qual não foram registradas consequências graves(103). Com exceção do grupo de idade até 10 anos, que tinha 5,8% mais do que deveria ter, computadas apenas as 19 entradas, o outro grupo etário tinha 11,4% menos do que deveria, somada a população anterior às entradas nas respectivas faixas de idade. É possível supor, então, que o crescimento menor da população adulta em relação à infantil não se deva a mortalidade de causas epidêmicas e nem mesmo a uma taxa normal relativamente alta de mortalidade agora, dado que fôra mínima quando de uma epidemia de tifo na primeira fase. As indicações favorecem, portanto, a suposição do êxodo de colonos.

(103) Relatorio Apresentado Á Assembléa Legislativa Provincial de Sao Paulo Pelo Presidente da Provincia Exm. Snr. Dr. Francisco de Paula Rodrigues Alves no Dia 10 de Janeiro de 1888, cit., p. 37 e 124.

No período intermediário (1879-1886) o número de habitantes cresceu em 73 pessoas e até 1887 em 82 pessoas. Apenas três novos italianos vieram juntar-se aos já existentes. O predomínio do crescimento da população brasileira mostra que nessa fase o crescimento se deveu quase que exclusivamente aos nascimentos e à entrada de imigrantes que provavelmente se fixaram antes em outras localidades (104).

Conclui-se, portanto, dessas informações relativamente precárias, que as saídas de colonos devem ter-se concentrado nos períodos de maior número de entradas. Isso nos faz supor que as saídas referem-se a imigrantes que desde logo não julgaram satisfatórias as condições de vida no núcleo colonial. Por outro lado, quando em 1887 foi feita a medição definitiva dos lotes, estes eram em número de 74, dos quais 28 desocupados (105). Ocupados, portanto, 46 entre rústicos e urbanos, ou seja, o mesmo número já ocupado em 1879. Em consequência, é notório que os colonos que recebem lotes permaneceram no núcleo colonial, pelo menos até então, enquanto que os que saíram não chegaram a receber os seus terrenos, ressalvada a possibilidade de transferências de propriedade de uns colonos para outros. Permaneceram no núcleo colonial, pois, os que se conformaram com as condições existentes e que não tinham alternativa para delas saírem. Em face da situação, o núcleo colonial tendeu a preservar uma população de características convergentes.

O núcleo colonial transparece, assim, com a sua feição derradeira e básica: aglomerado de membros do exército de reserva constituído primordialmente em função da grande lavoura, mas secundariamente referido também aos outros setores gerados por ela.

(104) João Netto Caldeira, Album de São Bernardo, cit. Ver especialmente as biografias publicadas por esse autor.

(105) Relatório Apresentado À Assembléa Legislativa Provincial de São Paulo Pelo Presidente da Provincia Exm. Snr. Dr. Francisco de Paula Rodrigues Alves no Dia 10 de Janeiro de 1888 cit.

As características convergentes da população local traduziram-se no conformismo, que deve ser entendido não como traço psicológico, mas como adesão inevitável a uma forma de querer ditada unilateralmente pela sociedade centrada na economia colonial, como requisito da sua recriação contínua. Nesse sentido, a mobilidade observada em alguns também foi uma expressão de conformismo. O querer possível para o colono resultou de processos gerados pela economia de exportação e constituiu-se, pois, num querer alienador.

Capítulo IV

TRABALHO E COMUNIDADE

1. Categorização racial do imigrante:

A definição da situação do colono a partir de interês - ses gerados no âmbito da grande lavoura, inculcando-lhe por meio da vivência do pauperismo e da marginalidade um querer alienador, fêz dêsse querer apenas o princípio caracterizador do modo peculiar de integração do imigrante na sociedade brasileira. A sua condição de objeto de processos inclusivos alheios ao seu domínio, manifestados na decisão de emigrar e a partir dela vivenciados, com maior ou menor intensidade, não podia completar-se senão nos este reótipos capazes de categorizar os seus contatos na sociedade de adoção.

As ambivalências contidas na política imigrantista, resultantes, como vimos, das duas concepções em presença, quanto ao modo de integrar o imigrante na economia brasileira - de um lado a pequena propriedade e de outro a grande lavoura - num plano não persistiam: no da categorização racial do colono e do imigrante.

Entre os defensores da colonização havia grande preconceito contra caboclos, chineses, turcos e outros (1) com os quais, entendiam, não seria possível instituir no país uma agricultura moderna.

(1) Michael M. Hall, ob. cit., p. 47-77.

O sentido que acabou predominando na política imigran-
tista, conciliando o acesso à pequena propriedade com a demanda de
fôrça-de-trabalho pela grande lavoura, tal como se exprimiu no
discurso de Antônio Prado, referido no primeiro capítulo, apesar
da aparência em contrário, incorporou a categorização racial fei-
ta pelos ideólogos da colonização.

No mesmo discurso, Prado definiu como atributos desejá-
veis da família imigrante o ser "morigerada, sóbria e laboriosa".
A questão prevalecte era a de saber onde encontrar imigrantes
com essas qualidades, pois sendo a imigração subvencionada um in-
vestimento do Estado, necessário se fazia diminuir os seus riscos
de modo a que fosse importado o maior número de trabalhadores que
com maior probabilidade tivessem aquelas características. Ainda
aí se acentuava a condição do imigrante como objeto.

Diferentes nacionalidades passaram a ser associadas po-
sitiva ou negativamente com aquêles atributos. Diversos pronun-
ciamentos de pessoas identificadas com os interesses da grande la-
voura mostram quais as características ressaltadas em cada nacio-
nalidade. Já em 1863 um deputado em discurso na Assembléia Pro-
vincial, atribuindo culpa aos agenciadores de imigrantes, dizia
que "a lavoura do país, em vez de adquirir braços apropriados pa-
ra os serviços agrícolas tem feito aquisição do rebutalho das po-
pulações da Suíça e da Alemanha. Réus de polícia, homens de maus
costumes, homens que ainda há pouco tempo habitavam as galés da-
queles países têm sido importados para o nosso a título de colo-
nos, e aqui nós os temos visto abandonar os proprietários para
irem estabelecer-se com pequenas tabernas ao longo das estradas.
Não é desta colonização que o país precisa" (2). O aspecto nega-
tivo principal não era evidentemente o da vida progressa do imi-
grante, embora o queixoso apresentasse-a como se o fôsse. O país
precisava de uma colonização em que o imigrante não abandonasse o
proprietário, caso em que não seria, provavelmente, necessário qua-
lificar o trabalhador pelo seu presunível passado. Delden Laerne

(2) Enília Viotti da Costa, ob. cit., p. 90. Grifos meus em subs-
tituição aos originais.

registrou que "segundo o Senador Diogo Velho, é em vão que se procura engajar os imigrantes portugueses para a grande lavoura. Preferem trabalhar como diaristas nas grandes cidades" (3).

O imigrante que contou com as apreciações mais favoráveis foi o italiano. Martinho Prado, também em discurso na Assembléia Provincial, em 1884, assinalando o êxito da imigração italiana, dizia que "a ignorância levava os nossos lavradores a julgar o italiano inapto para a lavoura" (4). E êle próprio, em outra ocasião, num relatório à diretoria da Sociedade Promotora da Imigração, justificava a política de preferência nacional e até regional na seleção do imigrante: "Se a Sociedade Promotora até hoje tem introduzido somente italianos, e do norte, não o fêz por sistema, procurando afastar os de outras procedências. O motivo principal foi o já apontado, da preferência para os que são chamados, além da grande procura e predileção pelos trabalhadores desta nacionalidade, perfeitamente adaptados pela moralidade e incedível amor ao trabalho, aos nossos desejos, se nos quisermos pronunciar com imparcialidade e justiça" (5). E mesmo o presidente da província testemunhava, em 1888, que "os imigrantes italianos em sua generalidade são laboriosos; e todos, homens, mulheres e crianças válidos, dedicam-se, sem certas preocupações de vaidade, que às vêzes aparecem dentre os nacionais, a todos os misteres necessários" (6). Numa frase já citada em outra parte deste trabalho, Delden Laerne resumiu o sentido da avaliação positiva do imigrante italiano constante de depoimentos como os anteriores: "Os colonos italianos, sobretudo os do norte da Itália, satisfazem melhor aos proprietários. Contentam-se com pouco, são muito economicos e mais fáceis de dirigir que os colonos alemães, que parecem ter aversão pela cultura de café" (7).

(3) C. F. Wan Delden Laerne, ob. cit., p. 116.

(4) Paula Beiguelman, ob. cit., p. 91.

(5) Ibidem, p. 102, grifos meus.

(6) Ibidem, p. 94.

(7) C. F. Wan Delden Laerne, ob. cit., p. 116.

Dois aspectos devem ser sublinhados na avaliação positiva contida no estereótipo do inigrante (no caso, o italiano). Um diz respeito ao ascetismo definidor de um estilo de vida: consumo reduzido, contunácia no trabalho e aceitação da forma de existência objetivamente dada. Outro diz respeito a que esse ascetismo era o mesmo definido na ética do trabalhador aceitável pela grande lavoura. O estereótipo não dizia respeito às qualidades intrínsecas do inigrante, mas àquelas que podiam ser abstraídas em função da ideologia trabalhista da grande lavoura. O estereótipo trazia primordialmente, em termos de nacionalidade, o que era, com efeito, expressão exclusiva das necessidades de preservação da economia colonial. Por isso, o inigrante do estereótipo apresentava como qualidade fundamental a de ser proposto como objeto, dotado inclusive da docilidade que então se atribuía ao negro cativo.

Mas, não só se estabeleceu a partir daí uma hierarquização entre os inigrantes de diferentes nacionalidades quanto ao serem portadores, em vários graus, de tais caracteres, como também a sociedade foi, a rigor, dividida em dois grandes grupos quanto à manipulação das diferentes possibilidades de emprego: "O inigrante aparece como lídimo agente do trabalho livre e assalariado, ao mesmo tempo que monopoliza, praticamente, as oportunidades reais de classificação econômica e de ascensão social, abertas pela desagregação do regime servil e pela constituição da sociedade de classes" (8). De um lado estavam os inigrantes e de outros os "nacionais", como eram chamados os negros, mulatos e caboclos.

Identificar-se com a nacionalidade significava, pois, implicitamente ajustar-se às expectativas constituidoras da sociedade apoiada na economia colonial. Devido a essa adequação, inigrantes oriundos de uma Itália recém unificada, habituados a conhecerem-se antes como lombardos, vênnetos, romanos, napolitanos etc. (9) passaram a ser denominados exclusivamente italianos.

(8) Florestan Fernandes, A Integração do Negro à Sociedade de Classes, cit., p. 15.

(9) Alfredo Ellis Junior, A Evolução da Economia Paulista e suas causas, Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1957, p. 68-69.

Assim, no caso da população do tipo aqui estudada, ser italiano não era apenas incorporar a designação do estereótipo. Era também ser definido em função dos fundamentos objetivos do estereótipo e das contradições que os produziram. Era estar preso à condição de componente do exército de reserva, era suportar a pequena propriedade numa economia que não podia suportar a divisão do trabalho, era admitir a propriedade privada da terra como premissa para a sua existência mesmo que, na verdade, fôsse premissa para a grande lavoura.

A presença do colono, decorrendo de intenções elaboradas ao nível dos interesses dos estratos dominantes, trouxe para o meio em que se localizara a discriminação da propriedade da terra e, como resultado, a destruição potencial dos meios de existência dos antigos posseiros. O colono simbolizava a implantação da propriedade privada da terra e a consequente liquidação do uso privado da terra comum por eles. A posse pura e simples e o aforamento de trechos dos latifúndios, com a implantação da pequena propriedade através do inigrante, eram substituídos pela necessidade de compra da terra. Embora os inigrantes estivessem marcados pelo trabalho camponês e pelos vínculos sociais de tipo comunitário, na prática estavam presos à negação dessa forma de vida.

Devida à natureza categórica do contato entre inigrantes e moradores, incluindo as dificuldades de comunicação entre os dois grupos, sobretudo as relativas ao idioma, a mercantilização transparecia como um atributo ligado inquestionavelmente aos primeiros. No núcleo de Santana, o governo da província teve que exigir da Câmara "providências para execução das posturas municipais, a fim de serem punidos alguns indivíduos residentes no Bairro (...) que têm arrombado a porteira e aberto passagem nos valos da Fazenda do mesmo nome para entrada de animais que vão prejudicar as plantações dos inigrantes ali estabelecidos" (10). Lá, as terras da antiga fazenda jesuítica, expropriada na época pombalina, continuaram sendo encaradas como terras de uso comum,

(10) Atas da Câmara da Cidade de São Paulo - 1877, vol. LXIII, cit., p. 201.

desconsiderada a sua recente reapropriação privada. Em São Bernardo houve uma ocorrência com o mesmo significado. Os moradores pediram à Câmara providências para que um colono italiano não construísse "nas ruas daquela Freguesia um açude e moinho que está fazendo com grave prejuízo dos habitantes da localidade, visto que com essa construção ficam os moradores sem água limpa para beber por ser feito o açude sobre o rio dos Couros que corre na freguesia e de cujas águas se serve a população" (11). Neste caso, a utilização particular contrária ao uso público foi o motivo da reclamação.

Os dois acontecimentos denotam um fato único: a oposição entre interesses de colonos e de antigos moradores. Do lado destes há indícios para crer-se numa diversificação de interesses. De uma parte os posseiros e forceiros desejosos de preservar os fundamentos materiais da sua existência, isto é o uso comum dos recursos naturais. De outra parte, os fazendeiros e comerciantes, que não eram beneficiários diretos da imigração e da colonização ou que sofriam a concorrência do imigrante. A reclamação dos moradores da freguesia de São Bernardo levou a Câmara a embargar a obra do colono porque "não podia deixar de atender a representação ora feita pelos habitantes do lugar, visto como figuro pessoas ali consideradas nas assinaturas da representação" (12). Como o colono reclamasse, a Câmara designou uma comissão para visitar o local e dar um parecer, a qual concluiu que "em solução têm a declarar que a reclamação dêsse imigrante é justa, e o ato da Câmara pelo qual se mandou fazer o dito embargo é violento e desarrazoado; que a representação que serviu de base à deliberação da Câmara é inverídica e suspeita, e está assinada até por indivíduos moradores a uma légua de distância do referido moinho; em suma, tal moinho não impede o curso das águas, nem causa infração das Posturas" (13). Quase ao mesmo tempo, dirigiram-se à Câmara "vá

(11) Atas da Câmara da Cidade de S. Paulo - 1881, vol. LXVII, cit., p. 105.

(12) Ibiden, p. 105, grifo meu.

(13) Ibiden, p. 100-101, grifo meu.

rios assinados moradores e negociantes da Freguesia de São Bernardo reclamando contra o fato de haverem negociantes italianos naquela Freguesia que têm negócio e não pagam direitos" (14). A hostilidade contra o inigrante, embora diversamente motivada nas várias camadas da população, tendia por uma dinâmica própria a se constituir num processo de afastamento entre colonos e outros moradores, com implicações aparentemente descabidas, como a recusa do vigário de São Bernardo de aceitar no cemitério da sua freguesia cadáveres provenientes de São Caetano, sob alegação de falta de espaço (15) ou, então, a do chefe da estação ferroviária, por ocasião de um conflito entre ~~inigrantes~~ italianos, em que houve vários feridos, quando não quiz expedir um telegrama dos colonos ao chefe de polícia, "embora lho pagassen" (16).

Conquanto colonos e antigos moradores participassem tendencialmente da mesma situação histórica, a mediação da economia colonial propunha-os a si próprios como grupos objetivamente raciais, dividindo-os e confrontando-os, de modo que a categorização do inigrante, conforme determinados atributos, pela sociedade inclusiva, levava-o a um relacionamento tenso e discriminatório com os outros grupos. Nesse relacionamento e na segregação que produzia é que o inigrante podia se descobrir como italiano.

2. Transformação do colono em italiano

O fundamento da aceitação da categorização racial pelo inigrante era de cunho competitivo, dado que por ela se filtravam as oportunidades na sociedade de adoção. Aparentemente havia uma

(14) Ibiden, p. 108.

(15) Carta do vigário Tomás Inocêncio Lustosa, de São Bernardo, a José Antônio Veira de Castro Junior, encarregado do serviço de colonos em São Caetano, 15 de outubro de 1877, Departamento do Arquivo do Estado, "Colônias", Anos 1870-1877, Caixa 3, manuscrito.

(16) "Desordens em São Caetano", A Província de S. Paulo, 20 de setembro de 1887, nº 3.741, p. 2.

incongruência quando o colono (teoricamente trabalhador independente) a aceitava, pois ela supunha a competição pelas oportunidades de emprego. Mesmo antes da crise do núcleo colonial, antes, portanto, da população do núcleo se caracterizar mais nitidamente como parte do exército de reserva, um dos colonos afirmava: "Apesar de encontrar-se pessoas que duvidem da prosperidade da viticultura, garantimos o mais próspero desenvolvimento do progresso da futura fonte de renda desta indústria na fértil província de São Paulo, com a plantação das vinhas que tem havido nestes últimos anos, principalmente nos núcleos coloniais da província, e por aí poderão mais uma vez avaliar a dedicação dos imigrantes italianos" (17).

Não há porém incongruência, pois a ideologia trabalhista da grande lavoura tinha dois componentes fundamentais: trabalho e êxito. A categorização racial operava em ambos. No primeiro, como critério de seleção de trabalhadores e, no segundo, como prova da sua validade. Em qualquer dos casos, portanto, o imigrante, vendo-se como italiano, via-se conforme as regras próprias de um mercado de trabalho livre, que pressupõem a individualização do sujeito enquanto trabalhador e a sua competição pelas oportunidades de emprego e por aquilo que pode reter do seu próprio trabalho.

Justamente porque a categorização racial adquiria sentido a partir do funcionamento do mercado de trabalho, a localização de estabelecimentos industriais no núcleo colonial, em sequência à pauperização que o alcançara, não implicava, necessariamente, na absorção preferencial dos colonos que poderiam encontrar na indústria uma alternativa para as suas condições.

A mão-de-obra local era de origem agrícola e nem todas as novas tarefas podiam ser desempenhadas por ela. A demanda de trabalhadores no novo setor ultrapassava os limites da localidade. Tanto que, em 1901, Bandeira Junior notava que na Fábrica Pamplona havia uma "proporção de 2 nacionais para 100 estrangeiros" (18).

(17) Enilio Rossi, respostas aos 11 quesitos..., cit., p. 34.

(18) Antonio Francisco Bandeira Júnior, A Indústria no Estado de São Paulo em 1901, cit., p. 41.

E na Fábrica de Fornicida os operários eram "todos nacionais" (19). Embora o valor desses dados seja restrito, uma vez que o autornão definiu o que classificara como "estrangeiro" (se aí incluiu ou não o descendente do imigrante) ou como "nacional", evidenciam a preocupação com a origem nacional do operário e a sua importância na constituição do mercado de trabalho para a indústria. O confronto entre "estrangeiros" e "nacionais" sendo incorporado como critério no recrutamento de trabalhadores industriais revalidou os procedimentos nesse sentido elaborados pela grande lavoura. Entretanto, como a categorização racial tinha por função selecionar os trabalhadores mais adequados à reprodução do capital, ela não excluía, obviamente, a diversificação do mercado de trabalho implícita na organização técnica dos estabelecimentos, ainda que incipiente.

O surgimento de indústrias na localidade, conseqüente - mente, não atenuava os efeitos da categorização racial. Ao contrário, "trazia" o mercado de trabalho para mais perto do colono, tornando mais próxima e imediata a competição, efetiva ou latente, pelas oportunidades ocupacionais, ainda assim escassas, e mais aguda a importância da categorização racial.

A identidade daí decorrente, manifestou-se sob forma de solidariedade na fundação da Società di Mutuo Soccorso "Principe di Napoli", em 1892, como associação exclusiva de italianos e descendentes, destinada a "atenuar os sofrimentos e as necessidades atrozés dos primeiros tempos" (20). Entre as suas finalidades, incluía o pagamento de consulta médica (21), remédios (22), despesas funerárias (23) e subsídio diário durante período de doença, que era de um mil réis em 1894 (24). Para entrar na sociedade e

(19) Ibidem, p. 49.

(20) João Netto Caldeira, Album de São Bernardo, cit.

(21) Livro de Atas da "Società di Mutuo Soccorso Principe di Napoli" de São Caetano (1892-1911), Verbale nº 30, 4 de agosto de 1895.

(22) Ibidem, Verbale nº 63, 6 de outubro de 1901.

(23) Ibidem, Verbale nº 34, 2 de fevereiro de 1896.

(24) Ibidem, Verbale nº 27, 16 de dezembro de 1894.

"ter assistência na mesma entrada" devia-se pagar a "taxa de 55\$000 Rs" ou, então, com "cinco mil réis de entrada e dois do estatuto, pagando os dois mil réis mensais, ao fim de um ano (o sócio) terá a sua assistência" (25). Os recursos da sociedade eram angariados nas mensalidades dos sócios, em donativos especiais ou devolução de subsídios por parte dos que pudessem dispor de tais recursos, em festas públicas (nas quais se realizavam leilões de prendas, jogos etc.) ou no estabelecimento de taxa extra em ocasiões especiais, como em 2 de agosto de 1896 quando se deliberou "pagar uma taxa de (...) cinco mil réis para manter a sociedade de vido aos desastres da doença que tivemos" (26).

A pobreza da maior parte da população e, mesmo, a deficiência das condições materiais do núcleo colonial, como o médico que precisava ser chamado do Brás, a farmácia que tinha que ser procurada na Capital (27) ou em São Bernardo (28), o cemitério que devia ser alcançado no Brás ou na Quarta Parada (29), eram outros fatores na acentuação da solidariedade da população. Esses problemas já existiam desde a instalação do núcleo e quanto mais recuarmos no tempo maior a sua gravidade. Nota-se, por outro lado, que a reiteração de normas e agravamento das penas é mais frequente com o passar do tempo. O estabelecimento de indústrias e

(25) Ibidem, Verbale nº 32, 1 de dezembro de 1895.

(26) Ibidem, Verbale nº 37, 2 de agosto de 1896.

(27) Ibidem, Verbale nº 63, 6 de outubro de 1901.

(28) Ibidem, Verbale nº 71, 2 de agosto de 1903.

(29) [José Honen Bittencourt], "São Caetano - monumento de progresso plantado pela tenacidade italiana no solo brasileiro", Jornal de São Caetano, 25 de julho de 1948, ano III, núm. 54, p. 1 e 14 (reprodução de informações de uma entrevista com o sr. Pedro Thomé, filho do colono Tonaso Thomé); Ulysses Spinello, "Um depoimento valioso: João Spinello editou o primeiro jornal de São Caetano", News Seller, cit., p. 3.

a diferenciação da população que daí resultou tenderam, segundo êsses indícios, não só a acentuar a identificação nacional entre os imigrantes, mas, contraditoriamente, a nitigar a solidariedade interna entre êles; daí a insistência na elaboração de normas que preservassem os vínculos de interdependência. A própria organização da Sociedade consistiu na formalização dessa interdependência, como recurso para a sua preservação. Houve um momento em que se decidiu até mesmo "não aceitar donissão de ninguém, a não ser por escrito e com motivo relevante" (30).

A acentuação das identificações entre os colonos tem como indicadores os símbolos utilizados. A sua sociedade recebeu a denominação de "Principe di Napoli" (...) "em homenagem ao então príncipe herdeiro da Itália" (31). A sede social foi inaugurada solenemente no dia 14 de março de 1892, "data da Pronulgação da Constituinte (sic) Italiana" (32). A sua banda de música tocou o hino de "Casa Savóia" em honra da casa reinante na Itália. Manifestação com o mesmo sentido ocorreu em agosto de 1900, quando os sócios decidiram pagar uma taxa de um mil réis cada um "para efetuar uma missa fúnebre pela alma do nosso Anado Rei Umberto I, Rei d'Itália" (33). Ou, ainda, em 1902, quando resolveram comprar uma bandeira italiana (34); em 1905, quando destinaram sessenta mil réis, por unanimidade, às vítimas do terremoto na Calábria (35); em 1906, quando aprovaram um auxílio, também de sessenta mil réis, ao Hospital Italiano Humberto I, da Capital (36); e nas três vezes registradas (1898, 1899 e 1908) em que

(30) Livro de Atas da "Società di Mutuo Soccorso Principe di Napoli" de São Caetano (1892-1911), cit., Verbale sem numero, 6 de abril de 1902.

(31) João Netto Caldeira, Album de São Bernardo, cit.

(32) Ibiden.

(33) Livro de Atas da Società di Mutuo Soccorso "Principe di Napoli" de São Caetano (1892-1911), cit., Verbale nº 57, 5 de agosto de 1900, grifo meu.

(34) Ibiden, Verbale nº 67, 1 de junho de 1902.

(35) Ibiden, Verbale nº 76, 17 de setembro de 1905.

(36) Ibiden, Verbale nº 78, 4 de fevereiro de 1906.

decidiram festejar a data de 20 de Setembro, comemorativa da entrada das tropas de Vitorio Emanuel em Roma (37).

A Itália, e não o Vêneto, a Lombardia ou outras regiões de que afluíu a população local, o nome que passou a simbolizar a identidade existente entre os moradores. O colono "descobriu-se" como italiano, transformou-se em italiano (38), não obstante, a rigor, não fôsse ainda italiano quando saíra de sua terra natal.

Esses fatos adquirem maior importância se tivermos em conta que o desenvolvimento da consciência de italiano ocorreu principalmente nos descendentes, provavelmente filhos, dos colonos. Dos diretores-fundadores da Sociedade "Principe di Napoli", apenas 14,8% constam da lista oficial de colonos subvencionados pelo governo em 1878. E somente 37,0% têm sobrenomes diferentes dos de chefes de família arrolados naquele documento. O mesmo se observa no fato de que na escola particular de uma professora italiana, para ambos os sexos, funcionando no núcleo colonial em 1899, estavam matriculados 36 alunos, sendo 77,8% brasileiros de nascimento e apenas 22,2% estrangeiros (39).

Portanto, não só o imigrante "se tornava" italiano no Brasil, mas fazia-o até, mesmo, ou sobretudo, ao nível dos seus descendentes imediatos.

No entanto, a condição de italiano expressa nos símbolos adotados, não alcançava todos os níveis do relacionamento do imigrante. Nas memórias de um autor local, relativas sobretudo aos primeiros decênios do século, não só designações pela localidade de origem como também a distribuição ecológica dos habitantes conforme a naturalidade, mostram que sob o rótulo geral de italianos eles se dividiam e se diferenciavam entre si. Nesse trabalho fala-se "nos domínios dos napolitanos" ou "em outras partes onde 'do

(37) Ibidem, Verbale nº 44, 3 de abril de 1898; Verbale nº 51, 5 de junho de 1899; Verbale nº 89, 2 de agosto de 1908.

(38) Carlo Castaldi, "O ajustamento do imigrante à comunidade paulistana: estudo de um grupo de imigrantes e de seus descendentes", cit., p. 351; Constantino Ianni, Homens Sem Paz, cit., p. 113-114; Alfredo Ellis Junior, A Evolução da Economia Paulista e Suas Causas, Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1937, p. 67-69.

(39) Ensino Privado em São Bernardo, agosto de 1899, Departamento do Arquivo do Estado, "Instrução Pública" - officios - São Bernardo (1834-1896), manuscrito.

minavam: os vênetos ou trevisans" (40). Os napolitanos "eram assim chamados, em virtude de terem vindo (...) da 'baixa' Itália" (41). Em parte, a diferenciação entre lombardos, vênetos e meridionais persistia em razão dos dialetos diferentes, o que os tornava facilmente distinguíveis quanto à sua origem.

Nota-se, todavia, que quando se trata de contrapor essa população à população brasileira das áreas vizinhas ou a outros grupos nacionais é que surge a designação de italiano reunindo os vários grupos dessa nacionalidade: "Às vezes, um daqueles nossos 'caboclos' jogava também com a italianada" (42). Ou então: "No meio da italianada sempre estava um daqueles nossos 'caboclos'" (43). E com relação aos outros grupos nacionais: "mãos italianas ou portuguesas" (44), "era um dinâmico espanhol que nesse tempo vendia sua mercadoria para nossa 'italianada'" (45). Os colonos não eram, primariamente, italianos entre si, mas italianos em relação à sociedade brasileira e aos outros grupos de estrangeiros.

Isso ficou evidente com a fundação, em 1907, da Sociedade Beneficente Internacional União Operária que tinha funções manifestas idênticas às da Sociedade "Principe di Napoli". Também ela se propunha a dar assistência médica e farmacêutica aos sócios, esposas e filhos (46), fazer o acompanhamento fúnebre dos

(40) N. Perrella, Entre as "Torbas" de São Caetano, cit., p. 64 ; [José Homem de Bittencourt], "São Caetano - monumento de progresso plantado pela tenacidade italiana no sólo brasileiro", cit., p. 14: "A segunda leva de imigrantes (...) era composta de habitantes Mantua (sic), na Lombardia e se localizaram na parte de cima da cidade."

(41) N. Perrella, ibidem, p. 111.

(42) Ibidem, p. 114, grifos meus.

(43) Ibidem, p. 119, grifos meus.

(44) Ibidem, p. 83.

(45) Ibidem, p. 126.

(46) Livro de Atas da Sociedade Beneficente União Operária de São Caetano do Sul, fls. 22, 23 de novembro de 1908; ata nº 33, 5 de maio de 1910, ata nº 73, 20 de agosto de 1914.

sócios falecidos (47), promover bailes e festas com leilões de prendas em seu benefício (48), emprestar dinheiro a juros a sócios necessitados (49), pagar subsídios em dinheiro aos que, ficando doentes, não se valessem da assistência médica e farmacêutica (50). Igualmente, "qualquer indivíduo que desejasse entrar na nossa Sociedade e que desejasse ter, imediatamente, o direito a todos os socorros, conforme declaram os nossos Estatutos, deverá, em primeiro lugar, ser visitado por um dos médicos da nossa sociedade e apresentar atestado de boa saúde e, em segundo, deverá pagar em uma só prestação a quantia de 50\$000 cinquenta mil réis, e pagando esta importância ficará ausente de pagar a jóia e o Estatuto, e no mesmo recibo constará como paga a primeira mensalidade" (51). As funções beneficentes das duas sociedades eram tão idênticas que, em 1911, um dos moradores dizia ser sócio das duas sociedades, mas queria sair da União Operária e ficar apenas na "Príncipe di Napoli", deixando em seu lugar, na primeira, o filho "que já tem idade", pedindo, no entanto dispensa da espera de 9 meses para ter direito à assistência (52).

A Sociedade União Operária tentou mesmo, várias vezes, a fusão com a "Príncipe di Napoli", a primeira das quais menos de um ano após a sua fundação. A outra objetou alegando que a fusão colidia com vários itens dos seus estatutos, que a proibiam (53). Um entrevistado esclareceu que a fusão não se deu em virtude da "Príncipe di Napoli" cujas atas, aliás, eram redigidas em italia

(47) Ibidem, ata nº 86, 11 de novembro de 1916.

(48) Ibidem, ata nº 7, 10 de abril de 1908, fls. 18v; ata nº 32, 15 de abril de 1910, fls. 32v.

(49) Ibidem, ata nº 17, 17 de fevereiro de 1909, fls. 24.

(50) Ibidem, ata nº 36, 10 de julho de 1910, fls. 34v; ata nº 48, 10 de setembro de 1911, fls. 40v; ata nº 77, 5 de fevereiro de 1914, fls. 58v.

(51) Ibidem, ata nº 40, 27 de outubro de 1910, fls. 36v.

(52) Ibidem, ata nº 46, 17 de junho de 1911, fls. 39v.

(53) Ibidem, 16 de fevereiro de 1908, fls. 17; ata nº 6, 3 de abril de 1908, fls. 18; ata nº 18, 6 de março de 1909, fls. 24v.

no, exigir a manutenção do seu nome na nova sociedade (54), com o que não concordaram os da União Operária. No entanto, esta era uma sociedade de maioria italiana (ou de descendentes de italianos). Dos seus diretores em 1907, apenas 35,3% não eram italianos ou descendentes (55). Por uma relação de sócios presentes a uma assembléia em 1910, notamos que apenas 21,1% dos presentes tinham sobrenomes italianos. Entre os diretores somente 16,7% não os tinham e entre os não-diretores 24,2% (56).

Um dado expressivo a esse respeito é obtido quando comparamos a composição das diretorias de ambas as sociedades, agrupando os sobrenomes conforme constam ou não da lista de colonos elaborada a 5 de dezembro de 1878 pelo diretor do núcleo colonial, para efeito de distribuição de subsídios.

XVII - Composição das diretorias das Sociedades "Principe di Napoli" e União Operária
(porcentagens)

<u>Sociedade e período</u>	<u>Sobrenomes da lista de 1878</u>	<u>Outros sobrenomes (*)</u>	<u>Somas (100,0%)</u>
"Principe di Napoli" (1907)	42,3	57,7	26
"Principe di Napoli" (1910)	50,0	50,0	30
União Operária (1907)	17,6	82,4	17
União Operária (1910)	33,3	66,7	24

(*) A Sociedade "Principe di Napoli" compreende apenas sobrenomes italianos. A União Operária inclui não-italianos.

FONTES - João Netto Caldeira, Album de São Bernardo, cit.; Livro de Atas da "Societa di Mutuo Soccorso Principe di Napoli" de São Caetano (1892-1911); Livro de Atas da Sociedade Beneficente União Operária de São Caetano do Sul.

(54) João Bela, entrevista, 5 de março de 1969.

(55) João Netto Caldeira, Album de São Bernardo, cit.

(56) Livro de Atas da Sociedade Beneficente União Operária de São Caetano do Sul, cit., ata nº 41, 13 de novembro de 1910, fls. 37.

A Sociedade "Principe di Napoli" consistia numa associação predominantemente de descendentes dos colonos, embora o fôsse em grau menor do que o dos seus tempos iniciais (quadro XVIII).

XVIII - Composição da diretoria da Sociedade "Principe di Napoli" conforme o período e a origem dos diretores

(porcentagens)

<u>Período</u>	<u>Sobrenomes da lista de 1878</u>	<u>Outros sobre - nomes italianos</u>	<u>Somas (100,0%)</u>
1892	63,0	37,0	27
1896 - 1899	55,1	44,9	49
1900 - 1903	51,2	48,8	43
1904 - 1907	43,1	56,9	44
1908 - 1911	44,0	56,0	50

FONTES - Ver Quadro XVII.

Obs.: Nomes que constam ao menos uma vez no período.

Até o período 1900-1903 os portadores de sobrenomes constantes da lista de 1878 constituíam maioria na direção da sociedade. É de notar-se igualmente, que os diretores com sobrenomes diferentes podiam ser igualmente colonos, das levas que se estabeleceram entre 1878 e 1888. Mesmo considerando-se que a composição provável da população do núcleo em 1888 (o ano mais próximo do da fundação da sociedade para o qual há dados populacionais) era de 31,0% de famílias chegadas depois de 1878 e 69,0% de famílias chegadas até 1878 e supondo-se, portanto, que a proporção de colonos era a mesma na diretoria e na população, deve-se considerar o provável crescimento da população de não-colonos entre 1888 e 1892. Nesse caso deve ter diminuído a proporção de descendentes de colonos. Entre 1888 e 1893 o número de famílias passou de 62 para

98, ou seja cresceu em 58,1% (57), ou 11,6% ao ano. Entre 1878 e 1888, a população adulta cresceu 87,0% ou 8,7% ao ano. Tomadas essas taxas de crescimento pode-se inferir que o número de novas famílias constituídas com a própria população do núcleo foi menor do que o finalmente observado. Isto é, houve efetivamente entrada de novas famílias, o que teria tornado menor a participação dos colonos no conjunto da população.

Inferre-se, pois, que na origem nacional comum dos imigrantes italianos não residiam os fatores da sua identificação.

Embora só se disponha de dados comparáveis sobre composição das diretorias de ambas as sociedades, o que impede o confronto adequado, que seria entre a totalidade dos sócios de cada uma, pode-se, no entanto observar (quadro XIX) a diversidade da inserção de um e outro no mercado de trabalho.

XIX - Composição das diretorias das Sociedades "Principe di Napoli" e "União Operária", em 1910, conforme a situação ocupacional dos diretores
(porcentagens)

<u>Sociedade</u>	<u>Assalariados</u>	<u>Conta própria</u>	<u>Sem indicação</u>	<u>Somas (100,0%)</u>
Principe di Napoli	26,7	70,0	3,3	30
União Operária	50,0	45,8	4,2	24

FONTES - Ver Quadro XVII.

(57) Manuel José de Oliveira Cata-Preta, informação anexa ao ofício da Câmara Municipal de São Bernardo, 5 de julho de 1893, manuscrito, Departamento do Arquivo do Estado, "Instrução Pública" - ofícios - São Bernardo (1834-1896).

Em consequência, o apêgo aos símbolos definidores do inigrante como italiano estavam relacionados com a sua vinculação ao trabalho autônomo e, presumivelmente, à sua menor nobilidade espacial.

XX - Não-identificação das ocupações de sócios
da União Operária - 1910
(porcentagens)

<u>Categoria dos</u> <u>sobrenomes</u>	<u>Sem indicação</u>
Colonos da lista de 1878	9,0
Outros italianos	14,7
Não-italianos	33,3

O quadro XX foi elaborado com base em informações de dois antigos líderes da localidade, descendentes de italianos, aos quais se submeteu, separadamente, uma lista de sócios da União Operária, e que não puderam lembrar-se das ocupações dessas pessoas nas proporções conjuntas aludidas. A facilidade maior em recordar a ocupação e o setor de ocupação de italianos e descendentes e a menor de não italianos decorreu de que os entrevistados conseguiram ou não conseguiram lembrar-se da persona cujo nome lhes foi indicado. Foram recordadas as pessoas com quem conviveram mais longamente, de que se presume que o esquecimento diz respeito àquelas que residiram na localidade por um tempo relativamente curto.

Evidencia-se, também, que, mesmo no caso da União Operária, os inigrantes mais antigos e seus descendentes tinham uma nobilidade menor. A maior nobilidade foi a do trabalhador assalariado, inigrante ou não, atraído para a localidade pelo aparecimento da indústria e que tinha a sua inserção na economia claramente definida, ao contrário do colono. Este, persistindo no tra

balho autônomo marginal, sem ser empresário ou operário, validava a ideologia trabalhista da grande lavoura (relembro aqui as referências de Antônio Prado aos núcleos da periferia da Capital como resultantes da transformação do inigrante assalariado da grande lavoura em pequeno proprietário e não como resultado da efetiva criação de uma política ambivalente de criação de um campesinato) e, simultaneamente, a sua expressão por via da categorização racial, dado que no trabalho autônomo do inigrante residia o coroamento da quela.

Vivenciando o conformismo decorrente das condições pecu-
liares da sua inserção na economia colonial, o colono não apenas incorporava um querer que lhe era estranho, mas concebia-se, como italiano, a partir da categorização racial derivada dêsse querer.

3. A consciência ambígua

A natureza do relacionamento entre os inigrantes na Sociedade de Mútuo Socorro "Principe di Napoli" (que consistia sobretudo numa associação de colonos) e algumas outras informações adicionais, elucidam a extensão e o sentido da autoidentificação do colono como italiano.

Além das funções relativas a seguro social, a Sociedade reiteradamente assinalou a obrigatoriedade a que estavam sujeitos todos os sócios de socorrerem pessoalmente seus colegas necessitados. Todavia êsse socorro não era entendido em termos de caridade pública, pois à Sociedade cabia formalmente o pagamento de subsídio durante o período em que o sócio doente estivesse impedido de trabalhar e o custeio de despesas médicas, farmacêuticas e funerárias. Aos sócios incumbia a assistência pessoal aos "doentes sempre que seja uma grande doença e verdadeiramente necessária a assistência que a família do sócio solicita sempre que o sócio doente se encontre na maior necessidade, estando pois em perigo de morte, os sócios serão obrigados a assistir mesmo de dia" (58). Ha-

(58) Livro de Atas da Società di Mutuo Soccorso "Principe di Napoli", Verbale nº 58, 7 de outubro de 1900.

via dispensa dessa assistência apenas quando o associado que deveria prestá-la também estivesse doente (59) ou quando a doença do outro fôsse considerada contagiosa pelo médico, caso em que a própria sociedade pagaria um enfermeiro (60). A omissão era lícita também quando o associado se fizesse substituir por uma outra pessoa (61). Obrigações idênticas existiam em relação ao acompanhamento de entêrro de sócio falecido (62). Tais normas, registradas frequentemente nas atas a título de lembretes, sobretudo pela passagem grifada, mostram ser resultantes de uma concepção de relacionamento entre as pessoas que não está permeada pelos fundamentos mercantis da sociedade inclusiva. Nelas têm preeminência a solidariedade sôbre o trabalho e sôbre a possibilidade da sua substituição por um atendimento profissional, êste invocado apenas nos casos de doenças contagiosas.

Um fato que enuncia significativamente essa concepção é a "pequena modificação nas atas números 79 e 80" que foi "deliberada por unanimidade de tóda a assembléia", em 2 de junho de 1907 (63). A modificação consistiu na substituição do texto seguinte por outro: "Depois o sr. Presidente, comovido, desejou com um discurso agradecer a todos os que participaram da gentil demonstração e foi impedido pelo sócio F.C. que se encontrava em estado de embriaguês, alterando-se no modo seguinte. Começou a injuriar a respectiva bandeira do mencionado sodalício, faltando com o respeito ao Sr. Presidente e à sua distinta família e provocando sócios das duas respectivas Sociedades Principe di Napoli e Banda Musical Casa Savóia. Por isso por ordem do Sr. Presidente foi desfeita a demonstração para terminar tudo em boa ordem". Sôbre êsse texto, inutilizando-o, colou-se uma fôlha com o seguinte

(59) Ibidem.

(60) Ibidem, Verbale nº 36, 7 de junho de 1896.

(61) Ibidem.

(62) Ibidem, Verbale nº 34, 2 de fevereiro de 1896; Verbale nº 80, 7 de junho de 1908.

(63) Ibidem, Verbale nº 82, 2 de junho de 1907.

substitutivo: "Depois o Sr. Presidente comovido desejou com um discurso agradecer a todos que participaram da simpática demonstração, elogiando com belas palavras todos os presentes, ao terminar o seu belo discurso o Sr. Presidente foi saudado com fragorosos aplausos, após o que a comitiva foi desfeita, em bela harmonia, permanecendo no coração de todos uma alegre recordação" (64). A outra ata anulada foi aquela em que se registrou o pedido de desculpas do sócio F.C. ao presidente e família e todos os sócios das duas associações envolvidas, sob promessa de não mais cometer faltas contra eles e contra o estatuto (65). O gesto de apagar o registro do incidente indicativo das tensões, que não eram meramente pessoais dado que o próprio símbolo da associação foi alcançado, evidencia a avaliação que delas se fazia. Na concepção ideal de sua sociabilidade os colonos não incluíam o conflito interno. Somente a "bela harmonia" podia garantir o "coração alegre", isto é, a consciência satisfeita, a concepção realizada.

Há um eco dessa concepção em depoimentos recentes de antigos moradores da localidade: "Quem sabia nesse tempo o que eram 'papagaios' ?... Em negócios não havia nada disso não, suas palavras tinham o efeito moral em tudo tal a êsses documentos, para eles, tanto um tostão, como um conto de réis, o que valia era a 'palavra' dêsse momento, era isso a 'promissória' de um compromisso para qualquer importância das negociações que efetuavam e ninguém sabia o que era desconfiança, ninguém ousava desconfiar de quem quer que seja..." (sic) (66). Ou ainda: "Na vendinha... da 'barra-funda' ou da estação, jogava-se em um dêsses dias, (...) iam se divertindo e saboreando o gostoso vinho daquele tempo, a maior parte era vinho italiano (...) todos sabiam entender-se perfeitamente, não havia ressentimentos de forma alguma, não havia essa 'doença' famigerada a qual chamamos de inveja, poucos ou ninguém mesmo sabia o que eram maldades e hipocrisias, como tudo

(64) Ibidem, Verbale nº 79, 2 de dezembro de 1906, grifos meus.

(65) Ibidem, Verbale sem número, 9 de dezembro de 1906.

(66) N. Petrella, Entre as "Torbas" de São Caetano, cit., p. 112-113.

isso era simplesmente humano, como a solidariedade existia em tudo, e como aquela gente de 'ontem' devia viver satisfeita vivendo a sua própria vida" (67). Nem mesmo no caso de transgressão da lei, segundo os cronistas, a solidariedade ficava ameaçada, pois o próprio transgressor nela se apoiava, empenhando-se até mesmo na execução do trabalho policial: "Não existia cadeia (...). Pa-pai não tinha muitas preocupações e quando havia alguma desavença entre os colonos êle intimava o arruaçeiro a ir até a cadeia de Santo André, onde estava a cadeia. (...) O prêso na maioria das vezes ia sozinho, a pé, para Santo André e lá se encontravam para que fôsse registrado o acontecimento policial" (68). Essas observações referem-se, como se deduz da idade dos depoentes, ao começo do século. Por elas o passado ressurgiu como mito revelador dos padrões ideais de relacionamento entre os colonos.

Mas, a identidade decorrente da classificação como italiano tinha um limite na sua extensão. O primeiro indício nesse sentido refere-se a um conflito entre imigrantes ocorrido no interior do núcleo colonial em 1887. Diz o relatório policial: "Tendo chegado ao conhecimento desta Chefatura que na Colônia de São Caetano, pertencente à freguesia do Brás, tinha havido desordem na noite de 19 de setembro, entre os empregados de uma olaria e moradores da referida colônia, todos de nacionalidade italiana, ordenou-se ao respectivo Subdelegado que, conjuntamente com o médico da polícia, para ali seguisse, a fim de proceder a corpo de delito e mais diligências da lei. Do resultado das mesmas, chegou-se ao conhecimento de que achando-se os moradores da colônia orando na igreja, foram inopinadamente agredidos pelos empregados da olaria, os quais dispararam tiros contra aquêles que, aterrorizados, fugiram para a rua, onde foram novamente agredidos a pedras, facas e cacetes. Sairam feridos da desordem 4 colonos, nos quais procedeu-se a corpo de delito, sendo os ferimentos classificados

(67) Ibidem, p. 118-119.

(68) Entrevista com D^a Hermínia Alonsó Pereira, São Caetano em Gazeta, nº 3, 28 de julho de 1955.

leves. Os agressores evadiram-se" (69). Um jornal registrou mais detalhes do conflito, que são elucidativos: "Em São Caetano houve anteontem (domingo) grande barulho, cacetadas, facadas etc., até dentro da capela. Os colonos desavindo-se com os empregados da olaria do sr. Samuel de Mesquita, travaram tremenda luta, havendo facadas, cacetadas e tiros (...). Lá não há polícia e este fato repete-se quase todos os domingos" (70). Não obstante os participantes do conflito fossem todos italianos, as duas partes dividiam-se nitidamente: de um lado os colonos e de outro os empregados da olaria. Nota-se, também, que não se tratava de um conflito aleatório, mas de uma relação conflituosa persistente entre os dois grupos.

Um segundo indício reside no fato de que, entre 1896 e 1911, a Sociedade "Principe di Napoli" apenas em três ocasiões registrou decisões de comemorar a data de 20 de setembro (71), considerada a "páscoa dos italianos", pois, nessa data, em 1870, as tropas de Vitória Emanuel entraram em Roma. Nas três ocasiões, porém, a comemoração não foi feita. Em 1898, porque na data marcada o presidente da Sociedade ficou doente e sua doença "foi grave e longa". Em 1899, foi simplesmente anulada a decisão respectiva. E, em 1908, também foi anulada em virtude da ocorrência do que então se mencionou como uma "grande desgraça", que parece ter sido a morte de um dos sócios em condições trágicas (72). Em dois dos casos, portanto, os acontecimentos foram encarados como dizendo

(69) "Relatorio Apresentado ao Ilm. Exm. Snr. Dr. Francisco de P. Rodrigues Alves Presidente da Provincia de São Paulo Pelo Chefe de Policia Interino o Juiz de Direito Salvador Antonio Moniz Barreto de Aragão", p. 17, anexo ao Relatorio Apresentado Á Assembleia Legislativa Provincial de São Paulo Pelo Presidente da Provincia Exm. Snr. Dr. Francisco de Paula Rodrigues Alves..., cit., grifo meu.

(70) "Desordens em São Caetano", A Provincia de S. Paulo, 20 de setembro de 1887, nº 3.741, p. 2.

(71) Ver nota 37.

(72) Livro de Atas da Società di Mutuo Soccorso "Principe di Napoli", cit., Verbale nº 51, 5 de junho de 1899; Verbale nº 52, 6 de agosto de 1899; Verbale s/n., fl. 85 por ordem de sequência.

respeito ao conjunto das pessoas e tiveram precedência sobre o que poderia ser caracterizado como lealdade à sociedade de origem simbolizada na designação comum de italianos.

Finalmente, em 1906, o modo como foi feita a comemoração do aniversário da Sociedade, reitera a absorção da identidade nacional italiana em termos de localidade: "No mesmo dia, após terminadas as eleições, foi comemorado o 14º aniversário da fundação do (...) Sodalício, portanto o Secretário sr. P.R. pronunciou um pequeno discurso com palavras de elogio ao sr. Presidente S.P. e a todos os sócios fundadores pela bela e boa iniciativa e os sacrifícios que fizeram, tanto pela fundação como pela manutenção do referido Sodalício. Por convite do sr. Presidente S.P. tomou parte a respectiva Banda Musical Casa Savóia para alegrar a jornada (...). Depois por iniciativa de todos os sócios, para fazer uma demonstração de simpatia ao sr. S.P. reeleito presidente decidiu-se o seguinte. Reuniram-se todos os sócios da Nobre Sociedade de Mútuo Socorro Principe di Napoli tendo à frente a respectiva Bandeira Tricolor da referida sociedade, seguindo-se a Nobre Banda Musical Casa Savóia de São Caetano e seguindo-se todos os sócios formando um belíssimo cortêjo acompanhando o sr. Presidente à sua respectiva habitação, ao longo do trajeto a Banda Musical tocou o hino nacional do Brasil e a Marcha Real da Itália. Chegados à habitação do sr. Presidente fomos recebidos pela sua distinta família, que respeitosa e serviu a todos abundante vinho excelente" (73).

A autoconcepção de italiano significava, pois, para os colonos, relacionamento comunitário entre os definidos na mesma nacionalidade pela categorização racial. Todavia, o relacionamento comunitário restringia-se à localidade. Para o colono, ser italiano era o mesmo que vincular-se à "comunidade local".

A propósito é importante lembrar que o primeiro grupo de famílias que se fixou no núcleo de São Caetano era todo êle originário de uma mesma localidade - o distrito de Vitória Vêneto,

(73) Ibidem, Verbale nº 79, 2 de dezembro de 1906.

provincia de Treviso. Uma segunda leva procedia de Mântua (74). Um pouco mais tarde, ao redor da fase de reorganização do núcleo, entre 1886 e 1888, até mesmo imigrantes procedentes da Itália Meridional ali se instalaram (75). Embora o colono fôsse portador de uma herança cultural comunitária, variável é bem verdade quanto às suas características nas várias regiões da sociedade de origem, o renascimento da comunidade não pode ser inteiramente imputado a essa herança. A diversidade de origem regional oferecia - lhe ao menos um limite, que era o das diferenças de dialeto. Por outro lado, como no caso do primeiro grupo de colonos, a origem numa mesma localidade poderia ser um fator para acentuar a sua auto-segregação, para a qual concorria o estímulo da sua localização à parte no interior do núcleo colonial (76).

O surgimento de uma identificação apoiada na concepção de comunidade local se, por um lado, representava a incorporação, pelo colono, da categorização racial elaborada pela sociedade inclusiva, por outro correspondia aos limites de consciência dados pela sua situação social.

É significativo que, em 1907, tenha surgido no núcleo colonial a outra sociedade de mútuo socorro, a Sociedade Beneficente Internacional União Operária, composta de maioria italiana (numa assembléia, em 1910, 78,9% dos presentes tinham sobrenomes italianos). O quadro seguinte mostra a sua composição quanto ao ramo de ocupação e situação ocupacional dos sócios.

(74) Renato Belluci, Pagine di Verità e di Vita - Cinquant'anni di Storia della Popolazione di São Caetano, Tipografia de l' "Argus", São Paulo, 1927, sem numeração de paginas; Roberto Capri, O 50º Aniversario da Fundação de S. Caetano, s/l, 1927, sem numeração de paginas; Jose Luiz Marinaro, "Ensaio Histórico sobre o Município de S. Caetano do Sul", in Nelson Martins de Almeida, Isto é S. Caetano, ed. Prefeitura Municipal de S. Caetano do Sul, S. Caetano do Sul, 1952; Ítalo Dal'Mas, S. Caetano do Sul e Seus Fundadores, cit., p. 113-114.

(75) Cf. as biografias publicadas por Joao Netto Caldeira, Album de São Bernardo, cit.

(76) Ver nota 40.

XXI - Distribuição dos sócios da União Operária, em 1910, conforme o ramo de ocupação e a situação ocupacional

(porcentagens)

<u>Ramo</u>	<u>Situação</u>	<u>Assalariados</u>	<u>Conta própria</u>	<u>Sem indicação</u>	<u>Somas (100,0%)</u>
Olaria		62,5	37,5	-	16
Comércio/serviços		27,3	72,7	-	11
Indústria		68,7	31,3	-	16
Indústria extrativa		-	(4)	-	4
Sem indicação		-	-	100,0	10
Somas		42,1	40,4	17,5	57

FONTE - Livro de Atas da Sociedade Benéfica Internacional União Operária de São Caetano.

Na nova associação, embora predominassem os italianos, a maior parte deles tinha sobrenomes diferentes dos contidos na lista de 1878 e, como mostra o quadro, reuniam-se presumivelmente, mais assalariados, enquanto, como vimos anteriormente, a "Principe di Napoli" congregava mais trabalhadores autônomos e preferencialmente descendentes de colonos. Tendencialmente, num e noutro caso a situação social era diversa.

O nome da associação já explicita uma consciência diferente da que se evidenciava na "Principe di Napoli". Em primeiro lugar, definindo-a como "internacional" opunha-se claramente à categorização racial do imigrante. Em segundo lugar, de modo quase redundante, definindo-a como "união operária", no que acentuava a natureza do elo entre as pessoas que buscava reunir. Apesar de, concebendo como "operário" o não-ocioso, fôsse assalariado, autônomo ou patrão, manifestar a incorporação de componentes fundamentais da mesma ideologia trabalhista da grande lavoura, despojada agora da categorização racial, acentua a relação entre a forma como o imigrante podia conceber-se e a sua situação.

Consequentemente, o tipo de consciência implícito nas normas e na atuação da Sociedade "Principe di Napoli" dizia respeito à situação peculiar do colono. Situação essa duplamente determinada: de um lado, pela grande lavoura, através da manipulação do conformismo e da validação da ideologia trabalhista particularizada na categorização racial; de outro lado, pelo trabalho familiar autônomo na economia marginal, parcialmente voltado para o mercado produzido pela economia de exportação, através do único vínculo solidarizador dos colonos daí decorrente, que era o de vizinhança. Tais polarizações impunham ao colono concepções em verdade contraditórias: a individualização pressuposta na categorização racial e a comunidade pressuposta na vizinhança. Uma e outra dissociáveis apenas analiticamente.

A vivência da situação contraditória respondia assim, pela consciência ambígua. A formalização da comunidade na associação de mútuo socorro já indicia essa ambiguidade, não apenas na categorização racial com que se marcou pela denominação, mas na raiz, dado que a associação formal não era mais do que contrato implícito e como tal recurso de natureza societária. Essa formalização e os lembretes constantes das atas sobre observância de normas comunitárias atestam as tendências individualizadoras que conspiravam contra vínculos efetivamente comunitários.

Todavia, é preciso inverter a perspectiva para apreciar-se o sentido dessa ambiguidade. Dado que, enquanto categorização racial a ideologia trabalhista se propunha como consciência coletiva necessária e, portanto, alienadora, o florescimento paralelo, a partir dos mesmos fundamentos históricos, de uma utopia comunitária era negador daquela. Na ambiguidade o colono validava e negava a sociedade inclusiva. A utopia era negadora dado que, enquanto concepção de um tipo de sociabilidade, suprimia a individualização. Nesse plano significava a resistência à coisi-

ficação do colono dada pela sua definição a partir das objetivações cuja gênese estava na sustentação e na reprodução da economia colonial. Mas em uma resistência defensiva, passiva, cujo sentido repousava na função do socorro mútuo de absorver as implicações da pauperização. Em outras palavras, embora a economia colonial não pudesse gerar a racionalização integral da sociedade brasileira, criando e preservando setores da população voltados para atividades econômicas marginais, produzia, determinando, a consciência anbígua como consciência típica nesses setores.

C O N C L U S ã O

A implantação do trabalho livre em substituição ao trabalho escravo não produziu plenamente, na sociedade brasileira, os caracteres típicos que em geral lhe são associados. A grande lavoura, na sua ideologia trabalhista, manifestou o claro sentido dessa transformação, que foi, acima de tudo, reajustamento do capitalismo periférico no âmbito do sistema, para preservar-se enquanto economia exportadora de produtos tropicais. Reajustamento, portanto, não só como setor satelitizado, mas como submetrópole que sobrevivia pela manipulação intermediária dos mecanismos de expropriação sucessiva.

Dêsse modo, o significado da instauração da propriedade privada da terra e o significado da constituição de um campesinato através dos núcleos coloniais oficiais, só pode ser compreendido quando se tem em conta que as aparentes evidências da expansão do capitalismo típico foram na verdade recursos de recomposição do capitalismo periférico. Os núcleos coloniais, dos do tipo que foi aqui estudado, apesar da redefinição das suas funções manifestas, conforme a conjuntura e as tendências variáveis da política de colonização, constituíram concretamente, em qualquer dos momentos, expressão do que seria o coroamento da ideologia trabalhista da grande lavoura. As mudanças observadas (propriedade

privada da terra, trabalho livre, campesinato) correlacionaram-se para permitir que a força-de-trabalho livre viesse a ser absorvida como meio preferencial para que o trabalhador alcançasse o fim que se lhe propunha, ou seja, a condição de pequeno proprietário independente.

Esse fim constituiu uma solução congruente com as necessidades de sustentação do capitalismo periférico, de dois modos: impedindo o acesso à propriedade da terra pelo trabalhador por outro caminho que não fôsse a poupança que pudesse eventualmente fazer vendendo a sua força-de-trabalho à grande lavoura; e estimulando a compressão do consumo de mercadorias, reduzindo-o a um caráter praticamente rebarbativo. Num e noutro modo, evidencia-se a persistência das condições que tornaram o escravismo necessário ao capitalismo periférico: pela canalização compulsória da força-de-trabalho para a grande lavoura e pela manutenção do consumo do trabalhador na proximidade dos níveis mínimos.

A passagem para a condição de camponês não significava a liberação do trabalhador das consequências da satelitização da e pela grande lavoura. Nesta a persistência da produção direta dos meios de vida por parte do trabalhador restringia a possibilidade de uma divisão do trabalho que garantisse ao colono dos núcleos coloniais as condições para sobreviver como tal. A economia da fazenda exigia o emprego de todos os meios disponíveis para evitar que o café fôsse diretamente onerado por custos em dinheiro. Em outros termos, a produção dos artigos de exportação no capitalismo periférico não podia suportar a prática integral dos componentes típicos-ideais da empresa capitalista. A acentuação de aspectos aparentemente irracionais, como a produção direta dos meios de vida pelo trabalhador do café, através da cultura consorciada ou lateral de alimentos, era indispensável.

vel para comprimir os custos monetários da produção cafeeira. Dêsse modo, a economia exportadora podia ser lucrativa para o fazendeiro e ao mesmo tempo garantir a parcela de valor retida nos vários pontos da escala de satelitização: a ferrovia, o comissário, o ensacador, o exportador, etc.

Mas, a concentração da lucratividade agrária da economia colonial nas mãos do fazendeiro - éle mesmo agente intermediário da expropriação sucessiva que alcançava o empreiteiro-trabalhador da cafeicultura - tinha como contrapartida o desestímulo à divisão do trabalho na agricultura com base no cálculo racional do lucro. Tendencialmente, a grande lavoura absorvia as atividades complementares que estariam divididas em diferentes setores se houvesse viabilidade para uma divisão do trabalho.

Embora o cálculo racional não fôsse uma cogitação necessária do imigrante instalado no núcleo colonial, e fôsse apenas uma possibilidade potencialmente contida na sua condição de camponês, a inviabilidade da divisão do trabalho e a produção de alimentos pelos trabalhadores do café (não regulada por mecanismos de mercado), expunham o camponês a uma situação permanentemente crítica. O que o fêz mais dependente da natureza e suas flutuações, mantendo-o no limite do pauperismo.

Os esforços do colono para encontrar uma alternativa a essa situação evidenciam o seu compromisso com a condição de camponês e, portanto, com a categorização racial, enquanto expressão parcial das objetivações do capitalismo periférico, sustentadora da aceitação da ideologia trabalhista da grande lavoura. Tais esforços, porém, no geral, malograram, lançando-o nas atividades econômicas marginais de natureza i-

igual às dos posseiros e foreiros da área na fase anterior à implantação da propriedade privada da terra.

Em consequência, o colono passou de camponês a membro do exército-de-reserva. Daí a inversão do sentido da categorização racial para ele: de coroamento da ideologia trabalhista ela se mostrou como o que efetivamente era: apenas a estereotipação que individualizava e mobilizava as pessoas no mercado de trabalho.

O desabrochar, entre os colonos, de uma utopia comunitária, confundindo comunidade e identidade nacional de origem, apesar da ambiguidade que a marcou devido à persistência da categorização racial, ainda que nuanceada, significou a redefinição desta em termos negadores do seu sentido original, significou que a ideologia que separava metamorfoseara-se na utopia que unia.

A P Ê N D I C E

Relação dos colonos (chefes de família) do núcleo colonial de São Caetano enviada, a 5 de dezembro de 1878, pelo engenheiro Leopoldo José da Silva, ao presidente da Província, João Batista Pereira

1. Eliseo Leone (Eliseo Leoni)*
2. Giuseppe Sab (Giuseppe de Savi)***
3. Giovanni Peruch (Giovanni Peruchi ou Perucchi)*
4. Natali Furlan (Natale Furlan)*
5. Modesto Castelletti *
6. Giacomo Dalcin *
7. Celeste Pantalo ***
8. Antonio Daffré (Antonio Dafré) **
9. Francesco Bartolini (Francesco Bortolini) *
10. Giuseppe Demartini
11. Giovanni Moret (Giovanni Moretti) *
12. Giuseppe Desavi (Giuseppe de Savi)***
13. Francesco Fioroto (Francesco Fiorotto ou Francisco Fiorotti) *
14. Domenico Botan (ou Domenico Bottan) *
15. Gaetano Garbeloto (Caetano Garbelotto ou Caetano Garbelotti) *
16. Gaetano Garbeloto Filho
17. Giuseppe Perim
18. Antonio Gallo *
19. Giuseppe Braido *

20. Antonio Garbeloto (Antonio Garbelotto ou Antonio Garbelotti) *
21. Luigi De'Agostini (Luigi Dagostini ou Luigi D'Agostino) *
22. Giovanni Denardi (Giovanni De Nardi) *
23. Antonio Martoreli (Antonio Martorelli) *
24. Tomaso Tomé (Tomaso Tome ou Tommaso Thomé) *
25. Giovanni Tomé (Giovanni Tome ou Giovanni Thomé) *
26. Pietro Pessoti (Pietro Pissotti)***
27. Francesco Demartini (Francesco De Martini) *
28. Luigi Baraldi **
29. Catarina Annegueli
30. Dionísio Madela
31. Filipo Roveri (Filippo Roveri ou Felippo Roveri) *
32. Pasquali Cavana (Pasquale Cavana) *
33. Francesco Cupini (Francesco Coppini) **
34. Luciano Genari
35. Giuseppe Ferrari (Giuseppe Ferrari) **
36. Giuseppe Carnevali (Giuseppe Carnevali) **

(*) Nomes que também constam de uma placa afixada em 1927 na Matriz Velha de São Caetano e da relação elaborada por Italo Dal'Mas, ob. cit., respectivamente p. 86 e 113-114. A grafia entre parênteses, na ordem, é a que consta de cada uma dessas fontes. Na relação foi respeitada a grafia original do funcionário que a fez.

(**) Nomes que constam da placa de 1927.

(***) Nomes que constam da relação elaborada por Italo Dal'Mas, ob. cit..

FONTE - Departamento do Arquivo do Estado, "Colônias", 1878, Caixa 4, manuscrito.

B I B L I O G R A F I A (*)

- ARENSBERG, Conrad M., "The Community-Study Method", The American Journal of Sociology, Vol. LX, No. 2, September 1954.
- ARENSBERG, Conrad M., "The Community as Object and as Sample", American Anthropologist, Vol. 63, No. 2, Part 1, April 1961.
- ARENSBERG, Conrad M. e Solon T. Kimball, "Community Study: Retrospect and Prospect", The American Journal of Sociology, Vol. 73, No. 6, May 1968.
- BLOCH, Marc, Apologie pour l'Histoire ou Métier d'Historien, 6e. édition, Librairie Armand Colin, Paris, 1967.
- BLUMER, Herbert, "Comportamento Coletivo", in Alfred McClung Lee (ed.), Princípios de Sociologia, Editora Herder, São Paulo, 1962.
- CANDIDO, Antonio, "L'état actuel et les problèmes les plus importants des études sur les sociétés rurales du Brésil", in Florestan Fernandes (ed.), Symposium Etno-sociológico Sobre Comunidades Humanas no Brasil, São Paulo, 1955.
- CANDIDO, Antonio, Os Parceiros do Rio Bonito, Livraria José Olympio Editora, Rio de Janeiro, 1964.

(*) Esta bibliografia contém o que de essencial influenciou na elaboração do estudo e, em vários casos, repete trabalhos já citados em notas de rodapé.

- CARDOSO, Fernando Henrique, Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional, Difusão Européia do Livro, São Paulo, 1962.
- COELHO, Ruy Galvão de Andrada, "Sociologia e História", Revista de História, nº 77, São Paulo, 1969.
- COHN, Gabriel, "Problemas da Industrialização no Século XX", in Brasil em Perspectiva, Difusão Européia do Livro, São Paulo, 1968.
- CUVILLIER, Armand, Introdução à Sociologia, trad. de Luiz Damasco Penna e J. B. Damasco Penna, Companhia Editora Nacional e Editora da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1966.
- DEAN, Warren, The Industrialization of São Paulo, 1880-1945, University of Texas Press, Austin & London, 1969.
- DURHAM, Eunice Ribeiro, Assimilação e Mobilidade, Instituto de Estudos Brasileiros, São Paulo, 1966.
- EISENSTADT, S. N., The Absorption of Immigrants (A Comparative Study Based Mainly on the Jewish Community in Palestine and The State of Israel), Routledge & Kegan Paul Ltd., London, 1954.
- FERNANDES, Florestan, Fundamentos Empíricos da Explicação Sociológica, Companhia Editora Nacional, S. Paulo, 1959.
- FERNANDES, Florestan, Ensaio de Sociologia Geral e Aplicada, Livraria Pioneira Editora, São Paulo, 1960.
- FERNANDES, Florestan, A Integração do Negro à Sociedade de Classes, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1964.
- FERNANDES, Florestan, Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento, Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1968.
- FORACCHI, Marialice M., "A Valorização do Trabalho na Ascensão Social dos Imigrantes", Revista do Museu Paulista, Volume XIV, Nova Série, São Paulo, 1963.

- FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho, Homens Livres na Orden Escravocrata, Instituto de Estudos Brasileiros, São Paulo, 1969.
- FRANK, André Gunder, Capitalisme et Sous-développement en Amérique Latine, trad. Guillaume Carle e Christos Passadéos, François Maspero, Paris, 1968.
- FRANK, Andrew Gunder, "Desenvolvimento do Subdesenvolvimento Latino-Americano", trad. Duarte Lago Pacheco, in Luiz Pereira (ed.), Urbanização e Subdesenvolvimento, Zahar Editôres, Rio de Janeiro, 1969.
- FURTADO, Celso, Formação Econômica do Brasil, Editora Fundo de Cultura, 2ª edição, Rio de Janeiro, 1959.
- GERTH, Hans e C. Wright Mills, Carácter y Estructura Social, Editorial Paidós, Buenos Aires, 1963.
- GIANNOTTI, J. Arthur, "Notas para uma análise metodológica de 'O Capital'", Revista Brasiliense, nº 29, maio-junho de 1960.
- GOLDMAN, Lucien, Las Ciencias Humanas y la Filosofía, trad. Josefina Martínez Alinari, Ediciones Galatea Nueva Vision, Buenos Aires, 1958.
- GOODE, William J. e Paul K. Hatt, Métodos em Pesquisa Social, trad. Carolina Martuscelli Bori, Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1960.
- GORZ, André, Historia y Enajenación, trad. Julieta Campos, Fondo de Cultura Económica, México-Buenos Aires, 1964.
- HALL, Michael M., The Origins of Mass Immigration in Brazil, 1871-1914, Ph. D. Thesis, Faculty of Political Science, Columbia University, s/l, 1969, manuscrito.
- HOBSBAWN, Eric J., Rebeldes Primitivos, trad. Joaquín Romero Maura, Ediciones Ariel, Barcelona, 1968.
- HOLLINGSHEAD, August B., "Community Research: Development and Present Condition", American Sociological Review, Vol. 13, No. 2, April 1948.

- IANNI, Constantino, Homens Sem Paz - Os Conflitos e os Bastidores da Emigração Italiana, Difusão Européia do Livro, São Paulo, 1963.
- IANNI, Francis A. J., "Time and Place as Variables in Acculturation Research", American Anthropologist, Vol. 60, No.1, Part 1, February 1958.
- IANNI, Octavio, "Estudo de Comunidade e Conhecimento Científico", Revista de Antropologia, vol. 9, nos. 1 e 2, junho e dezembro de 1961.
- IANNI, Octavio, As Metamorfoses do Escravo, Difusão Européia do Livro, São Paulo, 1962.
- IANNI, Octavio, Raças e Classes Sociais no Brasil, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1966.
- KAUTSKI, Karl, A Questão Agrária, trad. C. Iperóig, Gráfica Editora Laemmert S.A., Rio de Janeiro, GB., 1968.
- LEFEBVRE, Henri, Sociologie de Marx, Presses Universitaires de France, 1966.
- LIEBERSON, Stanley, "A Societal Theory of Race and Ethnic Relations", American Sociological Review, Vol. 26, No. 6, December 1961.
- MANNHEIM, Karl, Ideología y Utopía, trad. Salvador Echavarría, Fondo de Cultura Económica, México, 1941.
- MANNHEIM, Karl, Ensayos Sobre Sociología y Psicología Social, trad. Florentino M. Torner, Fondo de Cultura Económica, México-Buenos Aires, 1963.
- MARX, Karl, "Introduction a la Critique de l'Économie Politique", Contribution a la Critique de l'Économie Politique, trad. Maurice Husson e Gilbert Badia, Éditions Sociales, Paris, 1957.
- MARX, K., "O 18 Brumário de Luís Bonaparte", in K. Marx e F. Engels, Obras Escolhidas, volume I, Editorial Vitória Limitada, Rio de Janeiro, 1961.

- MARX, Carlos, Formaciones Económicas Precapitalistas, Introd. de E. J. Hobsbawn, trad. Gregorio Ortiz, Editorial Ciencia Nueva, Madrid, s/d.
- MILLS, C. Wright, A Elite do Poder, trad. Waltensir Dutra, Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1962.
- MONBEIG, Pierre, Novos Estudos de Geografia Humana Brasileira, Difusão Européia do Livro, São Paulo, 1957.
- MOREIRA, Maria Sylvia Franco, "O Estudo Sociológico de Comunidades", Revista de Antropologia, vol. XI, nos. 1 e 2, São Paulo, 1963.
- LUSSOLINI, Gioconda, "Persistência e mudança em sociedades de 'folk' no Brasil", in Florestan Fernandes (ed.), Symposium Etno-sociológico Sobre Comunidades Humanas no Brasil, São Paulo, 1955.
- NELLI, Humbert S., "Italians and Crime in Chicago: The Formative Years, 1890-1920", The American Journal of Sociology, Vol. 74, No. 4, January 1969.
- NISBET, Robert A., "Community", The Sociological Tradition, Basic Books, Inc., Publishers, New York, 1966, 3rd. printing.
- OLIVEIRA, Roberto Cardoso de, O Índio e o Mundo dos Brancos, Difusão Européia do Livro, São Paulo, 1964.
- PEREIRA, João Baptista Borges, Aculturação de Italianos, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1967, ed. mimeografada.
- PEREIRA, Luiz, Ensaio de Sociologia do Desenvolvimento, Livraria Pioneira Editora, São Paulo, 1970.
- PEREIRA, Luiz, Trabalho e Desenvolvimento no Brasil, Difusão Européia do Livro, São Paulo, 1965.
- PETERSEN, William, "A General Typology of Migration", American Sociological Review, Vol. 23, No. 3, June 1958.
- PRADO JUNIOR, Caio, Formação do Brasil Contemporâneo, 5ª edição, Editora Brasiliense Limitada, São Paulo, 1957.

- PRADO JUNIOR, Caio, História Econômica do Brasil, 6ª edição, Editora Brasiliense, São Paulo, 1961.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de, "Uma Categoria Rural Esquecida", Revista Brasiliense, nº 45, janeiro-fevereiro 1963.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de, "Bairros Rurais Paulistas", Revista do Museu Paulista, Volume XVII, Nova Série, São Paulo, 1967.
- QUEIROZ, Maurício Vinhas de, "Notas sobre o Processo de Modernização no Brasil", Revista do Instituto de Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, vol. 3, nº 1, jan-dez. 1966.
- RIOS, José Arthur, Aspectos Políticos da Assimilação do Italiano no Brasil, Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, São Paulo, 1959.
- RODRIGUES, José Albertino, Sindicato e Desenvolvimento no Brasil, Difusão Européia do Livro, São Paulo, 1968.
- SAFA, Helen Icken, "Asimilación vs. pluralismo: dos modelos para la integración de los grupos étnicos en las Américas", Anuário Indigenista, vol. XXIX, trad. Gonzalo Aguirre Beltrán, México, Diciembre 1969.
- SARTRE, Jean-Paul, Questão de Método, trad. Bento Prado Júnior, Difusão Européia do Livro, São Paulo, 1966.
- SCHNEIDER, Eugene V., Industrial Sociology - The Social Relations of Industry and the Community, McGraw-Hill Book Company, Inc., New York, 1957.
- SIMÃO, Azis, Sindicato e Estado - Suas relações na formação do proletariado de São Paulo, Dominus Editôra - Editôra da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1966.
- SINGER, Paul, Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana, Companhia Editôra Nacional - Editôra da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1968.
- SPIRO, Melford E., "The Acculturation of American Ethnic Groups", American Anthropologist, Vol. 57, No. 6, Part 1, December 1955.

- STAVENHAGEN, Rodolfo, "Sete Teses Equivocadas sobre a América Latina", in José Carlos Garcia Durand, Sociologia do Desenvolvimento, Zahar Editôres, Rio de Janeiro, 1967.
- STAVENHAGEN, Rodolfo, "Estratificação Social e Estrutura de Classes", in Antônio Roberto Bertelli et al. (eds.), Estrutura de Classes e Estratificação Social, Zahar Editôres, Rio de Janeiro, 1969.
- STEIN, Maurice R., The Eclipse of Community - An Interpretation of American Studies, Harper & Row, Publishers, New York, 1964.
- SWEETZ, Paul M., Teoria do Desenvolvimento Capitalista, trad. Waltenir Dutra, segunda edição, Zahar Editôres, Rio de Janeiro, 1967.
- TONNIES, Ferdinand, Comunidad y Sociedad, trad. José Rovira Armengol, Editorial Losada, S.A., Buenos Aires, 1947.
- WEBER, Max, General Economic History, transl. Frank H. Knight, Collier Books, New York, 1961.
- WEBER, Max, Economia y Sociedad, trad. de José Medina Echavarría et al., Fondo de Cultura Económica, México-Buenos Aires, 1964.
- WEBER, Max, A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo, trad. M. Irene de Q. F. Szmrecsányi e Tomás J. M. K. Szmrecsányi, Livraria Pioneira Editôra, São Paulo, 1967.
- WILLEMS, Emilio, "On the concept of assimilation", American Anthropologist, Vol. 57, No. 3, Part 1, June 1955.
- WILLIAMS, Eric, Capitalism & Slavery, Capricorn Books, New York, 1966 (1ª edição: 1944).